



Universidade de Aveiro
2011

Departamento de Línguas e Culturas

**Roberto Sousa
Carvalho**

**A atividade editorial em São Luís do Maranhão
– memórias do passado, realidade presente**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita, Professora Associada do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

dedicatória

À Patrícia e à Mariana Carvalho, esposa e filha, queridas e amadas.

o júri

Presidente

Doutor António Manuel Lopes Andrade
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Aparecida Ribeiro
Professora Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra (arguente)

Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita
Professora Associada da Universidade de Aveiro (orientadora)

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Teresa Cortez, pela orientação, paciência, sugestões, revisão sistemática e valiosas contribuições para elaboração desta pesquisa.

Ao Doutor Silvano Bezerra, professor da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), pela orientação informal, pelas importantes sugestões no desenvolvimento da pesquisa e pela revisão final deste estudo.

Ao Doutor César Augusto Castro, professor da Ufma, pelo incentivo e sugestões durante a trajetória do Mestrado e também no âmbito da investigação realizada para este trabalho.

À Ufma, pela oportunidade que me deu para prosseguir nos estudos.

À Mestre Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira, professora da Ufma, pelos primeiros ensinamentos nos estudos editoriais.

A Jomar Moraes, especialista em literatura e cultura maranhense, pelas informações sobre impressos e escritores, e pelo acesso que nos concedeu a algumas obras raras, que foram de grande importância para confecção deste trabalho.

Aos funcionários (editores, gráficos, secretárias e gestores/administradores dos estabelecimentos pesquisados), pela boa recepção e informações repassadas para realização desta pesquisa.

À Patrícia Carvalho, minha esposa, pela compreensão e carinho; e à Mariana, minha filha, por proporcionar-me muitas alegrias.

Aos meus pais, Geraldo e Denilce, pelo apoio, amor e credibilidade que depositam em mim.

Aos meus irmãos, especialmente à Genilce, pela ajuda oferecida, incondicionalmente, em todos os momentos; e ao Chagas, “irmão mais velho”, pela preocupação que sempre teve com os irmãos mais novos.

A Pedro de Assis, meu cunhado, por acreditar em mim, incentivando-me sempre.

Às pessoas que muito bem me receberam na chegada em Aveiro: Cassia Furtado e seus filhos, Eugênio e Jéssica; Éllida e José Guedes; e, principalmente, Antônio Padilha.

Ao João, à Isabel e aos seus filhos, João e Joana, pela amizade e ajuda que nos ofereceram em nossa estada em Aveiro. Muito obrigado!

À Margareth Figueiredo, pelo suporte que proporcionou a mim e a minha família.

Aos colegas do mestrado, especialmente à Margarida Moleiro e à Henriqueta Antunes, pelo companheirismo dentro e fora da sala de aula.

Aos amigos do Maranhão que, mesmo de longe, torceram por mim.

palavras-chave

Estudos editoriais, história do livro, da edição e da imprensa no Maranhão, processos editoriais, circulação e comercialização do livro, edição universitária.

resumo

O Maranhão viveu um período áureo no séc. XIX, na economia e na cultura, sendo o quarto mais rico do Império. Nesse tempo, a imprensa foi instalada em sua capital, São Luís, pelo português Bernardo da Silveira Pinto, governador da Província do Maranhão. Ainda no séc. XIX, a economia maranhense entrou em declínio, que se repercutiu negativamente na vida cultural e editorial do estado. No séc. XX, toda atividade de fabrico de livros se concentrou no eixo «Rio-São Paulo», maior centro editorial brasileiro e um dos maiores do mundo. Em finais do séc. XX, a atividade editorial ludovicense começa lentamente a reanimar-se. Primeiramente, em 1997, a cidade dos azulejos, dos casarões, de poetas e de ricas manifestações populares foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Na viragem do milênio, após longo tempo apagado, o campo livreiro são-luisense ganha novo fôlego, com o aparecimento de novas editoras. A presente dissertação tem como principal objetivo caracterizar e analisar o processo de produção editorial em São Luís, nos últimos dez anos, período em que observamos uma importante, se bem que ainda tímida, evolução nesse ramo de atividade. Buscamos também situar o papel das editoras, hoje, no espaço da capital maranhense, e caracterizar os modos de produção editorial, circulação e comercialização do livro de São Luís, numa altura em que a edição se encontra numa fase de relançamento.

Keywords

Publishing Studies, Book History and Publishing History in Maranhão, Academic Publishing.

Abstract

The nineteenth century was a golden period for the Brazilian Province (now Federal State) of Maranhão. With its prosper economy and culture this state achieved the fourth position within the richest in the Empire. In those days, the press was installed in the capital of Maranhão, São Luís, by the portuguese governor of the Province of Maranhão, Bernardo Silveira Pinto,. But already by the end of the 19th century the economy of Maranhão started to decline. This fact had a negative impact on the cultural life of the region, as well on its publishing activities.. In the 20th century, all book production was concentrated in Rio de Janeiro and São Paulo, an «axis» of the publishing industry which is now one of the greatest worldwide. By the end of the 20th century, the publishing activities in São Luís do Maranhão slowly started to regain some expression. In 1997 São Luís, with its beautiful ancient mansions and its rich folk culture was recognized by UNESCO as Historical Heritage and Humanity Culture. In the turn of the millennium, after a long somber century, the publishing industry begins to revive. The main goal of this dissertation is to characterize and analyze the last ten years of publishing activities in São Luís, having in mind the old glorious cultural background of this town in the 19th century and the memories of that glorious past.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE ANEXOS	iii
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Questões centrais da investigação	3
1.2 Vetores da pesquisa	4
1.3 Organização da dissertação	5
2. VISLUMBRE DA TERRA MARANHENSE	9
2.1 Elementos socioeconômicos e culturais de São Luís	14
<i>2.1.1 Aspectos socioeconômicos</i>	<i>14</i>
<i>2.1.2 Aspectos culturais da Ilha de São Luís</i>	<i>17</i>
3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO	23
3.1 Um campo em nascimento	26
3.2 Período áureo da Imprensa Maranhense	31
3.3 Arrefecimento da atividade editorial	37
4. RETORNO ÀS ATIVIDADES EDITORIAIS EM SÃO LUÍS	43
4.1 Breve historial das editoras de São Luís	45
<i>4.1.1 Editora da Universidade Federal do Maranhão (Edufma)</i>	<i>45</i>
<i>4.1.2 Editoras da Universidade Estadual do Maranhão (Editora Uema e UemaNet)</i>	<i>49</i>
<i>4.1.3 Editora do Centro de Ensino Universitário do Maranhão (Ceuma-Uniceuma)</i>	<i>52</i>
<i>4.1.4 Editora da Faculdade Atenas Maranhense (Ceama)</i>	<i>54</i>
<i>4.1.5 Editora da Faculdade São Luís (Faculdade São Luís)</i>	<i>56</i>
<i>4.1.6 Editora da Secretaria de Estado da Cultura (Edições Secma)</i>	<i>57</i>
<i>4.1.7 Editora da Fundação Municipal de Cultura (Edfunc)</i>	<i>59</i>
<i>4.1.8 Editora da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)</i>	<i>61</i>
<i>4.1.9 Editora Instituto Geia</i>	<i>62</i>
<i>4.1.10 Editora Central dos Livros (Companhia dos Livros)</i>	<i>65</i>
<i>4.1.11 Editora da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem)</i>	<i>67</i>
<i>4.1.12 Editora da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam)</i>	<i>69</i>
<i>4.1.13 Editora da Academia Maranhense de Letras (Edições AML)</i>	<i>71</i>
<i>4.1.14 Gráfica e Editora Aquarela</i>	<i>73</i>

4.2 Fatos e números da edição em São Luís <i>post</i> 2000: quadro geral	75
5. QUADRO DA VIDA EDITORIAL DE SÃO LUÍS	79
6. CONCLUSÃO.....	87
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXOS	99

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Inquérito aplicado às editoras de São Luís do Maranhão.....	101
Anexo 2: Lei de 15 de Outubro de 1827	104
Anexo 3: Lei n. 77, de 24 de Julho de 1838	106
Anexo 4: Instituições de Ensino Superior em Funcionamento na Cidade de São Luís.....	108
Anexo 5: Jornais catalogados por Ribeiro do Amaral impressos em São Luís durante o séc. XIX e os primeiros anos do séc. XX	109
Anexo 6: Produção da Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA).....	115
Anexo 7: Produção das Editoras da Universidade Estadual do Maranhão.....	126
Anexo 8: Produção da Editora do Centro de Ensino Universitário do Maranhão (Ceuma-Uniceuma)	130
Anexo 9: Produção da Editora da Faculdade Atenas Maranhense (Ceama)	131
Anexo 10: Produção da Editora da Faculdade São Luís	132
Anexo 11: Produção da Editora da Secretaria de Estado da Cultura (Edições Secma).....	133
Anexo 12: Produção da Editora da Fundação Municipal de Cultura (Edfunc)	135
Anexo 13: Produção da Editora da Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)	136
Anexo 14: Produção da Editora Instituto Geia	137
Anexo 15: Produção da Editora da Central dos Livros (Companhia dos Livros).....	138
Anexo 16: Produção da Editora da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem)	139
Anexo 17: Produção da Editora da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam).....	140
Anexo 18: Produção da Editora da Academia Maranhense de Letras (Edições AML)	141
Anexo 19: Produção da Aquarela, Gráfica e Editora.....	142
Anexo 20: Lei n.º 8.313, de 23 de Dezembro de 1991.....	143
Anexo 21: Instrução Normativa SRF n.º 71, de 24 de Agosto de 2001	154
Anexo 22: Instrução Normativa SRF n.º 101, de 21 de Dezembro de 2001	158
Anexo 23: Lei n.º 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.....	161
Anexo 24: Lei Nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998.....	163
Anexo 25: Relatório da Quantidade de Obras Publicadas no Brasil, por Assunto (2009)	181
Anexo 26: Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003.....	182
Anexo 27: Editores Castrados – Pessoa Jurídica	186
Anexo 28: Editores Castrados – Pessoa Física	187
Anexo 29: Evolução da Produção Editorial no Brasil.....	188

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Ensino Primário no Maranhão (1857-1870).....	18
Quadro 2: Ensino Secundário no Maranhão (1857-1870).....	18
Quadro 3: Início das ocupações em áreas coloniais nas Américas Espanhola, Inglesa e Portuguesa e a data da introdução da imprensa.....	24
Quadro 4: Editoras pesquisadas em São Luís, por características e ano de funcionamento (2001-2010).....	44
Quadro 5: Produção da Edufma (2001-2010).....	47
Quadro 6: Produção da Edufma, por assunto (2001-2010)	47
Quadro 7: Produção das Editoras Uema e UemaNet (2001-2010)	51
Quadro 8: Produção das Editoras Uema e UemaNet, por assunto (2001-2010).....	51
Quadro 9: Produção do Ceuma-Uniceuma (2001-2010).....	53
Quadro 10: Produção do Ceuma-Uniceuma, por assunto (2001-2010)	53
Quadro 11: Produção do Ceama (2001-2010).....	54
Quadro 12: Produção do Ceama, por assunto (2001-2010).....	55
Quadro 13: Produção da Faculdade São Luís (2001-2010).....	56
Quadro 14: Produção da Faculdade São Luís, por assunto (2001-2010)	56
Quadro 15: Produção das Edições Secma (2001-2010).....	57
Quadro 16: Produção das Edições Secma, por assunto (2001-2010).....	58
Quadro 17: Produção da Edfunc (2001-2010).....	59
Quadro 18: Produção da Edfunc, por assunto (2001-2010)	60
Quadro 19: Produção da Fapema (2001-2010).....	62
Quadro 20: Produção da Fapema, por assunto (2001-2010)	62
Quadro 21: Produção da Editora Instituto Geia (2001-2010).....	63
Quadro 22: Produção da Editora Instituto Geia, por assunto (2001-2010)	64
Quadro 23: Produção da Companhia dos Livros (2001-2010)	66
Quadro 24: Produção da Companhia dos Livros, por assunto (2001-2010).....	66
Quadro 25: Produção da Ampem (2001-2010).....	68
Quadro 26: Produção da Ampem, por assunto (2001-2010)	68
Quadro 27: Produção da Esmam (2001-2010)	69
Quadro 28: Produção da Esmam, por assunto (2001-2010).....	70

Quadro 29: Produção das Edições AML (2001-2010).....	72
Quadro 30: Produção das Edições AML, por assunto (2001-2010)	72
Quadro 31: Produção da Gráfica e Editora Aquarela (2001-2010)	74
Quadro 32: Produção da Gráfica e Editora Aquarela, por assunto (2001-2010).....	74
Quadro 33: Produção editorial de São Luís, por instituição pesquisada (2001-2010).....	76
Quadro 34: Produção editorial de São Luís, por assunto (2001-2010)	77
Quadro 35: Títulos editados e exemplares produzidos no Brasil (2009)	80
Quadro 36: Evolução do quadro docente da Ufma	83

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção editorial da Edufma (2001-2010).....	47
Gráfico 2: Produção das Editoras Uema e UemaNet (2001-2010).....	51
Gráfico 3: Produção do Ceuma-Uniceuma (2001-2010).....	53
Gráfico 4: Produção do Ceama (2001-2010).....	55
Gráfico 5: Produção das Edições Secma (2001-2010).....	58
Gráfico 6: Produção da Edfunc (2001-2010)	60
Gráfico 7: Produção da Editora Instituto Geia (2001-2010)	64
Gráfico 8: Produção da Companhia dos Livros (2001-2010).....	66
Gráfico 9: Produção da Ampem (2001-2010)	68
Gráfico 10: Produção da Esmam (2001-2010)	70
Gráfico 11: Produção das Edições AML (2001-2010).....	72
Gráfico 12: Produção da Gráfica e Editora Aquarela (2001-2010)	74
Gráfico 13: Produção editorial de São Luís, por instituição pesquisada (2001-2010).....	76
Gráfico 14: Produção editorial de São Luís, por assunto (2001-2010)	78
Gráfico 15: Evolução do quadro docente da Ufma.....	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Em primeiro plano, o Centro Histórico de São Luís; ao fundo, sobre o rio Anil, a Ponte José Sarney e o Bairro do São Francisco	13
Figura 2: Rua Portugal, no Projeto Reviver, área da cidade reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade	19
Figura 3: Teatro Artur Azevedo, localizado na Rua do Sol, Centro de São Luís	21
Figura 4: <i>Columbian</i> , a primeira tipografia que possuiu o Maranhão, em 1821	26
Figura 5: Frontispício do Dicionário de César Marques, Impresso na Tipografia do Frias	40
Figura 6: Frontispício do Relatório do ex-vice presidente José Caetano Vaz Junior, impresso na tipografia de Belarmino de Matos	41
Figura 7: Primeira página da “Revista Typographica” do Órgão das Classes Gráficas no Maranhão, de 15 de Novembro de 1907, ano I, n.º 3	42

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema de dissertação «A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente» prende-se, fundamentalmente, ao interesse em refletir sobre a evolução de um ramo de atividade profissional que, como é do conhecimento de muitos brasileiros, projetou a cidade de São Luís no campo das letras ao longo do século XIX.

O honroso epíteto de «Atenas Brasileira» emprestado à cidade nesses tempos deveu-se ao grande número de escritores maranhenses ilustres – a exemplo de Odorico Mendes (1799-1864), Gonçalves Dias (1823-1864), João Lisboa (1812-1863) e Sotero do Reis (1800-1871) – que desempenharam importante papel na vida literária nacional. Note-se que para a reputação intelectual do Maranhão oitocentista contribuíram também homens da ciência. Um bom exemplo é o de Joaquim Gomes de Sousa (1829-1863), considerado o primeiro grande matemático do Brasil. As letras, porém, é que vem definir o lugar privilegiado de memória da «Atenas Brasileira».

Os são-luisenses, ou ludovicenses, ligam, no geral, a tradição intelectual do Maranhão à época áurea das letras, que deu a São Luís o esplendor de uma cidade de literatos e de escritores. Durante o Império Brasileiro, editavam-se livros em volume comparável ao da capital do Reino, o Rio de Janeiro. Tinha-se, em São Luís, uma verdadeira plêiade de operários do livro: tipógrafos que, com enorme paciência e zelo, juntavam um a um os tipos móveis para formar palavras, frases, parágrafos, capítulos; impressores que, com as mãos tomadas de tinta negra, imprimiam páginas sem qualquer mancha ou impressão digital; revisores cautelosos, que não se cansavam de ler e reler, vezes seguidas, as provas de impressão, para que o produto final saísse impecável; encadernadores experientes e cuidadosos que produziam verdadeiras peças de arte, tomo a tomo.

A cultura literária, a que se forja e se fortalece com e pelo livro, é importante referência na alma dos maranhenses, e esta tradição tenta se manter viva, através da hodierna vida editorial desse estado. Mas é preciso ter em conta que uma significativa distância separa o passado livreiro do presente. Os exemplos de vida editorial que São Luís tem hoje não atingem, mesmo de longe, o esplendor alcançado ao longo do século XIX. Porém, se não há hoje produção livreira tão dinâmica como as encontradas no Rio de

Janeiro e em São Paulo, São Luís pode reconfortar-se por saber que o número de publicações na cidade vem ultimamente crescendo de forma significativa.

Neste estudo procuro construir uma ponte entre passado e presente. Assim, começo por historiar, brevemente, os processos editoriais são-luisenses, desenvolvidos ao longo do século XIX, período áureo da cultura e da economia do Maranhão, com a ambição de revisitar as peculiaridades de uma dinâmica editorial artesanal desenvolvida por poucos e dedicados operários, mas cujos produtos tinham a ambição de se aproximar, em qualidade técnica, dos que vinham da Europa e da capital do Reino. O momento mais antigo, porém intenso, de atividade editorial, determina um ciclo que jamais se fecha em si mesmo, porque seus efeitos se prolongam pelos tempos afora e consolidam práticas e convicções. Por isso mesmo, assim cremos, não há atividade livreira sem lastro temporal, sem reminiscências que, de certo modo, sedimentam e iluminam o presente. Nesta abordagem histórica panorâmica, contemplo também o século XX, se bem que de forma bem mais sucinta, dado que, por razões primordialmente socioeconômicas, o Maranhão vai fazer, ao longo do noventa, uma «travessia do deserto» e viver, por assim dizer, da memória do passado.

Em finais do século XX, a atividade editorial dá sinais de ânimo em São Luís, num contexto de revitalização econômica e social que se consolida, também, pela sequência de conquistas sociais que, a pouco tempo, deram novo alento à edição. O gradual processo de reconquista da atividade editorial dos últimos anos não mereceu ainda grande atenção dos estudiosos do livro e da edição.

Na qualidade de profissional da edição, na cidade de São Luís, percebo cada vez mais a necessidade de investigar o modo como a edição se tem vindo a reconstruir. Conhecer a produção editorial de São Luís nos dias de hoje, suas práticas, processos e modos de operar são aspectos de grande importância para os profissionais da área editorial, sobretudo para perspectivar o futuro com pleno conhecimento da situação presente, mas também, talvez de um ponto de vista mais utópico, para equacionar o passado da «Atenas Brasileira» na projeção de um renascimento editorial de São Luís no século que agora começa.

1.1. Questões centrais da investigação

A temática que me proponho abordar neste trabalho gira em torno da questão central: Como se configura a atividade editorial na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, neste início de século? O período privilegiado por esta pesquisa compreende, portanto, os últimos anos da vida editorial na capital dos maranhenses. Quisemos, contudo, revisitar os tempos da «Atenas brasileira» e historiar um pouco o percurso da atividade editorial da cidade de São Luís. Sabemos que não se produzem livros sem um ambiente cultural que os acolha e os legitime como peças fundamentais de irradiação dos saberes das civilizações. E especialmente para o maranhense culto o que se fez no século XIX na Ilha de Upaon-Açu, período áureo da literatura maranhense, e de intensa atividade em tipografias de São Luís do Maranhão, em termos literários, é lastro dos mais preciosos a iluminar o presente.

Tendo em conta que um cenário editorial, qualquer que seja, é sempre moldado pelo contexto histórico, socioeconômico e cultural, bem como por práticas e características do ofício, nesta investigação impõe-se a procura de respostas a toda uma série de questões mais específicas, que se articulam e entrecruzam:

- Depois de anos de grande vitalidade cultural e editorial, quais as causas da decadência dos ofícios do livro no Maranhão novecentista e como vem a edição ganhando novo fôlego, nos tempos atuais?
- Qual o perfil e o papel das editoras, hoje, no espaço de São Luís do Maranhão?
- Quais as linhas de conduta editorial adotadas no espaço sociocultural no Maranhão? Como se perfila o modo de produção editorial?
- Que características marcam a atividade editorial em São Luís entre os anos 2001 e 2010? É possível caracterizar como profissional a produção editorial em São Luís, neste período?
- Os livros hoje produzidos no Maranhão ultrapassam as barreiras do estado, por efeito de distribuição organizada? Quais as estratégias de divulgação da produção livreira do Maranhão? Qual o alcance atual das políticas de difusão do livro?
- De uma perspectiva mais histórica: é razoável admitir aproximações entre o Maranhão editorial do século XIX e a vida editorial tal como se processou entre os anos de 2001 e 2010, ou isso não passa de mera evocação de um passado

respeitável, mas para sempre perdido? Constituir-se-á ainda hoje a «Atenas brasileira» espécie de estímulo para a revitalização cultural e editorial da cidade de São Luís?

1.2. Vetores da pesquisa

O período áureo da letras e da cultura no Maranhão, no século XIX, é aquele que até hoje mereceu dos investigadores maior atenção. Na intenção de caracterizar essa época, utilizamos referências bibliográficas capazes de jogar luzes sobre o terreno que estamos a vasculhar, como César Marques (1864; 1878); J. M. C. Frias (2001), Antônio Lopes (1959), Ribeiro do Amaral ([190-]); Nelson W. Sodré (1999); J. M. de Melo (2003); e Laurence Hallewell (2005).

Para traçar o atual panorama editorial em São Luís, os dados acerca dos determinantes econômicos e das condições socioculturais são fundamentais, pois ajudam a compreender as praxes editoriais. Ajuntamos dados no *site* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de modo a que constituíssemos um inventário das publicações realizadas em São Luís, por editora. Telefonamos, enviamos *e-mails* e fizemos visitas às casas livreas de São Luís, meios pelos quais procuramos extrair o máximo de informações possíveis, para traçar o quadro editorial da cidade. Não pudemos realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a atividade livreira atual, porque não existe pesquisa acerca do assunto.

Já de uma perspectiva mais focalizada no setor editorial, a pesquisa centrou-se em aspectos fundamentais desse importante setor da indústria da informação, como os seus processos editoriais, o sistema de distribuição e de comercialização. A produção editorial, suas praxes, processos e modos de operar são, de fato, aspectos de grande relevância para a verificação do *estado da arte editorial*.

Destacamos, também, para a elaboração deste trabalho, a realização de inquéritos (vid. *supra* Anexo 1:101) e entrevistas a especialistas e a antigos e atuais editores de São Luís. A história oral constituiu-se assim também como importante fonte de informação. Como afirma Brandão (1991:34), a história oral «[...] é uma forma de investigação qualitativa que se baseia em depoimentos gravados para preencher lacunas existentes nos documentos escritos, não ignorando a teoria. Tem limitações e envolve a interdisciplinaridade [...]». Houve, naturalmente o cuidado de tentar conferir e ponderar criticamente os testemunhos sobre o trabalho editorial em São Luís do Maranhão no

período citado, testemunhos, esses, que, apesar de algumas limitações, foram, mesmo assim, enriquecedores.

A pesquisa *histórica, bibliográfica e documental*¹ permitiu apresentar um quadro mais completo dos materiais impressos produzidos entre 2001 e 2010. A análise utilizou como instrumento básico o material coletado em fontes documentais, gráficas, fotográficas, *designs*, CD ROMs, exemplares de edições impressas e livros de registros oficiais. Para melhor apreensão do panorama editorial em São Luís, foram tomadas em conta as seguintes categorias de análise:

- os lastros históricos da atividade editorial;
- condições socioeconômicas e culturais da região;
- papel das editoras em São Luís do Maranhão;
- as políticas editoriais adotadas;
- modos de impressão e de funcionamentos das tipografias/editoras;
- comercialização e divulgação do livro.

1.3. Organização da dissertação

Nesta investigação procuramos, como já dito, traçar um arco entre passado e presente, alimentada pela preocupação de enquadrar as realidades editoriais de diferentes períodos na vida do Maranhão no mais vasto contexto histórico, socioeconômico e cultural. O primeiro capítulo faz uma incursão pela história do Maranhão, e explora, principalmente, aspectos sociais, econômicos e culturais que condicionaram a atividade da produção livreira no Estado do Maranhão no século XIX e determinaram o seu arrefecimento a partir da viragem do século, levando a uma quase total estagnação ao longo do século XX. Veremos mais à frente, nos anos 80, sinais de melhoria da economia, acompanhadas de medidas socioculturais relevantes, como é o caso da autorização de

¹ De acordo com Maria Lúcia Almeida, a pesquisa histórica «consiste em descrever e comparar usos, costumes, tendências e diferenças, através da documentação do passado.» (Almeida, 1996:106). A pesquisa bibliográfica trata do «levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico [...]» (Lakatos e Marconi, 1987:66). Já sobre pesquisas documentais, Lakatos e Marconi (1996:57) enfatizam sua importância e que elas «podem ser encontrados em arquivos públicos e particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares [...]»

funcionamento de instituições de ensino superior particulares no Brasil, nos anos 90, e que propiciaram o retorno da cidade às atividades livresas.

O segundo capítulo se alimenta da mesma disposição do capítulo anterior. Nele se busca situar, temporalmente, os lastros da atividade editorial maranhense, conforme se verificou durante o Segundo Império brasileiro, bem como os fatores que levaram ao arrefecimento da produção livreira no Estado neste período. O fluxo cultural é, como se sabe, importantíssimo determinante para o corpo social, porque ele imprime na sociedade as preferências, os valores, as crenças e procedimentos de qualquer atividade.

No terceiro capítulo mantivemos os mesmos princípios adotados no primeiro capítulo, trazendo para o corpo desta investigação os lastros socioeconômicos e culturais que determinaram a atividade livreira em São Luís nos dez primeiros anos deste século. O quadro econômico, social e cultural do século XXI no Maranhão é, por todas as razões, completamente diferente do XIX. A complexidade das relações econômicas do mundo globalizado, dos diferentes impulsos trazidos pelas conquistas científicas e tecnológicas, da expansão do acesso à informação e à educação escolarizada imprimiu no estado do Maranhão um novo *status* cultural. Tal complexidade se reflete na esfera da produção livreira, pois que agora, na atual «sociedade da informação», os mananciais de informação, de todos os tipos, são solicitados, de modo muito mais integrado e mais dinâmico.

O quarto capítulo traça um quadro da atividade livreira em São Luís do Maranhão, no período de 2001 a 2010. Com base na análise do desempenho das editoras de São Luís, capital do Maranhão, cadastradas na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, construímos um demonstrativo de suas práticas e rotinas, de seus resultados e de suas limitações. Com o auxílio de informações colhidas junto a intelectuais ligados à produção livreira, de gestores e funcionários de editoras, foi possível conferir a dimensão alcançada pela atividade produtiva livreira ludovicense.

O quinto capítulo faz uma avaliação da produção livreira no período em questão. Nele são analisados os fatores que impulsionaram especificamente a produção de livros, procurando-se proceder a uma apreciação crítica da realidade da atividade livreira vivida atualmente em São Luís.

No final do trabalho, anexamos documentos importantes, que nortearam este estudo, e que são essenciais para dirimir eventuais dúvidas. A lista de anexos é formada pelo inquérito aplicado às editoras ludovicenses, por leis, regulamentos, indicadores de produção livreira do Brasil e por um inventário da produção livreira editorial de São Luís.

Esclarecemos que não pretendemos, com esta investigação, elaborar um estudo definitivo sobre a edição em São Luís do Maranhão, na atualidade, e sim tentar preencher uma lacuna deixada pela falta de pesquisas nesta área. Esperamos também que, para futuras pesquisas, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e algumas casas livresiras ludovicenses colaborem um pouco com os trabalhos de pesquisas, que sejam mais flexíveis à cessão de informações. Este foi um grande obstáculo para o bom desenvolvimento da investigação. Apesar das adversidades, esperamos, com esta dissertação, estar contribuindo com informações consistentes sobre a evolução da atividade editorial ludovicense, bem como para que se perceba, com um pouco mais de acuidade, o atual panorama da edição na cidade de São Luís.

2. VISLUMBRE DA TERRA MARANHENSE

A história do Maranhão segue muito de perto o que se passou com outros estados do imenso território chamado Brasil, e que trouxe, aos portugueses, enormes dificuldades tanto ocupar quanto para administrar. Ainda no século XVI, o Rei D. Manuel dividiu o Brasil em 12 capitanias hereditárias, cabendo a do Maranhão a João de Barros (1496-1570). Em 1535, parte de Portugal a esquadra comandada por Aires da Cunha, que tinha a missão de tomar posse da capitania do Maranhão em nome de seu donatário, João de Barros. Mas quando a esquadra chega às costas do Maranhão, em Março de 1536, fortes chuvas e vento castigavam a região e a nau capitânia desapareceu.

No século XVII, São Luís sofreu duas invasões. A primeira, em Julho de 1612, com a expedição de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, oficial da marinha francesa, ainda sob ordens de Henrique IV, Rei de França. Na tentativa portuguesa de expulsar os franceses da terra ainda pouco ocupada, ocorre, em Guaxenduba, a “Batalha Milagrosa”.² Após a batalha, suspenderam-se as hostilidades. Ravardière esperou ajuda ou orientações de França, que nunca vieram. Em 1615, sob o comando de Alexandre de Moura,³ o conflito recomeçou. Os franceses, derrotados, voltaram à Europa, com exceção daqueles que se haviam casado com índias tupinambás e que preferiram ficar como colonos. Imediatamente, os portugueses mudaram o nome do forte “São Luís”, construído pelos franceses, para “São Filipe”, em homenagem a Filipe II de Portugal.

Vamos abrir um parêntese, para depois retornar ao século XVII. A curta estada francesa e o fato de eles não terem construído uma cidade (apenas um forte) traz intensos debates sobre a fundação de São Luís – se feita por portugueses ou por franceses. A discussão em torno da alegada fundação da cidade de São Luís pelos franceses ganhou fôlego em 2000, após lançamento do livro *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, da historiadora Lourdes Lacroix,⁴ reconhecida especialista em assuntos de história do

² A batalha ganhou esse nome porque as tropas portuguesas, em número muito menor, fatigadas de tantas marchas e sem roupas nem alimentos, venceram mesmo assim o combate.

³ Alexandre de Moura era fidalgo da Casa Real. Cavaleiro do hábito de São Bento de Avis, administrou a Capela de Vasco Esteves. Ele foi comandante da armada na Conquista do Maranhão, levando os supremos poderes de General da Guerra, capitão-mor da Capitania de Pernambuco, por doze anos, e Almirante da Armada de Portugal. Alexandre de Moura ficou conhecido como o mais destacado líder do exército português que contribuiu para a destruição do sonho francês de fundar a França Equinocial.

⁴ Lourdes Lacroix é professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Maranhão. Neste trabalho, Lourdes Lacroix, baseando-se numa aturada investigação, sustenta a tese da não-fundação francesa de São Luís.

Afirma a historiadora que uma das razões da criação do mito se prende a alguma necessidade sentida pelos maranhenses de compensarem a gradual decadência do outrora quarto mais rico estado do Império Brasileiro, com a «ficcionalização» da gênese singular da cidade e da excepcional erudição dos seus habitantes:

O maranhense tratou de cultivar o seu orgulho, buscando mecanismo de defesa que obnubilasse seu desencanto. Passou a louvar o passado, mostrando para o resto do Brasil aquela província diferente, de povo educado, instruído, culto, sempre atento à questão vernacular, sementeira de poetas e literatos. Para confirmar essa singularidade, trasladou a fundação de São Luís das mãos portuguesas para os franceses, inversamente à história das outras cidades brasileiras. (Lacroix, 2002:43).

Segundo Lourdes Lacroix, «[...] as instituições governamentais e o povo maranhense já estavam imbuídos do orgulho de ser a Athenas Brasileira e da sua presumida origem francesa.» (Lacroix, 2002:44). Além disso:

A elite maranhense, influenciada pelas idéias e práticas francesas sopradas durante todo o século XIX, edificava seus “*tempos de glória*”, delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular, com ênfase ao traço cultural literário. Aconteceu em São Luís a invenção de tradições, fenômeno comum na última década do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX. (Lacroix, 2002:54).

Nesse período, havia pessoas interessadas em manter esse discurso. Por isso, citando a obra *História do Maranhão* (1980), mais precisamente o capítulo intitulado “A França Equinocial em três séculos e meio”, Lourdes Lacroix diz que Mário Meireles – autor do livro – «demonstra a incorporação do discurso da inteligência, da cultura e do requinte da sociedade ludovicense, de sua origem francesa, assim como a vaidade de ser diferente de suas congêneres.» (Lacroix, 2002:45).

Lourdes Lacroix rechaça a ideia de fundação francesa de São Luís, afirmando: «Cronistas e historiadores do Maranhão dos séculos XVII, XVIII e XIX consideraram os franceses invasores, pouca importância deram à sua ação entre 1612 e 1615 e não tiveram dúvidas em atribuir a fundação de São Luís aos lusitanos.» (Lacroix, 2002:56).

De entre vários estudiosos que compartilham a teoria de Lourdes Lacroix, podemos citar António Joaquim de Mello, que atribui a fundação da cidade de São Luís a Jerónimo de Albuquerque, quando fala dele como «[...] o conquistador das terras do Maranhão,

primeiro governador dessa Província, e fundador da cidade de São Luiz, sua capital, hoje uma das maiores, e mais elegantes do Império.» (Mello, 1959:85).

As afirmações de Lourdes Lacroix e António Joaquim de Mello podem ser ratificadas nos “*Annaes históricos de Berredo*”,⁵ onde se lê: «Logo que o General Alexandre de Moura sahio da bahia do Maranhão, applicou Jeronymo de Albuquerque o principal cuidado à *util fundação de huma Cidade naquella* [sic] *mesmo sitio* [...]». (Berredo, 1849:173) (grifos nossos).

De volta ao século XVII, a partir de 1618, começaram a chegar em São Luís os açorianos (foram 1.100 em dez anos). A chegada de levas de famílias açorianas fez com que São Luís fosse tomando, gradual e lentamente, forma urbana, e a vida civil e económica começasse a se organizar. A localização da cidade muito a favoreceu, pois São Luís estava mais próxima da Europa do que a Bahia, onde se encontrava a sede do governo geral do Brasil. Por esse motivo, em 1621, foi criado o estado do Maranhão e Grão-Pará, cuja sede era São Luís.

Em 1641, ocorre a segunda invasão, agora da parte dos holandeses, sob o comando de Jan Cornelizoon Lichtardt e Koin Handerson. O principal objetivo da incursão era a expansão da indústria açucareira holandesa. São Luís foi saqueada e nem as igrejas foram poupadas. Mas, em 1642, os portugueses mobilizaram-se para expulsar os holandeses. Finalmente, após violenta batalha, os holandeses, derrotados, desocuparam a Ilha de São Luís.

Em 1684, ocorreu no Maranhão um episódio considerável para a história do Brasil: a Revolta de Beckman (Bequimão), a primeira insurreição à Coroa Portuguesa, sob o comando de Jorge de Sampaio e dos irmãos Manuel e Tomás Beckman. O movimento conseguiu adesão de proprietários de engenho, comerciantes e alguns religiosos, e exigia, entre outras coisas, o fim dos privilégios aos Jesuítas e a extinção da Companhia do Geral Comércio. A insurreição foi contida; Manuel Beckman e Jorge de Sampaio foram decapitados e seus cúmplices presos. A pesada mão da Coroa Portuguesa deixava, assim, exposto seu propósito de estancar, a ferro e fogo, qualquer insubordinação, qualquer levante de maior gravidade.

⁵ Bernardo Pereira de Berredo foi governador do estado do Maranhão entre 1718 e 1722.

Em 1755, foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão,⁶ para fortalecer as relações mercantilistas no Reino, fato que marca o século XVIII e a história maranhense, pelos primeiros sinais de crescimento econômico. A vida econômica maranhense ganhou vigor num período marcado pela «economia do algodão», tornando-se o Grão-Pará e Maranhão um dos mais prósperos do Império.⁷ Tamanha pujança econômica favoreceu-o no cenário colonial e mundial, fornecendo-lhe as bases para os movimentos artístico-culturais que celebrizariam esta página da história maranhense. Assim, até o fim da história colonial brasileira, os laços culturais, comerciais e administrativos do Maranhão com Portugal permaneceram fortes, e, normalmente, os filhos dos chamados «senhores de engenho» e dos comerciantes ricos estudavam em Portugal.

O Maranhão era possessão de Lisboa, e os vínculos que mantinha com o resto do Brasil eram frágeis. A força dessa aliança com a terra lusitana foi confirmada durante a luta de independência brasileira (a partir de 1822), com o apoio maranhense à permanência do comando português. O Maranhão, favorável aos interesses portugueses, contrariava as ordens vindas do Rio de Janeiro, sede do Império. Mas, em 28 de Julho de 1823, a cidade de São Luís, reduto português, foi obrigada a aderir à Independência, após ser bloqueada por mar pela esquadra do *Lord Cochrane* (1775-1860).⁸

No período regencial brasileiro (1831-1840), o povo maranhense ainda presenciou dois grandes levantes, a *Setembrada*⁹ e a *Balaçada*¹⁰. Anos mais tarde, em 1889, cai o Império no Brasil, dando lugar à República.

No Brasil República, o Maranhão viveu anos de escassez financeira, passando quase todo o século XX em clima de extrema pobreza, depois do fechamento de inúmeras fábricas, por conta da decadência de sua economia. Como verificaremos no tópico seguinte, a abolição da escravidão foi também um dos fatores que levaram à desaceleração

⁶ O estado do Maranhão passou a chamar-se estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo a capital transferida para cidade de Belém do Pará.

⁷ Em 1772, Portugal dividiu o estado do Grão-Pará e Maranhão.

⁸ Britânico, Marquês do Maranhão, Lord Cochrane foi o primeiro Almirante da Armada Imperial do Brasil.

⁹ Em 1831, foi desencadeada a *Setembrada*, movimento que reuniu populares e tropas em São Luís em torno da expulsão de portugueses e religiosos e da demissão de brasileiros não natos, considerados “inimigos da independência”. (Pinheiro, 2004).

¹⁰ Em 1838, a *Balaçada*, revolta desencadeada pela briga entre grupos políticos, sintetizou uma conjuntura de problemas econômicos, desmandos e exclusão social. A mobilização, liderada por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, e Raimundo Gomes, teve o apoio dos liberais e ganhou caráter popular com a adesão de homens livres e dos negros, comandados por Negro Cosme, que entrou para a história como uma das importantes lideranças negras do Maranhão. Sem almejar mudar a estrutura social da Província, o movimento foi sufocado, após penetrar em algumas cidades do interior, como Caxias. (Pinheiro, 2004).

do equilíbrio econômico, e que não foi ultrapassado, o que produziu desastrosas consequências para a vida econômica, política e cultural maranhense.

Somente a partir dos anos setenta, verificam-se sinais de melhorias, mesmo pequenos. Iniciou-se o processo de expansão urbana de São Luís, com a construção de áreas residenciais para a classe média como, por exemplo, Apicum e Sítio Leal, e com a construção da Ponte José Sarney, que permitiu acesso às praias e às áreas residenciais mais valorizadas da capital maranhense, nos dias de hoje como São Francisco, Renascença e Calhau.

Figura 1: Em primeiro plano, o Centro Histórico de São Luís; ao fundo, sobre o rio Anil, a Ponte José Sarney e o Bairro do São Francisco.



Fonte: <http://turismo.culturamix.com/atracoes-turisticas/sao-luis-do-maranhao>

Nos anos oitenta, empresas de grande porte instalaram-se em São Luís, acenando de forma positiva para o desenvolvimento da cidade, mesmo que de forma ainda acanhada. O Maranhão ainda viu José Sarney, um filho da terra, presidente do Brasil, no período 1985-1990. Atualmente, o estado é governado por sua filha, Roseana Sarney, reeleita em 2010, com mandato até o fim de 2014. Já a cidade de São Luís é administrada por João Castelo, prefeito municipal, eleito para o quadriênio 2008-2012.

2.1 Vida socioeconômica e cultural do Maranhão no oitocentos

Neste ponto do nosso trabalho, procuramos analisar a situação socioeconômica e cultural de São Luís, que marcou, como não poderia deixar de ser, a história da produção tipográfica da cidade.

2.1.1 Aspectos socioeconômicos

É inegável que a situação socioeconômica desempenha papel fundamental na vida da população, como espécie de motor. Isso fica evidente no Maranhão do século XIX, no período em que dominou a «economia do algodão», uma das mais importantes do Brasil Império –, baseada, essencialmente, na atividade agrária e escravista. A vida econômica maranhense começou a dar sinais de crescimento ainda na segunda metade do século XVIII, ganhando vigor no século XIX, quando se verifica intensa atividade do comércio. Nesta altura, o estado do Maranhão ascende à posição de quarto mais rico do Império, projeta-se no cenário nacional e edifica as bases que permitirão o florescimento daqueles movimentos artístico-culturais que viriam a garantir a São Luís um lugar de honra na história cultural do Brasil. Gaioso (1818:xxv) afirma que «[...] do estabelecimento da companhia geral do commercio em 1756, data o principio de sua prosperidade [do Maranhão], na criação da sua riqueza territorial.» Esta visão é ainda hoje suportada pelos historiadores, como Borralho (2009:63):

Em 1755, com a Criação da 2ª Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelos suprimentos de mão-de-obra escrava, insumos agrícolas e créditos aos produtores, intelectuais da época cognominaram o fastigioso momento como o da “idade de ouro” do Maranhão e finalmente, a entrada verdadeiramente desta região nos quadros do mercantilismo agro-exportador.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, foi outro fator determinante para o Maranhão atingir o apogeu no mercado mundial de algodão. Porém, o fim da Guerra de Secessão Americana (1861-1865) garantiu o retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional, com o crescimento da produção de algodão, somada à tecnologia mais avançada, acarretando aumento da produtividade e, conseqüentemente, queda de preço. O «golpe de misericórdia» na economia do estado do

Maranhão deu-se com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, o que daria fim a esse período de abundância, já que sua economia era, essencialmente, agrária e escravocrata.

Apesar do enfraquecimento econômico, aquando da proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889, o estado do Maranhão e Grão-Pará ainda guardava alguns sinais da antiga grandeza: «Entramos para o capítulo da história da República, com dezessete fábricas, das quais dez de fiação e tecelagem de algodão, sendo três em Caxias, uma em Codó e as demais em São Luís. Essa miragem, porém, cedo se desvaneceria.» (Meireles, 2001:260).

Sobre tal decadência, refere Meireles (2001:260) que a economia maranhense «[...] viu-se condenada à morte, que o mal entrou a crescer sem que se lhe encontrasse remédio pronto e adequado. A Lei Áurea deu-lhe a “extrema unção”: “A abolição do elemento servil lançara de vez a província na mais sombria miséria econômica” [...].» Além disso, e como explica Borralho:

O Maranhão passava a ser exportador de escravos a partir de 1850, invertendo a polaridade econômica da produção de algodão, arroz e açúcar, ou seja, a região que havia se notabilizado pelo escoamento da produção agrícola sofria as consequências da dependência de demanda do mercado externo – característica do modelo mercantil agroexportador – e via singrar pelo mar do Maranhão a força de trabalho que antes sustentava a economia local. Era o fim do discurso da euforia da prosperidade maranhense que, aliada aos falecimentos e partidas dos intelectuais para o Rio de Janeiro, engrossavam o caldo da melancolia. Setores ligados à agroexportação fizeram do início das exportações um fausto, como se não existisse vida antes da chegada de Marquês de Pombal. (Borralho, 2009:66).

As perdas para o Maranhão foram imensas. O historiador Jerônimo de Viveiros (*apud* Meireles, 2001:260) expõe os seguintes dados:

[...] cerca de 70 por cento dos engenhos de cana a 30 por cento das fazendas algodozeiras, fecharam as portas. As nossas propriedades agrícolas sofreram uma desvalorização instantânea de 90 por cento e os nossos grandes latifundiários, perdido o enorme capital empatado na escravidão, procuraram salvar o que e como possível, correndo a abrigar-se em São Luís para escapar à derrocada impetuosa; aqui, como que desvairados, atiraram-se, como única tábua de salvação antevista em meio do dilúvio destruidor, à loucura industrial com que se pretendeu, como se muda um cenário em palco de teatro, transformar o Maranhão, escravocrata e agrícola, num parque industrial de trabalho livre.

Refira-se ainda que, com o desenvolvimento da atividade cafeeira no sudeste do país, principalmente em São Paulo, e com a extração da borracha na região amazônica, muitos trabalhadores maranhenses partiram para essas regiões.

Tal situação dos perfis econômicos levaram ao empobrecimento do estado, que, por certo, iriam se refletir no plano da cultura. No início do século XX, a cidade estava em completo abandono. Apesar da lentidão que parecia ter tomado conta das atividades mais importantes do estado, viam-se alguns sinais de progresso, a partir das duas últimas décadas do novecentos, depois de instalação de grandes empresas como a mineradora Vale¹¹ e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar).¹²

Segundo os últimos indicadores oficiais (IBGE, 2008), o PIB de São Luís foi de 6 mil milhões de euros, o que lhe garante boa representatividade na economia nacional, 26ª posição, entre os mais de 5.000 municípios brasileiros. Apesar da boa posição, São Luís está longe de alcançar valores iguais aos de São Paulo, primeira do *ranking*, com o PIB de mais de 155 mil milhões de euros, do total de 1,3 trilhão de euros de todo o país. Já a índices populacionais (IBGE, 2011) acusaram que o Maranhão, em 2010, possuía 6.569.683 habitantes, distribuídos pelos 217 municípios que compõem a Unidade Federativa; e sua capital, São Luís, com 1.011.943, é o mais populoso do estado.

São Luís se beneficia de transportes aéreo, com o Aeroporto Internacional Cunha Machado, rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial. Um dos meios mais utilizados é o ferroviário (Vale), trecho Carajás-São Luís, no transporte de minério de ferro e de pessoas, além de grãos do norte do estado, para escoamento nos portos da capital. O complexo portuário de São Luís, formado pelo Porto do Itaqui, Terminal da Ponta da Madeira (Vale) e Terminal da Alumar, é um dos mais importantes do Brasil, ocupando o segundo lugar em movimentação de cargas. A cidade também conta com os maiores centros comerciais e de prestação de serviço do estado. (Siebert e Siebert, 2007:106).

O setor empresarial teve grande impulso com a instalação do Distrito Industrial na Ilha de São Luís, a maior área de indústrias do Maranhão. É formado por empreendimentos que atuam em diversos setores como, por exemplo, siderúrgico, químico, alimentar e cerâmico.

Já o turismo vem crescendo significativamente graças às belezas naturais e históricas, e também à riqueza das manifestações populares. Hoje, mesmo possuindo um número razoável de atividades econômicas e o maior produto interno bruto (PIB) do estado, em São Luís, tal como ocorre com nas demais cidades da Federação, a

¹¹ A Vale é a segunda maior mineradora do mundo.

¹² A Alumar é formada pelo consórcio das grandes mineradoras Alcoa, RioTintoAlcan e BHP Billiton, formando um dos maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo.

desigualdade social é muito grande, comprovada, infelizmente, pelos altos índices de analfabetismo e pelos péssimos indicadores de saúde.

Os dados apresentados referem-se somente à cidade de São Luís. O restante dos municípios maranhenses ainda amargam baixíssimos níveis de desenvolvimento humano. Segundo divulgação recente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Maranhão é o segundo estado mais miserável do Brasil, com cerca de 1,7 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.¹³

2.1.2 Aspectos culturais da Ilha de São Luís

A população maranhense resulta de uma bem-vinda tessitura de raças e gentes, que ajudam a formar uma espécie de caleidoscópio cultural – aos indígenas juntaram-se portugueses, escravos africanos e ainda, a partir de 1850, sírios e libaneses, que se estabeleceram no estado. São Luís espelha essa mistura, na arte, na literatura, nos costumes, nos valores, nas crenças, na culinária, na música, na dança, na religiosidade etc. Em tempos mais recentes, a cultura maranhense tem vindo a sofrer influências inevitáveis da globalização, que espalha mundo afora matrizes e valores culturais de diferentes rincões.

Como lembram Siebert e Siebert (2007:121), «[...] a respeito do caráter propagador do fenômeno cultural, a cultura é um fenômeno social transmitido pelo tempo, através das gerações [...]». E isso é o que realmente acontece também no Maranhão com as tradições, saberes, costumes, festividades e outras manifestações passadas de geração a geração, para que se mantenham vivas na memória.

São Luís possui a segunda biblioteca pública mais antiga do país, criada em 1829, atrás somente da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, estabelecida em 1810, após a chegada da família Real portuguesa.

Um passo importante para a formação intelectual do povo brasileiro foi dado em 1827, quando D. Pedro I promulga a *primeira lei geral de educação no Brasil*, a Lei de 15 de Outubro de 1827 (vid. *supra* Anexo 2:104), pela qual manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Depois disso, é criado o Liceu de São Luís, pela Lei n. 77, de 24 de Julho de 1838 (vid. *supra* Anexo

¹³ Cf. <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/brasil-sem-miseria-atendera-16-2-milhoes-de-pessoas/?searchterm=16.267.197>

3:106), sancionada por Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província do Maranhão. Estes fatos, de certa forma, alavancarão as atividades tipográficas, pois serão impressas cartilhas, gramáticas e livros de instrução, por exemplo, para utilização dos alunos de São Luís e de outras províncias.

Mas, infelizmente, como poderemos ver a seguir, Fran Paxeco (1923:607) nos mostra quadros educacionais nada animadores do ensino primário e secundário, no estado do Maranhão, entre 1857 e 1870, uma vez que sua população, em 1872, entre livres e escravos, passava dos 336 mil habitantes.

Quadro 1: Ensino Primário no Maranhão (1857-1870)

	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Rapazes	1.849	1.970	2.115	2.185	2.184	2.443	2.451	2.214	2.498	2.662	3.025	3.241	3.339	3.739
Meninas	347	387	433	432	457	545	636	705	730	870	983	995	1.038	1.349

Fonte: (Paxeco, 1923:607).

Quadro 2: Ensino Secundário no Maranhão (1857-1870)

1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
213	176	200	171	194	150	145	160	218	167	239	275	230	585

Fonte: (Paxeco, 1923:607).

Em finais do século XIX, segundo Fran Paxeco (1923:608), o panorama dos estabelecimentos de ensino no Maranhão era o seguinte:

Em 1896, [...] funcionavam 160 escolas primárias – 93 do sexo masculino, 61 do feminino, 4 mistas, 2 subvencionadas, com a frequência de 5.762 alunos, – 3.666 rapazes e 2.696 meninas. Ao todo, 5.762. A Escola Normal notava 5 alunos, no primeiro ano, e 3 no segundo. O Licêu, no curso das sciências e letras, 41 estudantes; avulsos, 45. Total 86 [...].

Lamentavelmente, apesar da adoção de leis para criação de escolas, e de São Luís ser conhecida como terra de escritores ilustres, de pessoas inteligentes e escolarizadas, vimos nos quadros trazidos por Fran Paxeco que a realidade da educação da população maranhense da época era bem diferente da que se alardeou, e que ainda alardeiam os mais ufanos.

Durante quase todo século XX, o Maranhão viveu estagnado econômica e culturalmente, e somente nas últimas décadas ventos de mudanças começaram a soprar por aqueles lados. Primeiro, em 1989, os holofotes estavam apontados para São Luís, por conta de um importante evento:

Foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) através do Ato Constitutivo assinado pelos Chefes de Estado do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e pelo representante do Chefe de Estado de Angola.

Após dois dias de reunião, 1 e 2 de novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, no Palácio dos Leões, os governantes dos países de língua portuguesa assinaram o Ato Constitutivo do IILP e a Declaração de São Luís do Maranhão, o que foi comunicado formalmente à Assembléia Geral da UNESCO. (IPHAN, 1990:10).

Posteriormente, em 1997, São Luís foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade: «São Luís foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em 1997, com base nos critérios (iii), (iv) e (v). É um exemplar excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas do Brasil equatorial.»¹⁴ (Machado e Braga, 2010:37).

Figura 2: Rua Portugal, no Projeto Reviver, área da cidade reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.



Foto: Margareth Figueiredo (2008).

¹⁴ Para a inclusão de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial, o dossiê da candidatura deve demonstrar que o bem atende a, pelo menos, um dos seguintes critérios: [...] iii) Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; iv) Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade; v) Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis; [...]. (cf. Machado e Braga, 2010:15s)

Já no período atual, desde 2007, para ser mais exato, ocorre a Feira do Livro de São Luís, evento que vem alcançando números nada modestos. A última Feira aconteceu no período de 12 a 21 de Novembro de 2010, e, segundo a organização, cerca de 220 mil pessoas circularam pelos corredores, onde foram vendidos 264 mil livros. (cf. Vidigal, 2010).

Os números atuais da educação de São Luís são bastante expressivos, pois, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED),¹⁵ em 2010, São Luís alcançou 112.879 alunos distribuídos em 170 escolas municipais – educação infantil (78) e ensino fundamental/EJA (92). (cf. SEMED, 2010). Já os dados da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), acusaram 2.291.842 alunos matriculados em todo o estado do Maranhão, em 2008, distribuídos nas seguintes modalidades: Creche; Pré-escolar; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Médio. (cf. SEDUC, 2009). Infelizmente, não foi possível discriminar somente os alunos da capital.

São Luís possui ainda um número considerável de instituições de ensino superior (IES) – 34 no total (vid. *supra* Anexo 4:108) –, contabilizando apenas as reconhecidas pelo Ministério de Educação (MEC).¹⁶ São três instituições públicas (duas federais e uma estadual) e 31 instituições privadas.¹⁷

Os últimos dados do Ministério da Educação (MEC), no Censo da Educação Superior 2009,¹⁸ apontaram que o Maranhão possui 77.295 alunos matriculados em instituições de ensino superior (29.190 em instituições públicas e 48.105 em instituições privadas), dos quais 53 mil encontram-se matriculados em cursos de bacharelado, como medicina, direito, ciências contábeis e comunicação. Isto significa que 68,83% dos estudantes maranhenses de nível superior estão nesta modalidade.

Segundo o Censo 2009, a Universidade Federal do Maranhão (Ufma), a mais antiga e mais importante instituição de ensino superior do estado, instituída em 1966, assinala 16.228 alunos matriculados em cursos de graduação presencial e 224 em cursos a distância. Ainda em 2009, a Ufma ofereceu 4.232 vagas, distribuídas em 59 cursos de

¹⁵ A SEMED é responsável pela somente pela educação infantil e ensino fundamental, na cidade de São Luís.

¹⁶ Cf. <http://emec.mec.gov.br/>

¹⁷ A proliferação de IES no Maranhão, como de resto no Brasil, deve-se à autorização do Governo Federal, no início de 1990, de funcionamento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Letras e Pedagogia, em instituições privadas. Hoje, muitas dessas instituições oferecem cursos em outras áreas, como saúde, ciência e tecnologia.

¹⁸ Cf. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/superior-censosuperior-sinopse>

graduação (4.132 vagas em 54 cursos presenciais; e 100 vagas em 5 cursos a distância). A instituição possui 8 *campi* em todo o estado do Maranhão e 20 cursos *stricto sensu* (mestrados e doutorados).

A cidade de São Luís possui duas bibliotecas públicas, uma municipal e outra estadual. Apesar de ter o acervo mais rico da cidade (obras raras e jornais), a Biblioteca Pública Benedito Leite – a segunda mais antiga do Brasil, fundada em 1829 – está fechada há mais de dois anos, prejudicando a população da cidade e do resto do estado. Embora esta biblioteca estadual cumpra relevante papel na vida cultural da capital maranhense, há tempos seu acervo não é atualizado. As autoridades dizem que ela será reaberta talvez em Setembro deste ano. A biblioteca foi fechada porque a estrutura do edifício apresenta problemas, e há risco de desabamento.

São Luís é rica em manifestações artísticas e culturais, como o bumba-meu-boi, o tambor de crioula, o cacuriá, as quadrilhas juninas, a dança portuguesa e, principalmente, pelas festas de *reggae*. A capital maranhense possui vida noturna movimentada, com bares e restaurantes, clubes de festas, cinemas, museus e teatros. O Teatro Artur Azevedo, fundado em 1817, é o segundo mais antigo do país, e recente reforma dotou-o de equipamentos e recursos cênicos de última geração. A sua imponência (como se pode ver nas imagens abaixo) e a qualidade de suas instalações técnicas não chegaram a produzir, ainda, resultados animadores na esfera teatral da cidade: as suas taxas de utilização ficam abaixo das expectativas e trazem poucas apresentações relevantes.

Figura 3: Teatro Artur Azevedo, localizado na Rua do Sol, Centro de São Luís.



Fonte: <http://wikimapia.org/780586/pt/Teatro-Arthur-Azevedo>

A culinária de São Luís também é bastante conhecida, tendo como pratos mais importantes o arroz de cuxá, o peixe frito, a torta de camarão e a caranguejada. A vida noturna é muito «agitada», por isso São Luís é conhecida como uma cidade festeira.

Se, por um lado, a cidade de São Luís oferece atrações artísticas e culturais, vida noturna relativamente agitada, não se pode dizer o mesmo quando esticamos os olhos para o cenário erudito. Se há abundância de festas e manifestações culturais de natureza popular na capital maranhense, que atraem milhares de pessoas, pouca atenção se dá às expressões artísticas maiores. Não só a cidade de São Luís, mas o estado do Maranhão carece de iniciativas mais sistemáticas no sentido de promover espetáculos e eventos de reconhecido potencial erudito.

O que significa dizer que há ainda uma longa jornada até que se chegue a níveis razoáveis de amadurecimento cultural, e de, por extensão, vida livreira compatível com as necessidades de uma civilização que está crescendo economicamente, e que alimenta expectativas de bem-aventurança. E como as condições sociais nunca encontram respostas satisfatórias amparadas apenas no agora, o capítulo a seguir procura traçar um curso histórico da produção da imprensa maranhense. A medida, como dissemos, procura criar uma ponte entre passado e presente, entre memória vetusta e realização presente.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO

Neste capítulo debruçamo-nos sobre as origens da impressão no Maranhão que, a par com o restante dos estados da Federação, só tarde se conseguiu abrir à «arte negra». Torna-se relevante para esta pesquisa saber como surgiram as primeiras tipografias e como começou a produção editorial em São Luís. A história do livro impresso remonta a mais de cinco séculos, mas, para os brasileiros, podemos dizer que é uma história recente, pois, oficialmente, só em 1808 se começou a imprimir no Brasil.

Na verdade, é a família Real que, ao estabelecer-se no Brasil, em 1808, cria a primeira casa impressora devidamente autorizada, a Imprensa Régia. De acordo com J. V. Matos, a inauguração oficial do novo prelo aconteceu em 13 de maio de 1808: «[...] o príncipe regente, ao depois D. João VI, mandou estabelecer a imprensa que tomou o título de Impressão Regia [...]. Em homenagem ao natalício do príncipe que a instituiu e lhe dava existência oficial, publicou a Impressão regia a sua primeira obra.» (Matos, 1900:32s).

Como era de se esperar, apesar do relativo consenso sobre o ano da fundação da imprensa brasileira, 1808,¹⁹ há quem o conteste. Na obra *O livro no Brasil: sua história*, Laurence Hallewell²⁰ mostra que alguns historiadores pernambucanos afirmam que foi «[...] de fato, no Recife que se instalou o primeiro prelo do Brasil.» (Hallewell, 2005:88). Já outros investigadores, como Artur Anselmo e José Veríssimo, defendem que terá sido o português António Isidoro da Fonseca a instalar em terras brasileiras a primeira tipografia, em 1747:

[António Isidoro da Fonseca] segundo o historiador Artur Anselmo, foi, com sua primeira oficina, em Lisboa, um dos dez maiores editores portugueses da “fase esplendorosa” do reinado de D. João V (1707-1750), em “número de obras acabadas”. Foi ele também que, há exatos 260 anos [...], publicou, no Rio de Janeiro, o primeiro livro impresso em terras brasileiras e só por isso mereceria melhor sorte em nossa historiografia.

[...]

José Veríssimo, em estudo pioneiro (1900: 32), apresenta António Isidoro da Fonseca como o “patriarcha da imprensa no Brasil”. (Bragança, 2007:1s).

¹⁹ Sobre o ano inaugural da impressão no Brasil, há consenso entre diversos pesquisadores, a exemplo de Rubens Borba de Moraes (1993:xvii), José Marques de Melo (2003:87) e Lavina Madeira Ribeiro (2004:35).

²⁰ O bibliotecário inglês Laurence Hallewell é um dos maiores especialistas sobre a indústria editorial brasileira.

Para polemizar ainda mais o assunto, José Marques de Melo (2003:142) identifica iniciativas anteriores de implantação de atividades impressoras no Brasil, algumas bem antes da chegada de António Isidoro da Fonseca:

1642 - Recife (Holandeses);
 1700 - Paraná (jesuítas espanhóis);
 1706 - Recife (Impressor anônimo);
 1747 - Rio de Janeiro (António Isidoro da Fonseca);
 1770 - Salvador (Fábrica de cartas de jogar);
 1807 - Vila Rica (Pe. Viegas de Menezes).

Independentemente da polêmica, podemos analisar o quadro elaborado por J. M. Melo, onde é mostrado o distanciamento entre o início das ocupações territoriais das Américas Espanhola, Inglesa e Portuguesa e as datas de introdução das imprensas nas respectivas colônias:

Quadro 3: Início das ocupações em áreas coloniais nas Américas Espanhola, Inglesa e Portuguesa e a data da introdução da imprensa

Área colonial	Início da ocupação territorial	Data da introdução da imprensa	Período que separa os dois episódios
América Espanhola	1519	1533	14 anos
América Inglesa	1620	1638	18 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos

Fonte. Melo (2003:71).

Uma explicação plausível para este fato, segundo análise de J. M. de Melo, é que «em relação à América Portuguesa, há uma grande distância entre o começo da ocupação e o funcionamento efetivo de uma administração colonial, circunstância que, isoladamente, já pode esclarecer a ausência de tipografias naquele período.» (Melo, 2003:71).

Autores como Nelson Werneck Sodré (1999:17) e Laurence Hallewell (2005:95), explicam o impedimento de tipografias em terras tupinambás com base na Ordem Régia de 6 de Julho de 1747, que mandava sequestrar obras ou papéis avulsos impressos, estando o dono da tipografia sujeito a prisão e a ser enviado ao Reino. J. A. Neves (1989:52) entende, contudo, que esta tese é indefensável:

Vem a isto a propósito da ideia falsa e preconceituosa de que os portugueses não trouxeram antes o prelo para o Brasil para manter a população na ignorância. Mas quais populações? E quem que nessa altura poderia ler? O índio e o colonizador do actual Maranhão ou do Rio Grande do Sul, de São Paulo ou do Recife.

J. A. Neves (1989:52) diz ainda que o governo português «poderia também ter as suas razões políticas para evitar que a imprensa se desenvolvesse no Brasil», ao mesmo tempo que diz que não foi por acaso que todas as impressões se fizeram, em todos os países, sob o controle das cortes.

Com estes testemunhos de divergência de posições é nosso objetivo mostrar que a polémica é não só alimentada pela discussão entre colonizador e colonizado como também pela falta de documentos fiáveis, o que dificulta a exatidão dos dados, levantando questionamentos em relação às datas e à veracidade das informações. Outrossim, queremos deixar claro que, da mesma forma que aconteceu no Brasil, a história da implantação da tipografia em Portugal também é recheada de controvérsias. Há várias hipóteses sobre o surgimento da imprensa em terras lusitanas. A primeira dá conta que foi em Leiria, entre 1470 e 1474, que surgiu o primeiro prelo, operado por tipógrafos alemães. Esta hipótese, defendida por Américo Cortês Pinto e António Ribeiro dos Santos, não é tida como suficientemente fundamentada.

Segundo a hipótese trazida por Tércio Miranda:

A primeira oficina, segundo Cerdeira, data de 1480 ou 1481 e os trabalhos produzidos não eram impressos com tipos móveis, mas sim feitos em xilografia ou na presumível plumbografia.

Este facto tem sido aceite e tem estabelecido um raciocínio plausível. Ele tem sido seguido por autores interessados no problema das origens da Tipografia, que dão, pois, a entrada da Imprensa em Portugal pelo ano de 1481. (Miranda, 1962:22).

Uma terceira hipótese, a da instalação da primeira tipografia na cidade da Guarda, apresentada por McMurtrie (1997:216) – mas não defendida – diz que:

Com base na *Carta executorial* do bispo da Guarda, datada de 13 de Outubro de 1461, sobre o breve de Pio II, expedida a solicitação de D. Afonso V, relativa à reforma do vestuário do clero, afirma-se que seria a cidade da Guarda a primeira a possuir a tipografia, introduzida naquele mesmo ano.

Já Artur Anselmo atribui o nascimento da tipografia portuguesa a Samuel Gacon, preferindo datar a introdução da «arte negra» com base na prova do livro impresso: «Saiu da oficina do judeu Samuel Gacon, em 1487, o primeiro livro impresso em Portugal, dos que chegaram até nós: o *Pentateuco*, em caracteres hebraicos, publicado em Faro.» (Anselmo, 1991:97).

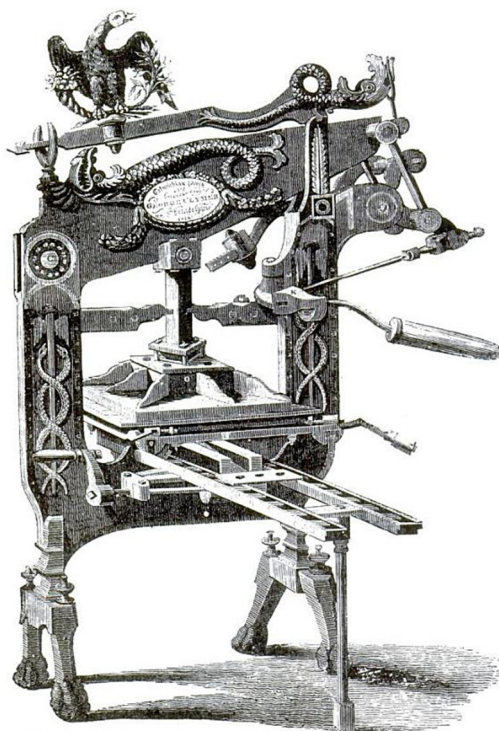
As informações são importantes para verificarmos que as teses sobre datas de implantação das tipografias nos diferentes países são sempre susceptíveis de alguma

controvérsia, quando se apoiam em dados que, embora relevantes, não são comprovados por registros de datas de impressão concretas de documentos disponíveis.

3.1 Um campo em nascimento

O Maranhão foi o quarto estado brasileiro a ter tipografia, logo após o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O jornalista Joaquim Serra afirma que o primeiro prelo foi trazido por Bernardo da Silveira Pinto:²¹ «A primeira typographia que funcionou no Maranhão foi mantida pelo erário real em 1821. Chegou de Lisboa á 31 de Outubro d'esse ano e começou logo á funcionar.» (Serra, 1883:15). Consonantemente, embora com insignificante desvio de datas, Hallewell (2005:170) refere: «A impressão foi introduzida na província pelo presidente Bernardo da Silveira Pinto, em novembro de 1821, quando instalou um prelo oficial para produzir o jornal do governo, o *Conciliador do Maranhão*.»²²

Figura 4: *Columbian*, primeiro equipamento tipográfico que possuiu o Maranhão, em 1821.



Fonte: Moran (1973:58).

²¹ Silveira Pinto, marechal-de-campo e administrador colonial português, foi o último capitão-general da capitania do Maranhão, entre 1819 e 1822.

²² Sobre *O Conciliador do Maranhão*, Ribeiro do Amaral ([190-]), informa: «Publicava-se, invariavelmente, duas vezes por semana; sendo, enquanto manuscrito, às quintas e domingos; e, depois que começou a sair impresso, às quartas e sábados.»

A introdução da atividade tipográfica no Maranhão está fortemente ligada a fatores políticos e econômicos. Como fator político podemos destacar a adesão de Bernardo da Silveira, em 1821, à Revolução do Porto;²³ de entre os fatores econômicos sobressai o grande crescimento da produção algodoeira no Maranhão, ainda no século XVIII. Como explica Simonsen (*apud* Barbosa, 2005:590):

Em 1818, como resultado da política de abertura dos portos estabelecida com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, as exportações maranhenses, com mais de um milhão de libras e movimentando 155 navios, colocaram a economia do Maranhão à frente da de Pernambuco, ombreando-se à da Bahia. Nessa mesma época, o Pará exportava o equivalente a 14% desse valor, e São José do Rio Negro (atual Amazonas), apenas 5%. Essa situação perdurou por mais de meio século, refletindo na melhoria das condições de vida da população, na sua formação social, no aparecimento de uma “elite” econômica e política no Maranhão. Tais mudanças justificaram a denominação de Atenas brasileira para São Luís.

Foi justamente nesse tempo que São Luís recebeu o nobre cognome de «Atenas Brasileira». O epíteto prende-se com o grande número de escritores ilustres originários do estado do Maranhão, que ficaram conhecidos como o Grupo Maranhense (1832-1868), muito embora tivessem criado isoladamente, sem um programa estético-literário comum.²⁴ Na verdade, desempenharam importantíssimo papel na cena literária nacional, pelo que a reputação de São Luís como Atenas Brasileira se mantém ainda hoje viva, bem como a fama de ser no Maranhão que, no espaço do Brasil, se fala o melhor português.

Henrique Borralho (2009:94) nos traz a seguinte informação sobre a Atenas Brasileira: «A primeira vez que a pesquisa detectou a expressão “Athenas” foi em 1851 nos folhetins de João Francisco Lisboa, escritos entre esse ano e ano seguinte, criticando a efervescência romântica, ufana utilizadora dessa expressão desde a década anterior.»

Sobre a origem do prelo encomendado pelo marechal Bernardo da Silveira, Joaquim Serra (1883:15) afirma ter vindo de Lisboa; já Artur Vitorino (2000:33), Nelson

²³ Movimento de caráter liberalista, ocorrido em 1820, que trouxe importantes mudanças a história de Portugal e do Brasil. Para Calos Mota (2008:330), uma das principais preocupações dos revolucionários portugueses era a recolonização do Brasil. Irritavam-se com a curatela inglesa, mas, sobretudo, propunham o retorno do rei D. João VI a Portugal. César Marques (1878:167), discursando na sessão do IHGB, profere: «A instituição da imprensa periódica, escreve o Sr. Francisco Sotero dos Reis no *Publicador Maranhense*, uma das mais fortes alavancas da liberdade moderna, foi introduzida em Maranhão no último período do domínio português, quando as idéias liberais grassaram em Portugal com a revolução de 1820.» Ainda sobre o assunto, Ribeiro do Amaral ([190-]) ratifica: «Proclamada a Constituição Portuguesa no Maranhão, em virtude do movimento Liberal do Porto, de 1820, sentiu-se, desde logo, a necessidade do grande e, sobre todos, mais poderoso vehiculo de civilização, a – imprensa.»

²⁴ Como esclarece Jomar Moraes (1976:90): «[...]o Grupo Maranhense não é uma escola literária ou estilo de época. A designação considera tão somente a contemporaneidade do[s] maranhenses literariamente importantes, não atentando para as diversas filiações estéticas de cada um.»

Werneck Sodré (1999:37) e o jornalista Sebastião Jorge (2008:33) dizem que ele veio de Londres; e Frias (2001:16) nos traz a vaga informação de que a tipografia chegara da Europa. Pelo menos, numa coisa todos convergem – que 31 de Outubro de 1821 foi sua data de chegada. Por isso concordamos com Antônio Lopes (1889-1950), especialista em história da tipografia maranhense, quando nos fala da dificuldade de se fazer um trabalho mais apurado sobre a gênese da impressão maranhense, pois segundo ele: «Escrever um livro sobre a história da imprensa no Maranhão seria difícil tarefa, porque escasseiam fontes onde o pesquisador possa abeberar-se para oferecer trabalho firmado em segura documentação [...]» (A. Lopes, 1959:15).

César Augusto Marques (1826-1900) diz que a instalação deste prelo causou alvoroço na cidade, e mostra a primeira impressão realizada:

A officina foi montada no predio, em que hoje tem o seu hospital a santa casa de misericordia, e apenas em estado de funcionar n'uma boa tarde ahi appareceram algumas familias, e anciosas por verem trabalhar a imprensa conseguiram os seus desejos, compondo o major Rodrigo Pinto Pizarro esta decima, que foi logo impressa.

Certas deidades um dia,
Seguidas do Deus vendado,
Foram ver por desenfado
A nova typographia:
Uma pagina se imprimia,
Não sei de que natureza,
Mas cupido com destreza,
Taes voltas nos typos deu,
Que na estampa appareceu:
Viva amor! Viva a belleza! (Marques, 1864:357)

Estava, enfim, em funcionamento a primeira tipografia em São Luís. Os primeiros profissionais a trabalhar na “Tipografia Nacional Maranhense” foram os lusitanos Francisco Antônio da Silva (impressor), Francisco José Nunes Corte Real (tipógrafo), Antônio da Silva Neves (ajudante) e Antônio Pedro Nolasco (servente e vigia). (A. Lopes, 1959:20). Além disso, «Quase tudo que os tipógrafos maranhenses conheciam de seus ofícios provinha basicamente dos quatro artesãos portugueses recrutados, em 1821, pelo presidente Silveira Pinto.» (Hallewell, 2005:172).

É indubitável a contribuição portuguesa, no início da impressão de São Luís e, pelo menos, até o final do século XIX. Deve-se a esses mestres lusitanos os ensinamentos da nobre arte e seu reflexo no sucesso que as tipografias maranhenses tiveram no cenário brasileiro. Outros tipógrafos obtiveram grande destaque nesse campo tipográfico

maranhense, sendo os mais notáveis o português José Maria Correia de Frias (1828-1903)²⁵ e o maranhense Belarmino de Matos (1830-1870)²⁶.

A seguir, listamos as tipografias encontradas na primeira fase da impressão ludovicense (século XIX). A relação foi compilada dos trabalhos de J. M. C. Frias (2001), J. H. de P. Borralho (2009), Alfredo W. B. de Almeida (2008), do Almanak do Maranhão (Rego, 1948), dos catálogos da Biblioteca Pública Benedito Leite (São Luís), da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e da Biblioteca do Senado Federal Brasileiro.²⁷

- Tipografia Nacional Imperial, antes Tipografia Nacional Maranhense (1821);
- Tipografia de Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo (1822-1850);
- Tipografia Melandiana, de Daniel G. de Mello (1825);
- Tipografia Constitucional, de Clementino José Lisboa (1830);
- Tipografia Liberal;
- Tipografia Imperial e Constitucional de Inácio José Ferreira (antes, Tip. de Abranches & Lisboa, fundada por João Francisco Lisboa e Frederico Magno d'Abranches);
- Tipografia Temperança, de Manuel Pereira Ramos;
- Tipografia de J. A. G. de Magalhães (comprada por Joaquim Correia Marques da Cunha Torres, que, depois de sua morte, em 1857, passou para as mãos de José Maria Correia de Frias);
- Tipografia Monárquica Constitucional (pertencia a Francisco de Sales Nunes Cascais, que a vendeu, em 1848, a Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, A. Teófilo de Carvalho Leal e A. Rego, editores do jornal *O Progresso*, que, após mais ou menos um ano, venderam a tipografia para o chefe da oficina, Antônio José da Cruz. *O Progresso* mudou o nome para *A Imprensa*);
- Tipografia de Sátiro Antônio de Faria;
- Tipografia Maranhense (1846-1849);
- Tipografia de Carlos F. Ribeiro e J. J. Ferreira Vale (mais tarde arrendada para Belarmino de Matos);
- Tipografia Estrella (inaugurada em 1852);
- Tipografia Teixeira;
- Tipografia de *O Paiz* (fundada em 1863, pertencia a Antônio Joaquim de Barros Lima, mas era dirigida por Temístocles Graça Aranha, pai do grande romancista maranhense Graça Aranha. Impressores: Manuel F. Viana Pires, Cristino V. de Campos, M. de J. Cunha);
- Tipografia Independente;
- Tipografia da Civilização;
- Tipografia da Pacotilha;
- Tipografia Ramos de Almeida;

²⁵ Nascido em Lisboa a 2.11.1828, Frias foi editor, escritor e jornalista, fundador do *Diário do Maranhão*, benemérito e fundador do Hospital Português do Maranhão e ainda diretor da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro. Faleceu em Lisboa a 29.1.1903. (D. C. S. Frias, 1907).

²⁶ Belarmino de Matos, o maior tipógrafo maranhense, nasceu em Axixá a 24.5.1830 e faleceu em São Luís a 27 de fevereiro de 1870, perto de completar 40 anos de idade.

²⁷ Mesmo trabalhando com esmero, para compor esta lista, existe a possibilidade de repetição de alguma tipografia, ou mesmo falta, porque, além da escassez de informações e erros detectados, na maioria dos livros pesquisados, em alguns encontramos apenas o nome do proprietário/editor, em outros apenas o nome da tipografia.

- Tipografia Imparcial Maranhense;
- Tipografia de J. Mathias;
- Tip. de J. M. A. Serrão.

O estado do Maranhão passou a ser respeitado no campo da produção editorial, inicialmente, pela sua grande qualidade técnica, comparando com as tipografias de outros centros brasileiros. Serra (1883:16), no intuito de valorizar o próspero mercado editorial maranhense, menciona uma tipografia em particular que, de entre as diversas já existentes no estado, vinha alcançando grande destaque:

Entre as notáveis oficinas typographicas do Maranhão convém especialisar a do Sr. Corrêa de Frias, que já conta muitos annos de existência sempre progressiva em melhoramentos, e que é hoje uma das melhores da provinda pela perfeição e bom gosto de seus productos.

Vale ressaltar que, no início, a imprensa do Maranhão atravessou uma das fases mais conflituosas da história daquele estado, isto porque os portugueses ali estabelecidos rejeitavam a ideia da independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I, durante o Primeiro Reinado. Após a renúncia do imperador, a imprensa maranhense enfrentou outros grandes problemas ocorridos no período regencial, como os movimentos de caráter popular *Setembrada* e *Balaçada*. Bem mais à frente, durante a República, os momentos conturbados continuaram, pois perseguições e censura aos jornais e aos tipógrafos eram frequentes. Apesar disso, nasceram bastantes jornais nessa época²⁸ – muitos deles surgiram e desapareceram rapidamente –, tanto para separar quanto para unir a sociedade, sendo de recordar vários jornalistas de prestígio, como Odorico Mendes, João Lisboa e José Cândido de Moraes.

Infelizmente, ao lado desses jornalistas que souberam honrar sua profissão, existiram aqueles que desrespeitavam os princípios éticos da imprensa, escrevendo meros pasquins:

No início da história da nossa imprensa, com a circulação do primeiro jornal *O Conciliador [do Maranhão]*, em 1821, surgiram manifestações desse tipo de periódicos. Esta folha criou uma linha editorial agressiva e inconsequente na defesa de seus interesses, como órgão áulico. (Jorge, 1998:17) (grifos do autor).

²⁸ Ribeiro do Amaral (2003:97-123) catalogou os jornais, revistas e outras publicações periódicas impressas em todo o estado do Maranhão, entre 1821 e 1908. No Anexo 5 (vid. *supra*:109), trouxemos somente os que circularam em São Luís.

Esses pasquins multiplicaram-se rapidamente no Maranhão no século XIX. Tinham a intenção de defender determinados grupos ou causas políticas, usando linguagem de baixo nível para atacar a honra dos adversários políticos ou de qualquer outro cidadão.

A esse propósito, Ramos (1986:14) acrescenta que

[...] Logo se vê que, nos dez primeiros anos de nossa imprensa, não se fez senão política. Os jornalistas, ou foram porta-vozes dos dominadores portugueses, desejosos de manter suas posições, o colonialismo, ou teceram armas pelas liberdades constitucionais, querendo a libertação da pátria de todo vínculo de além-mar. Vale registrar, ainda, a preocupação literária de alguns dos nossos jornais antigos. Com exceção de “Folha Medicinal”, da “Palmatória Semanal”, da “Gazeta Extraordinária”, todos os demais acolheram, sim, os poetas e os prosadores [...].

Em todo o período imperial, a produção das tipografias maranhenses era motivo de orgulho para o Brasil – era rica em qualidade e em quantidade. Por isso, gozando de grande prestígio na produção editorial, os livros impressos em São Luís representaram muito bem esta província na Exposição Brasileira de 1867, projetando esta cidade na lista das que possuíam importantes tipografias no país.

Ressalve-se que, como nos disse Jomar Moraes,²⁹ quando se falava da excelente qualidade de impressão tipográfica maranhense, era adotado o “padrão” que se tinha no Brasil. Para tanto, basta vermos os livros impressos em Lisboa, no mesmo período, por exemplo, que tinham uma superior qualidade.

3.2 Período áureo da imprensa maranhense

Remontam a tempos bem recuados os registros de produção poética no Maranhão – bem antes de sua projeção no cenário nacional –, com destaque para a capital. Porém, quase tudo que era escrito circulava dentro das fronteiras do estado. Será em 1832 que o poema *Hino à tarde*, de Odorico Mendes – patrono dos tradutores brasileiros –, consegue furar essa barreira, iniciando, oficialmente, a explosão da literatura maranhense. A partir desse momento, o Maranhão, que não tinha qualquer destaque no campo das letras, começa

²⁹ Jomar Moraes (n. 1940) é “imortal” da Academia Maranhense de Letras, instituição que presidiu durante 22 anos (1984-2006). Bacharel em Direito pela UFMA, é pesquisador, ensaísta, cronista, crítico e historiador da literatura maranhense. Já publicou dezenas de livros, entre os quais se destacam: *Bibliografia crítica da literatura maranhense* (1972), *Apontamentos de literatura maranhense* (1976) e *Guia de São Luís do Maranhão* (1989). A informação sobre a qualidade das tipografias maranhenses nos foi transmitida entre os dias 8 e 11 de Fevereiro deste ano.

a ver o surgimento de uma grande safra de escritores ilustres, o que fez São Luís ser conhecida como Atenas Brasileira.

Sobre este assunto, Laurence Hallewell diz:

A idade áurea da literatura maranhense começa, talvez, com o aparecimento dos primeiros poemas de Gonçalves Dias no *Arquivo Maranhense*, em meados da década de 1840, e dura até a partida de Aluísio Azevedo para o Rio, no começo da década de 1880. (Hallewell, 2005:170).

Ainda, segundo Hallewell (2005:167): «Em meados do século XIX, a produção de livros, como manifestação incidental da prosperidade maranhense, alcançou alto padrão de excelência técnica e estética e volume suficiente para novamente chamar a atenção para as edições provinciais.»

A produção literária maranhense era tão admirável que o paraense José Veríssimo – escritor, educador, jornalista, estudioso da literatura brasileira, membro e principal idealizador da Academia Brasileira de Letras –, dedica em *Gonçalves Dias e o grupo maranhense*, sua mais importante obra, um capítulo especial aos grandes escritores da “terra das palmeiras”, como Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis e Odorico Mendes.

O sergipano Sílvio Romero (1851-1914) – respeitado crítico literário, além de ensaísta, poeta, filósofo, professor e político brasileiro –, em *História da literatura brasileira*, dedica parte de seu livro aos escritores maranhenses, com destaque especial para as obras de Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes, Joaquim Serra, Trajano Galvão, Gentil Braga e Sousândrade.

Sílvio Romero (1903:371), exprimindo o vigor do maranhense diz: «O Maranhão é uma de nossas províncias onde o espírito popular é mais vivaz [...]», reconhecendo também a diversidade cultural e intelectual da província, já que os escritores eram tão diferentes que: «O laço que os prende é terem nascido na mesma terra e vivido quasi todos no mesmo tempo.» (Romero, 1902:540).

O desenvolvimento econômico e o enriquecimento de grandes senhores do Maranhão permitiram, ainda no século XVIII,

[...] o luxo de mandar seus filhos, os futuros condes, viscondes, barões, moços fidalgos, e comendadores, a estudar na Europa principalmente em Coimbra, mas não raro na França e na Alemanha, de onde voltariam bacharéis e doutores em leis, filosofia, medicina, matemática [...]. (Meireles, 2001:260).

A respeito dos maranhenses que voltaram dos países d'além-mar, Henrique Borralho nos diz que eles

[...] introduziam leituras e certos costumes europeus na cidade. Como se não bastasse, iniciava-se a construção do primeiro teatro brasileiro. O que não ocorreu em virtude do atraso das obras, fazendo do Teatro em São Luís, o segundo mais antigo da colônia. Pela proximidade geográfica da província com a Europa, o Maranhão recebia anualmente peças de teatro vindas diretamente daquele continente, além de outras que eram montadas e encenadas na própria cidade. (Borralho, 2000:23).

Meireles (2001:261s) traz uma lista de escritores do romantismo brasileiro, chamado Grupo Maranhense, que proporcionaram ao Maranhão, naquele período áureo do Império brasileiro, o cognome ilustre de Atenas Brasileira:

Foram os primeiros: Odorico Mendes, publicista, poeta, humanista, parlamentar, tradutor clássico de Homero e Virgílio; Sotero dos Reis, professor, publicista, poeta e filósofo; Frei Custódio Serrão, helenista e naturalista.

Vêm, então, os do Grupo propriamente dito, poetas e prosadores.

Dentre os primeiros, é Gonçalves Dias a figura maior, e não só do “Grupo Maranhense”, mas das letras pátrias, com sua Escola Indianista, em que se fez insuperável [...].

A seu lado, integrando, no Grupo Maranhense, o número dos chamados *poetas campesinos*: Gentil Braga, Trajano Galvão, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Joaquim Serra, Franco de Sá, Frederico Corrêa [...].

Sousândrade não era de formação coimbrã; era engenheiro de minas e bacharel em letras pela Sorbonne.

Dentre os segundos, os prosadores, a figura maior é, sem dúvida, a de João Lisboa, historiador e publicista, sem títulos universitários e simples discípulo de Sotero dos Reis, que também os não teve [...].

Com ele, como historiadores, formaram Cândido Mendes, Henriques Leal, César Marques e o Visconde de Vieira da Silva, nomes sobejamente conhecidos de quantos estudam os fastos de nosso passado; como jornalistas, José Cândido de Moraes e Silva, de *O Farol*, e Estêvão Rafael de Carvalho, de *O Bem-te-vi*.

Mas ainda há nomes que se não podem omitir. Gomes de Sousa, matemático e poliglota, por certo a inteligência mais privilegiada que o Brasil há tido em todos os tempos, e que se não pode medir até onde chegaria se não morresse aos trinta e quatro anos de idade[...]. E Pedro Leal, jornalista e professor, mestre da língua, d. Luís de Brito e o cons. Gomes de Castro, grandes oradores, aquele sacro e este parlamentar.

Além da qualidade dos escritores da terra, o Maranhão precisava de maquinário e de profissionais para proporcionar boas condições para a produção literária e jornalística. Uma das melhores tipografias de então terá sido a tipografia d'*O Progresso*, onde trabalhava o profissional maranhense mais conhecido desta área, segundo refere Joaquim Serra:

Foi n'essa officina, da qual por fim tornou-se chefe, que distinguio-se pela pericia e primor artistico o notavel typographo-editor Belarmino de Mattos, denominado com justa razão o DIDOT MARANHENSE. Foi Belarmino o editor das mais notaveis obras que se publicaram no Maranhão e, á par da perfeição com que faziam-se as impressões em suas officinas, era muito para admirar a satisfação e entusiasmo que elle mostrava quando de seus prélos sahiam escriptos excellentes de seus comprovincianos illustres.

Na Exposição brasileira de 1867 foram os livros impressos na typographia d'esse editor considerados em tudo iguaes ao que de mais escolhido appareceu perante o jury geral. (Serra, 1883:16).

A respeito da importância da tipografia maranhense, Laurence Hallewell, em obra já referida, dedica um capítulo inteiro aos tipógrafos José Maria Correia de Frias e Belarmino de Matos. Sobre aquele período áureo, escreve:

Durante esses anos [1840-1880], São Luís foi não só o mais importante centro editorial das províncias, e o único de importância nacional, como também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte nessa época. Dois nomes se destacam: Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, rivais amistosos, cujos contínuos esforços para superar as realizações um do outro foram a causa principal do desenvolvimento técnico e estético da produção de livros no Maranhão. (Hallewell, 2005:170).

A fama dos trabalhos tipográficos maranhenses conseguiu ultrapassar as barreiras da Província, atendendo também outras clientelas: «Na verdade, a importância de São Luís no século XIX, como centro impressor que servia autores de todo o Nordeste deveu-se, sem dúvida, tanto aos baixos preços quanto aos altos padrões do serviço de seus dois melhores artesãos.» (Hallewell, 2005:179).

Sobre Belarmino de Matos, diz ainda Antônio Lopes:

Com Belarmino de Matos, simples operário que se immortalizou pelo amor ao trabalho, espírito progressista, gosto artístico e probidade, a arte tipográfica chegou no Maranhão a um grau de perfeição superior ao que havia alcançado então em outros pontos do Brasil. Para a sua tipografia afluíram encomendas do Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia. (A. Lopes, 1959:23).

A grande vitalidade cultural do Maranhão é atestada pela rapidez com que grandes obras da literatura estrangeira eram traduzidas e impressas em tipografias locais. Assim, por exemplo, em 1862, mesmo ano de publicação da primeira edição de *Os miseráveis*, do escritor francês Victor Hugo, uma edição foi produzida em São Luís, por Belarmino de Matos. Outra prova foi a publicação da primeira gramática escrita por um brasileiro – Sotero dos Reis –, e que foi adotada nas salas de aulas das principais províncias do

Império. Outro aspecto importante prende-se com as grandes tiragens e o número de tipografias em funcionamento no estado.

Em 1861, temos o primeiro exemplo de uma grande tiragem feita em São Luís: *O livro do povo*, de Antônio Marques Rodrigues (1826-1873), impresso na Tipografia de J. M. C. de Frias. Esse livro era destinado à educação popular. De acordo com Serra (1883:16s):

Foi n'essa typographia que, pela primeira vez, se fizeram grandes tiragens de obras de grande tomo. As mais extensas edições no Maranhão, até o aparecimento do Livro do Povo, era de mil exemplares; o Sr. Frias foi o iniciador das edições de dez e dezeses mil exemplares.

Ainda sobre *O livro do povo*, escreve Hallewell (2005:173): «No total, parece que foram impressos trinta ou quarenta mil cópias, tendo o autor doado mais de cinco mil a escolas.» Outro livro a merecer destaque é a *Grammatica Portuguesa*, composta por Sotero dos Reis, impressa na Typ. de R. d'Almeida & C. Tanto um livro como o outro tiveram grande tiragem por conta da adoção dessas obras em, praticamente, todas as províncias brasileiras.

Não podemos deixar de referir ainda uma notória iniciativa de Belarmino de Matos, a de organizar, como forma de proteção, a «Associação Typographica Maranhense», inaugurada em 11 de Maio de 1857. A Associação era necessária, por conta das constantes perseguições políticas. Frias, como era cidadão português, foi ameaçado de deportação pela polícia, caso não parasse de imprimir o jornal de oposição *O Progresso*, o qual fora contratado de produzir. Por conta da intolerância contra os tipógrafos, nove anos mais tarde, em 1966, Belarmino foi preso, passando dez meses atrás das grades. Isto foi fatal para as suas pretensões, porque saiu da prisão falido e muito doente, por conta da péssima alimentação que recebeu, vindo a falecer em 27 de Fevereiro de 1870, aos 39 anos de idade.

Na opinião de Serra (1883:10): «A imprensa da provincia do Maranhão é uma das mais notáveis do império, quer pela importancia politica que exerceu, quer pelo valor litterario dos que nella militaram.» Essa opinião é partilhada por investigadores estrangeiros, como Carmen Nava e Ludwig Lauerhass no seu estudo *Brazil in the making: facets of national identity*, que, além de mostrar a importância do mercado editorial do Maranhão, ressalta o papel de ilustres impressores desse estado, J. M. C. de Frias e Belarmino de Matos:

Two other relevant printers include José Maria Corrêa de Frias and Belarmino de Mattos, friendly rivals who had printing establishments installed in São Luís do Maranhão. They produced an enormous quantity of books printed with high technical and aesthetic standards, making the publishing production of Maranhão one of the best in the country in the second half of the nineteenth century. To give an idea of the Maranhense publishing market of the period, the Portuguese translation of Victor Hugo's *Les Misérables* was published in São Luís in 1862, the same year that the original was published. (Nava e Lauerhass, 2006:76).

Também numa edição da *Nueva Revista de Buenos Aires* encontramos elogio ao trabalho de Belarmino de Matos sobre a impressão de um livro do escritor argentino José Coriolano:

Apareció el libro en 1870. La impresión es nítida, diré que hasta irreproachable, lo que dejará de parecer exageración, desde que se sepa que el libro fue impreso en Maranhao, bajo los ojos de Belarmino de Mattos, este benemérito artista, cuyo nombre debiera la clase tipográfica inscribir en el libro de oro en que se registran sus glorias. (Tavora, 1883:601).

Apesar da boa qualidade das tipografias, de toda efervescência cultural em terras maranhenses e das excelentes obras de seus ilustres escritores, não é demais sublinhar com Lima (2006:624), o seguinte:

Sempre nos orgulhamos da fama de terra de gente inteligente e culta – Maranhão, Atenas Brasileira – onde se fala melhor o português. Dito assim, até parece que todo o povo é, na verdade, instruído. A classe culta se cingia a uma dezena de intelectuais conhecidos, e talvez outro tanto de retraídos e aplicados leitores, o que representava 0,01% de uma população de 200.000 habitantes. A essa elite privilegiada se contrapunha uma multidão de ignorantes.

A propósito, na representação enviada a Pedro I, em 1824, já referida algures, dizia-se que o Maranhão tinha mais orgulho do que instrução, e que a mocidade, distinguindo-se pelo talento, muito prometia para o futuro.

Para dar sustentabilidade às palavras de Lima, Boris Fausto diz que os dados de 1872 expõem com muita clareza as enormes carências educacionais que atravessavam a nação brasileira de uma ponta à outra. Num país com população estimada em 4,6 milhões de habitantes,

entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. [...] Apurou-se ainda que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos freqüentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. (Fausto, 1995:237).

Na verdade, o período áureo literário e econômico maranhense não foi partilhado com todos.

3.3 Arrefecimento da atividade editorial

A economia do Maranhão viveu altos e baixos, sendo que, aquando da primeira quebra nos anos 40 de oitocentos, referida por Jerônimo de Viveiros (*apud* Lima, 2006:613), não se vislumbravam sinais de esperança para retornar aos bons patamares anteriores:

Em 1842, a situação financeira do Maranhão era calamitosa. Tínhamos saído de um triênio de revolução – a Balaiada – que havia talado a zona mais rica da Província, e deixado a Fazenda Pública com grandes débitos aos particulares, os quais nem sabia quando solveria.

Como afirmamos anteriormente, a Guerra de Secessão Americana, ocorrida entre 1861 e 1865, deu nova propulsão à economia do Maranhão, por conta da grande demanda mundial, principalmente inglesa. Mas o fim dessa guerra garantiu o retorno dos americanos ao mercado internacional, prejudicando muito as pretensões maranhenses. Dessa forma, como suas atividades culturais encontravam-se atreladas à situação financeira, o declínio da economia maranhense, no final do século XIX, acarretou também o empobrecimento das tipografias, dos jornais, das atividades artístico-culturais, etc. Refere Hallewell (2005:181), reportando-se a dois importantes escritores maranhenses daquele período:

Já em *O mulato*, Aluísio Azevedo satirizara as pretensões culturais de São Luís, e quando o jovem Graça Aranha e seu contemporâneo Coelho Neto estavam produzindo, os dias da Atenas brasileira haviam passado há muito, tanto que seus trabalhos foram editados no Rio e na Europa [...].

Uma das explicações que podemos atribuir para essa debandada para o Rio de Janeiro prende-se, segundo Boris Fausto (1995:237), com o fato de a capital do Império ser, em fins de 1890, o único grande centro urbano do país, com uma população estimada em cerca de 522.000 habitantes, que concentrava a vida política, as diversões e uma série de investimentos em transportes, iluminação e embelezamento urbano. Este crescimento ainda é reflexo da chegada da família real ao Brasil. Na verdade, e conforme Borralho (2009:197):

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro esta cidade passou a ser um centro de difusão e irradiação do conhecimento literário e científico para o resto da nação, lugar por excelência onde uma parte significativa dos membros do panteão maranhense escolheu para morar e viver da pena [...].

Sobre a partida de Aluísio Azevedo para o Rio de Janeiro, leia-se Sodré (1999:224):

Só em 1881 Aluísio veio para o Rio de Janeiro; a imprensa maranhense combatia asperamente o seu romance de estréia. A *Civilização*, de 23 de julho de 1881, por exemplo, trazia artigo de Euclides de Faria, com crítica em termos contundentes a *O Mulato*: “É muita audácia, ou muita ignorância, ou ambas as coisas ao mesmo tempo! (...) À lavoura, meu estúpido, à lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances!” Esse exemplo mostra o nível em que estava colocado, na província, o problema literário, e ainda a forma como Aluísio chocara, realmente, o ambiente provinciano, não apenas com o seu livro, mas ainda com os seus trabalhos de jornal.

No final do segundo Reinado, a cidade de São Luís tinha caído em completo abandono, estava falida econômica, política e culturalmente. O Maranhão era um estado com a economia voltada, basicamente, à agricultura – atividade que o ergueu e transformou em uma das províncias mais ricas do Império. Mas sua dependência era demasiada, tanto que, quando a atividade agrícola começou a entrar em declínio, com o fim da Guerra de Secessão Americana, não teve forças para impulsionar sua economia. Com isto, o Maranhão ficou tragicamente depauperado, passando a ser, já na República, um dos estados mais pobres do Brasil.

Outro empecilho foi a educação, porque, apesar da crescente indústria livreira nacional, tinha que se levar em consideração as limitações de uma sociedade que contava com poucas livrarias, com um sistema bastante precário de distribuição de livros (transportados em carroças que cortavam nosso imenso território, e em navios) e com um pequeno número de leitores.

Mas, apesar do arrefecimento econômico-cultural maranhense, Hallewell sublinha o importante legado deixado nesse período de esplendor maranhense:

Todavia, mesmo em 1900, a cidade ainda possuía uma biblioteca pública com 19.000 volumes, cinco livrarias e trinta e cinco prelos trabalhando em oito estabelecimentos diferentes, sendo que um deles, o de Teixeira, estava equipado para fazer autotipias (clichês de retícula).

Nos anos 50, ainda continuava delicada a situação da economia maranhense. Sobre o assunto, Lima (2010:192s) traz a informação:

Nosso parque fabril deteriorou-se e assim se mantinha por décadas, usando maquinaria obsoleta, cuja vida útil há muito terminara, e que lhe não permitia competir com indústrias modernas e eficientes. Anos depois, e por muito tempo, fiávamo-nos no arroz e no babaçu, que mantiveram a nossa débil economia [...].

Com todos estes transtornos, a capital maranhense atravessa o séc. XX repleta de problemas. Como evidencia Hallewell (2005:181): «A São Luís de 1960, não obstante ter uma população seis vezes maior (bem mais de 250000 habitantes), ainda possuía apenas cinco livrarias e cinco firmas impressoras privadas (as quais ocasionalmente produziam opúsculos ou livros esporádicos).» Ora, em 1900 a cidade, com muito menos habitantes, dispunha do mesmo número de livrarias e de trinta e cinco prelos. (cf. Hallewell, 2005:181).

Em 1998, a indústria gráfica São Luís sofre outro duro golpe, quando o Governo estadual resolve extinguir o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão (Sioge), antiga Imprensa oficial. Até 1988, quando foi criada a Editora da Universidade Federal do Maranhão (Edufma), primeira editora universitária do estado, o Sioge era, na prática, o único estabelecimento a publicar livros em São Luís. Como veremos no capítulo seguinte, até início dos anos 2000, a atividade editorial ludovicense continuou sem expressão e com pouquíssimos editores.

Figura 5: Frontispício do Dicionário de César Marques, Impresso na Tipografia do Frias.

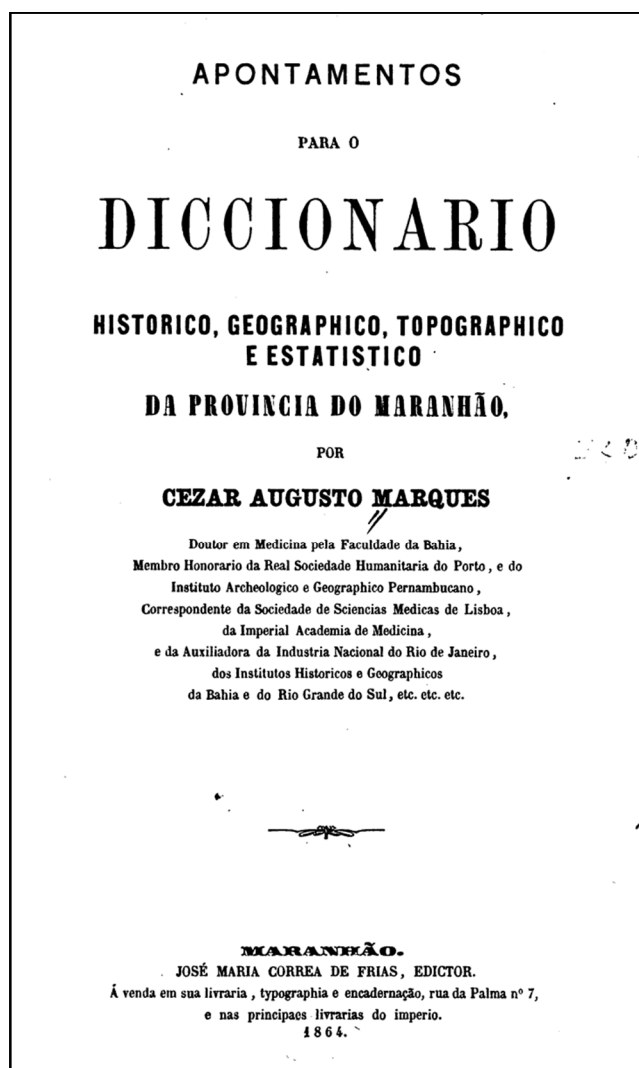


Figura 6: Frontispício do Relatório do ex-vice presidente José Caetano Vaz Junior, impresso na Tipografia de Belarmino de Matos.

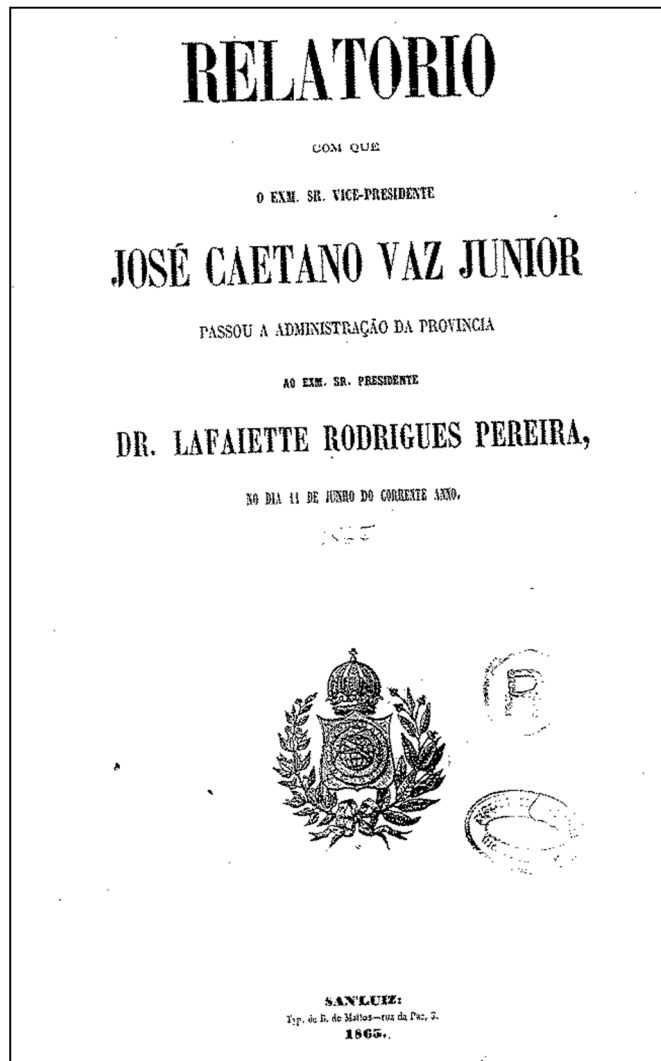


Figura 7: Primeira página da “Revista Typographica” do Órgão das Classes Gráficas no Maranhão, de 15 de Novembro de 1907, ano I, n.º 3.



4. RETORNO ÀS ATIVIDADES EDITORIAIS EM SÃO LUÍS

Em finais do séc. XIX e durante quase todo o séc. XX, o Maranhão viveu estagnado. Mas o desenvolvimento urbano, na década de 1970, e a instalação de grandes empresas, na década seguinte, foram cruciais para sutil melhora na economia da capital maranhense. Posteriormente, em 1990, outro fator determinante na retomada, mesmo que lenta, das atividades editoriais em São Luís, foi a autorização de funcionamento de instituições privadas de ensino superior.

Essas instituições universitárias formam, qualificam, produzem e colaboram, de certa forma, para o aparecimento de estabelecimentos gráfico-editoriais. Claro que em São Luís outros organismos contribuíram para criação de gráficas e editoras, como, por exemplo, ONGs e entidades classistas. Além do mais, o campo editorial são-luisense é bastante curioso, por uma série de fatores, como, por exemplo, o fato de que quase todas as suas publicações recebem algum tipo de subsídio governamental ou privado, fato, este, que deve se estender a muitos estados brasileiros. Tais auxílios sustentam as atividades de muitas editoras, porque, com raras exceções, as casas livres fora do eixo «Rio-São Paulo» não têm forças para entrar no mercado. Fazendo uma analogia com o mercado editorial europeu, é como se apenas Londres e Paris editassem livros em toda a Europa, o que seria coisa absurda.

Atualmente existem em São Luís 15 (quinze) editoras cadastradas na Biblioteca Nacional (Agência Brasileira do ISBN). É sobre a organização e as atividades destas editoras que nos debruçamos neste capítulo. Como se pode verificar no quadro a seguir, a maioria das editoras hoje em funcionamento na cidade de São Luís é de cunho universitário, com seis no total (três públicas e três privadas). Em seguida vêm três editoras ligadas às instituições governamentais (uma municipal e duas estaduais); duas estão vinculadas a ONGs; além de duas ligadas a entidades classistas; e, por último, duas da iniciativa privada.

Quadro 4: Editoras pesquisadas em São Luís, por características e ano de funcionamento (2001-2010).

Universitárias	Ano de Funcionamento
Públicas:	
- Editora da Universidade Federal do Maranhão (Edufma)	1988
- Editora da Universidade Estadual do Maranhão (Editora Uema)	1995
- Editora da Universidade Estadual do Maranhão (UemaNet)	2009
Privadas:	
- Editora do Centro Universitário do Maranhão (Ceuma-Uniceuma)	2004
- Editora da Faculdade Atenas Maranhense (Ceama)	2002
- Editora da Faculdade São Luís	2004
Governamentais	
Editora da Secretaria de Estado da Cultura (Edições Secma)	1998
Editora da Fundação Municipal de Cultura (Edfunc)	2007
Editora da Fundação de Ampara à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)	2009
ONGs	
Editora Instituto Geia	2003
Editora da Central do Livros (Companhia dos Livros)	2007
Entidades Classistas	
Editora da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem)	2006
Editora da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam)	2007
Iniciativa Privada	
Editora da Academia Maranhense de Letras (Edições AML)	2004
Gráfica e Editora Aquarela	2008

No historial destas editoras que apresentamos no subcapítulo logo a seguir, dividimos os processos de execução em duas formas: a primeira, “etapa intelectual”, na qual cabem os procedimentos iniciais, como preparação de originais, revisão, criação, *layout*, paginação, etc.; e a segunda, “etapa industrial”, apenas para reprodução/impressão de originais.³⁰

A análise dos resultados da pesquisa procedeu-se após avaliação dos dados resultantes da investigação, por intermédio de verificação das informações obtidas na Agência Brasileira do ISBN, instituição subordinada à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além de conversas – história oral – com gestores, funcionários e profissionais gráficos/editoriais, por meio de um roteiro de perguntas pertinentes à atividade editorial. A coleta de informações foi realizada entre Setembro de 2010 e Maio de 2011.

Nos anexos 6 a 19 (vid. *supra*:115-142), pode ser consultada a produção de cada editora, composta de ISBN, título, autor, suporte e ano de publicação.

³⁰ As nomenclaturas “etapa intelectual” e “etapa industrial” são utilizadas no Brasil para separar os processos de fabrico do livro. Normalmente, as editoras são responsáveis pela “etapa intelectual” (estão inseridos o editor, o autor, revisor, *designer* e paginador). Já a “etapa industrial” corresponde apenas aos serviços gráficos (impressão, encadernação e acabamento).

As indagações levantadas foram elaboradas de acordo com realidade local. Buscamos informações sobre a Lei de Incentivo à Cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet,³¹ instituída pela Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (vid. *supra* Anexo 20:143), importante ferramenta para estimular a iniciativa privada a “amparar” projetos culturais, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART.

Verificamos se as instituições possuem Registro Especial, conforme as Instruções Normativas n.º 71 e n.º 101 da Secretaria da Receita Federal (vid. *supra* Anexos 21:154 e 22:158), para se beneficiarem do incentivo para compra de papel isento de impostos, conhecido como papel “imune” ou papel “linha d’água”. que são mecanismos governamentais para favorecer a produção e o mercado editorial. Conferimos também sobre o cumprimento do Depósito Legal, definido como exigência, por força de Lei n.º 10.994, de 14 de Dezembro de 2004 (vid. *supra* Anexo 23:161), sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, e consta de «remessa à Biblioteca Nacional de um ou mais exemplares de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, objetivando assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional.» (FBN, 2004).

Outro item apurado foi o cumprimento da Lei de Direitos de Autor, regida pela Lei n.º 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998 (vid *supra* Anexo 24:163), sancionada por Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República. Por último, solicitamos informações sobre produção, venda, distribuição e circulação de livros editados pelas casas livreas de São Luís.

4.1 Breve historial das editoras de São Luís

4.1.1 Editora da Universidade Federal do Maranhão (Edufma)

Criada pela Resolução 1.011/88 – CD, em 28 de Julho de 1988, na gestão do reitor José Maria Cabral Marques, a Editora da Universidade Federal do Maranhão (Edufma) é

³¹ A Lei de Incentivo à Cultura é conhecida como Lei Rouanet, em homenagem ao seu criador, Sérgio Paulo Rouanet, Secretário de Cultura da Presidência da República do Brasil (10.3.1991 a 2.10.1992), no governo de Fernando Collor de Melo.

uma instituição de caráter público. A Universidade Federal do Maranhão (Ufma), instituída nos termos da Lei n.º 5.152, de 21 de Outubro de 1966, é sua mantenedora.

Durante o período de 1994 a 1996, a Edufma experimentou uma fase de significativo crescimento na produção livreira, na comercialização de seus títulos e no seu relacionamento com outras editoras. Nesse período, a Edufma instituiu a sua própria livraria, no prédio do CEB Velho, começou a implantação de outra no Campus da Uema, e desenvolvia projeto de uma livraria no Aeroporto Internacional Cunha Machado, em São Luís. Além disso, todas as obras publicadas pela Edufma ganharam em qualidade técnica, pois as capas eram produzidas em policromia, os originais passavam por severo processo de revisão e o trabalho de acabamento sofreu sensível melhora.

O conselho editorial da casa funcionava regularmente, composto pelo diretor da editora, que era presidente do conselho; dois representantes do Centro de Ciências Sociais (CCSo); dois representantes do Centro de Ciências Humanas (CCH); dois representantes do Centro de Ciências da Saúde (CCBS); e dois representantes do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET). A Edufma participava da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), e seu diretor, prof. Dr. Silvano Alves Bezerra da Silva, chegou a ser o primeiro secretário dessa Associação. A Edufma promoveu, neste período, o VII Encontro Norte/Nordeste de Editoras Universitárias. Após esse momento, porém, verificou-se severa restrição na produção de livros e na manutenção da própria editora da UFMA, que chegou mesmo a suspender as suas atividades editoriais, na gestão do reitor Othon de Carvalho Bastos. Dessa época até o presente momento, a Edufma manteve-se praticamente desativada. Embora seja a editora que apresente maior volume de publicação, no período em estudo, a Edufma, como editora, foi paralisada, passando apenas a utilizar a chancela dessa casa editorial em títulos de professores dessa instituição federal de ensino.

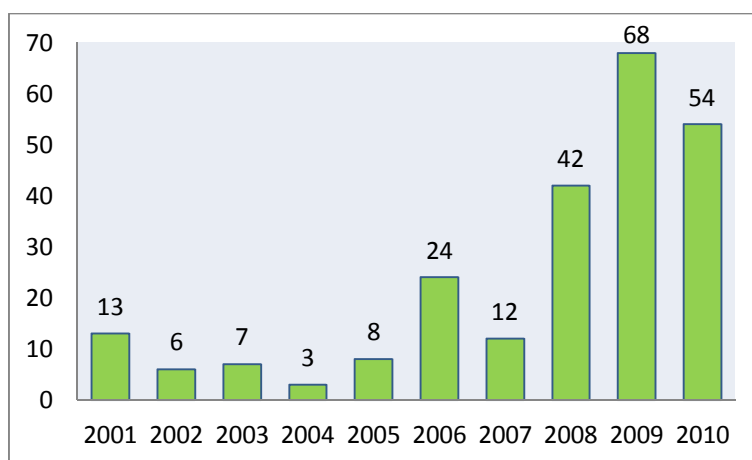
No que diz respeito à análise dos dados da pesquisa, a Edufma possui 237 títulos publicados no período (com 13 títulos em 2001; e 54 em 2010), e sua produção corresponde a 50% do total de publicações de São Luís. Em comparação a 2001, no ano de 2010, apesar de altos e baixos, a editora apresentou um crescimento significativo em sua produção, conforme o Quadro 5 e o Gráfico 1, a seguir.

Quadro 5: Produção editorial da Edufma (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
85048	13	6	7	3	8	24	12	5			78
7862								37	68	54	159
TOTAL	13	6	7	3	8	24	12	42	68	54	237

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 1: Produção editorial da Edufma (2001-2010).



Observa-se, agora, nas publicações da Edufma, por assunto (Quadro 6), que se publica mais na área de Ciências Sociais e Humanas, com 180 títulos, seguida das Ciências e Tecnologia, com 33. Justamente por tratar-se de uma editora universitária, com vários cursos na área de Ciências e Tecnologias, esta tem atingido um bom número de publicações, ocupando o segundo lugar, diferentemente da média nacional, em que esta área aparece em quinto.

Quadro 6: Produção editorial da Edufma, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	6
Ciências Sociais e Humanas	180
Linguística e Língua Estrangeira	5
Ciências e Tecnologia	33
Obras de Referência	1
Outro/Sem assunto determinado	12
Total	237

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Em relação a outros dados da pesquisa, confirmou-se que, assim como quase todas as outras editoras investigadas, a Edufma não possui registro especial na Secretaria da Receita Federal, para aquisição de papel linha d'água para confecção de livros,³² o que tornaria mais barata a produção e, consequentemente, o preço final para o consumidor.

A Edufma publica em vários formatos, como papel, *compact disc* e *e-book*. Apesar de ser a editora com cadastro mais antigo junto à Agência Brasileira do ISBN, no momento, a Edufma funciona precariamente: não possui conselho editorial, política ou plano editorial; não possui cadastro em nenhuma entidade ou associação livreira, como a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL); os funcionários estão lotados na Imprensa Universitária, divididos entre a editora e a gráfica, que funcionam no mesmo prédio. Atualmente, a atividade da editora restringe-se à exclusiva reprodução de originais, executando, dessa forma, apenas a etapa industrial, função a cargo da Gráfica.

A Edufma não realiza o depósito legal, mas respeita o direito do autor, a quem é pago 20% (vinte por cento) da tiragem. A Edufma imprime todos seus trabalhos na gráfica da própria Instituição. Hoje, ela possui funcionários para fazerem paginação, criação de arte, *layout* e capa. Os serviços de normalização e revisão textual ficam a cargo dos autores, mas houve um período que todos os serviços eram realizados pela editora.

Nos últimos dois anos, a média de impressos aumentou. É lançado, pelo menos, um livro por semana, ou seja, 52 títulos por ano, e cada publicação tem tiragem de 500 exemplares. Apesar disso, constatamos, após algumas visitas e conversas com o gestor e alguns funcionários da Imprensa Universitária, que não há controle de suas publicações (títulos publicados, autores, etc.) e nenhum deles tem pleno conhecimento do funcionamento do sistema editorial. A editora não participa de nenhum programa de distribuição, circulação e divulgação das publicações, não tendo contrato com nenhuma distribuidora regional e nacional.

Está em curso um plano de reestruturação da Edufma e, para tal, foi elaborado seu Regimento Interno, que fixa a estrutura de funcionamento, como as atribuições internas e externas. Tivemos o prazer de fazer parte da comissão responsável pela elaboração do

³² Para uma editora comprar o papel “linha d’água” ou “imune” é necessário possuir Registro Especial, conforme as Instruções Normativas n.º 71 e n.º 101 da Secretaria da Receita Federal (ver Anexos 20 e 21).

referido Regimento,³³ que foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), no dia 18 de Março de 2011.

Para atender às demandas da editora, o parque gráfico recebeu novos equipamentos, desde impressoras offset e guilhotina eletrônica até máquina de colagem que utiliza o sistema *hot melt*. Para acomodação dos novos equipamentos e melhor espaço para os funcionários da Imprensa Universitária desenvolverem suas atividades, o prédio está sendo ampliado. Atualmente, a Instituição possui 3 (três) impressores; 3 (três) técnicos em artes gráficas; 2 (dois) encadernadores; 1 (uma) técnica em laboratório; 2 (duas) editoras de publicação; e o diretor da Imprensa Universitária, que é *designer*. Segundo informações obtidas no início de Abril deste ano, a Edufma continua sem diretor, situação ocorrida, infelizmente, há bastante tempo.

4.1.2 Editoras da Universidade Estadual do Maranhão (Editora Uema e UemaNet)

A Universidade Estadual do Maranhão (Uema), criada pela Lei n.º 4.400, de 30 de Dezembro de 1981, é uma instituição estadual de ensino superior, que tem a sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), criada em 22 de Agosto de 1972. É uma Autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público.

A Uema está, atualmente, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Sectec). Como as duas editoras estão ligadas à mesma instituição, resolvemos fazer a análise em conjunto. A Editora da Uema é subordinada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PPGE), e foi fundada em 1995.

O Regimento das Pró-Reitorias traz a seguinte estrutura da PPGE e a competência da Divisão de Editoração:

Art. 64. A PPGE tem a seguinte estrutura:

I - COORDENADORIA DE PESQUISA:

- a) Divisão de Acompanhamento de Projetos de Pesquisas Especiais;
- b) Divisão de Editoração.

[...]

Art. 68. À Divisão de Editoração compete:

- I - cumprir normas e procedimentos operacionais estabelecidos pela Coordenadoria de Pesquisa;
- II - preparar o planejamento editorial da PPGE;

³³ Comissão composta pelos diretores dos 4 (quatro) Centro de Ensino da UFMA, pelo diretor da Imprensa Universitária e por mim, representante administrativo, conforme Portaria GR 039-A-MR, de 4 de Março de 2009.

- III - coordenar e controlar as atividades de editoração programadas pela Pró-Reitoria;
- IV - organizar os textos originais enviados pelos professores pesquisadores;
- V - dirigir e supervisionar os serviços auxiliares que irão ser enviados à gráfica;
- VI - encaminhar os documentos à gráfica e manter contatos durante a composição, montagem, impressão e acabamento;
- VII - receber os trabalhos publicados e distribuí-los entre as instituições congêneres;
- VIII - elaborar relatório de suas atividades;
- IX - executar outras atividades correlatas.

A história da UemaNet surge com a criação do curso de Licenciatura a distância em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, instituído por meio da Resolução n.º 073/1998 – CEPE/Uema. Contudo, foi somente em 2000 que a Resolução n.º 239/2000 – Consun/Uema cria o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), com objetivo de atender às demandas da sociedade maranhense no que concerne à formação de profissionais nas diversas áreas de conhecimento, em nível médio, ensino profissional, ensino superior (graduação e pós-graduação) e formação continuada.

Em maio de 2008, em função de um reposicionamento estratégico, inaugurou-se um novo ciclo para a Educação a Distância na Uema, que culminou com a transformação do Nead em um Núcleo de Tecnologias para Educação (UemaNet). A estrutura de gestão do UemaNet está organizada de forma descentralizada, dentro da estrutura *multicampi* adotada pela Uema, dispondo de coordenações de polos locais, distribuídas nos Centros de Estudos Superiores da Universidade. O prédio do Núcleo localiza-se no Campus Universitário Paulo VI, em São Luís.

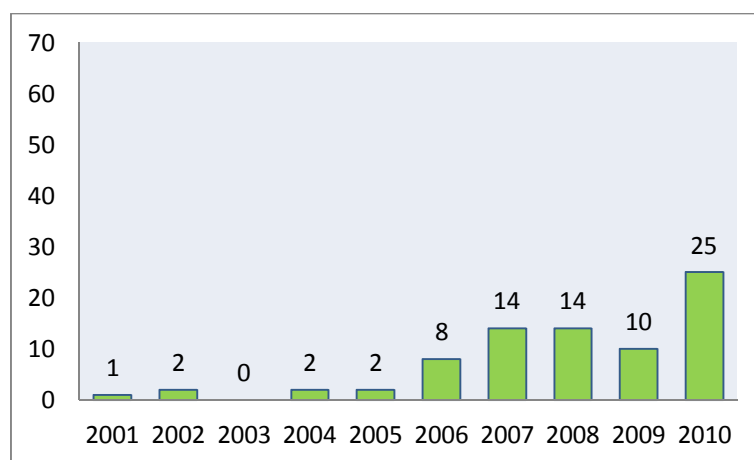
As duas editoras juntas (Editora Uema e UemaNet) possuem 78 títulos publicados no período, com 1 título, em 2001, e 25, em 2010, ano em que obtiveram maior índice, sendo que a Editora Uema foi responsável por 14 títulos e a UemaNet por 11. Suas produções correspondem a 16,46% do total de publicações de São Luís. No último ano (2010), a Uema conquistou lugar melhor na produção editorial local, como se pode observar no Quadro 7 e no Gráfico 2.

Quadro 7: Produção das Editoras UEMA e UemaNet (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Uema/86036	1	2	0	2	2	8	14	14	9	14	66
UemaNet/63683									1	11	12
TOTAL	1	2	0	2	2	8	14	14	10	25	78

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 2: Produção das Editoras Uema e UemaNet (2001-2010)



Observa-se que, nas publicações da Editora Uema e UemaNet, por assunto (Quadro 8), foram publicados 17 títulos na categoria Ciências Sociais, seguido pelos de Ciências e Tecnologia, com 11. Também por se tratar de editora universitária, com vários cursos em Ciências e Tecnologias, esta área ocupa o segundo lugar no *ranking* categoria.

Quadro 8: Produção das Editoras Uema e UemaNet (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS Uema	TÍTULOS UemaNet	TOTAL
Literatura	2	–	2
Religiosos e Esotéricos	–	1	1
Ciências Sociais e Humanas	33	11	44
Linguística e Língua Estrangeira	4	–	4
Ciências e Tecnologia	20	–	17
Obras de Referência	2	–	2
Outro/Sem assunto determinado	5	–	5
Total	66	12	78

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

A Editora Uema, com uma publicação em *compact disc*, a Ampem e a Edfuma foram as únicas que produziram em outro suporte, além do papel. Seu conselho editorial é formado por professores de várias áreas do conhecimento, com política editorial definida, além de regimento interno.

A UemaNet não respondeu às perguntas que fizemos, por considerar-se editor e não editora. Confirmou ainda que recebeu informações da Agência Brasileira do ISBN, afirmando que o nome «UemaNet surge como editor porque indica quem está editando, o que não obriga a ser editora.» Por conta disso, não pudemos fazer uma análise da Uemanet.

A Editora Uema não realiza o depósito legal, mas respeita o direito do autor, que é pago com 10% (dez por cento) da tiragem. Não possui gráfica própria e recebe os originais digitados, revisados, normalizados e impressos. Também afirmou não possuir profissionais – bibliotecário, *designer*, profissionais para editoração eletrônica, etc. – para execução dos serviços editoriais. Todos os profissionais que realizam as atividades editoriais são terceirizados.

A meta da Editora Uema é imprimir, anualmente, 20 títulos, com tiragem de 500 exemplares. Ressalta-se que a editora não segue cumprindo esta meta. A Editora Uema também informa que tem controle de suas publicações, e que participa de programas de distribuição e circulação das publicações, mas não tem contrato com qualquer distribuidora regional e nacional.

4.1.3 Editora do Centro de Ensino Universitário do Maranhão (Ceuma-Uniceuma)

Data de 2 de Março de 1990 a fundação do Uniceuma. Hoje, essa instituição privada possui três *campi* em São Luís – o principal, no Renascença II; o *campus* II, no Bequimão; e o *campus* III, no Anil. Responsável pela impressão das obras publicadas pelo Ceuma-Uniceuma, a Gráfica Belas-Artes, fundada em 1996, assume o papel de “editora”, mas realiza somente a segunda etapa editorial, a industrial.

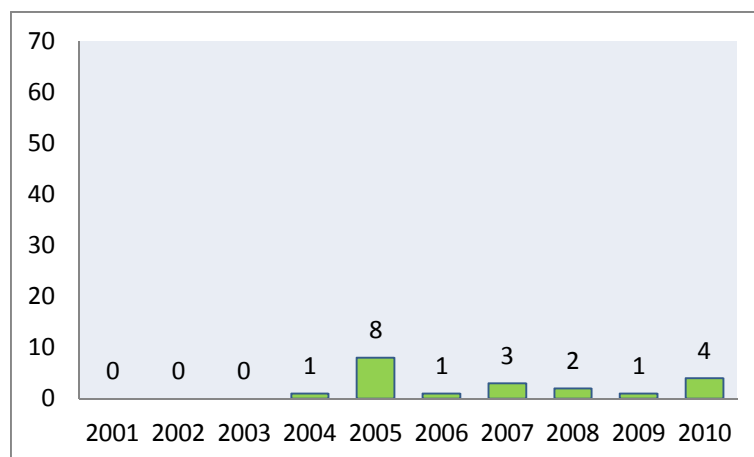
O diretor da Gráfica Belas-Artes informou-nos que a instituição não é editora, apenas gráfica. Apesar disso, o Ceuma-Uniceuma possui 20 títulos publicados no período, sendo 2005 a melhor fase da editora, com 8 publicações. Sua produção corresponde a 4,22% do total de publicações de São Luís. Podemos conferir, no Quadro 9 e no Gráfico 3, sua produção dentro do período estabelecido:

Quadro 9: Produção do Ceuma-Uniceuma (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
88927				1	8	1	3	2	1	4	20

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 3: Produção do Ceuma-Uniceuma (2001-2010)



Observa-se, na produção por assunto (Quadro 10), que a Editora Ceuma-Uniceuma publicou mais títulos na área das Ciências Sociais e Humanas e na área de Ciências e Tecnologia, ambas com 8 títulos.

Quadro 10: Produção do Ceuma-Uniceuma, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Religiosos e Esotéricos	2
Ciências Sociais e Humanas	8
Ciências e Tecnologia	8
Obras de Referência	1
Outro/Sem assunto determinado	1
Total	20

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

O Ceuma-Uniceuma não possui política editorial, estrutura organizacional, conselho editorial, regimento ou outro documento que oriente seu funcionamento. Sua atividade restringe-se à exclusiva reprodução de originais, executando, dessa forma, apenas a etapa industrial, função a cargo da Gráfica Belas-Artes, que recebe os originais digitados e/ou impressos. Possui dois profissionais para editoração eletrônica, capa, criação e arte-

finalização, mas para outros serviços, como revisão textual e normalização, contratam profissionais.

O diretor da Gráfica Belas-Artes disse-nos não ter conhecimento sobre o depósito legal, mas afirmou que a instituição respeita o direito do autor, que é pago com 40% (quarenta por cento) da tiragem. É meta da Editora Ceuma-Uniceuma imprimir 20 títulos ao ano, com tiragem de 1.000 exemplares.

4.1.4 Editora da Faculdade Atenas Maranhense (Ceama)

A Faculdade Atenas Maranhense (Fama) é uma instituição privada, fundada em Março de 2000, por José de Ribamar Fiquene, Zenira Massoli Fiquene e Maria de Nazaré Ferraz Tomaz. Sua editora figura entre os estabelecimentos pesquisados.

A editora da Fama, de acordo com informações obtidas na instituição, foi estabelecida em 2005. Outrossim, informamos que foram encontrados registros de publicações junto à Agência Nacional do ISBN, no ano de 2002.

A editora, denominada Ceama,³⁴ possui 10 títulos publicados no período, encontrados 3 obras em 2002, quando iniciou suas impressões, e 2 obras em 2010. Sua produção corresponde a 2,11% do total de publicações de São Luís (ver Quadro 11 e Gráfico 4).

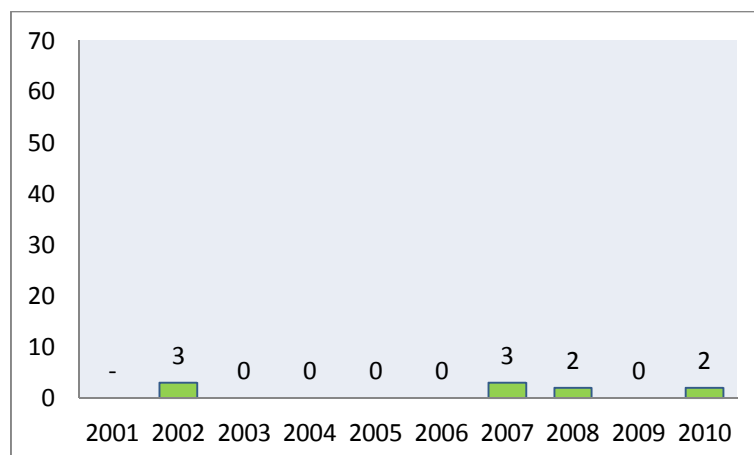
Quadro 11: Produção do Ceama (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
89293		3	0	0	0	0	3	2	0	2	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

³⁴ Segundo consta no cadastro da Agência Brasileira do ISBN. A editora tem este nome, provavelmente, por causa da antiga nomenclatura: Centro de Ensino Atenas Maranhense (Ceama).

Gráfico 4: Produção do Ceama (2001-2010)



Nas publicações do Ceama, por assunto, representadas no Quadro 12, observa-se títulos em apenas duas áreas, com maior inclinação para Ciências Sociais e Humanas, com 7; e depois, na Literatura, com 2.

Quadro 12: Produção do Ceama, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	3
Ciências Sociais e Humanas	7
Total	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

O conselho editorial do Ceama é formado pelos coordenadores dos cursos da Fama, além de uma bibliotecária. Fomos informados de que existe uma estrutura organizacional, que é composta pelo presidente da comissão editorial e por representantes de cada curso. Além disso, o Ceama tem política editorial definida e regimento que orienta seu funcionamento.

A editora realiza o depósito legal e respeita o direito do autor, que é pago com toda a tiragem, caso único no panorama das editoras maranhenses. Não foi dada resposta à questão que colocamos sobre publicações de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura. Afirmou possuir gráfica própria e recebe os originais impressos. A editora tem profissionais para execução dos serviços editoriais, como bibliotecária, pessoal para criação, editoração, revisão, entre outros.

O Ceama tem controle de suas publicações, que podem ser disponibilizadas à medida que forem solicitadas. A editora informou que participa de programas de

distribuição, circulação e divulgação das publicações, mas não tem contrato com qualquer distribuidora regional ou nacional.

4.1.5 Editora da Faculdade São Luís (Faculdade São Luís)

Criada no início de 2001, a Faculdade São Luís faz parte de um *holding* de empresas, que trabalha com a educação superior. O sócio-majoritário da Faculdade é a UB Participações e Serviços, que congrega a UniBrasil. Em 2010, a entidade mantenedora trocou a Razão Social para UB Unisãoluís Educacional S.A. A Faculdade São Luís possui a Certificação de Qualidade Procem, obtida pela qualidade no oferecimento de seus serviços em educação.

É de 2004 seu registro na Agência Brasileira do ISBN, ano em que, dentro do período abordado, encontramos apenas um título impresso, correspondendo a 0,21% das publicações ludovicenses. Com isso, entendemos que esta editora tem participação insignificante no contexto editorial são-luisense. Podemos conferir a informação no Quadro 13.

Quadro 13: Produção da Faculdade São Luís (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
98331				1	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Constata-se no Quadro 14, produção por assunto, que a única publicação da Editora Faculdade São Luís é da categoria Ciências Sociais e Humanas, campo no qual se concentra a maioria dos cursos oferecidos por sua instituição mantenedora.

Quadro 14: Produção da Faculdade São Luís, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Ciências Sociais e Humanas	1
Total	1

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Por estar inativa há sete anos, e a produção editorial se reduz a um livro, não é possível analisar o modo pelo qual a instituição desenvolve suas atividades.

4.1.6 Editora da Secretaria de Estado da Cultura (Edições Secma)

A Secretaria de Estado da Cultura (Secma) é um órgão fomentador de cultura, subordinado ao Governo do Estado do Maranhão, e tem atualmente como secretário o Sr. Luís Bulcão.

As primeiras publicações das Edições Secma datam de 1998, com duas no total, tendo ocorrido uma longa suspensão das atividades editoriais. Voltou a imprimir em 2007, com um título e, em 2008, alcançou seu melhor desempenho, com 23, por meio de editais de concurso literário nas categorias romance; crônica; poema; conto; novela; arte; teatro; ensaio; literatura infantil e juvenil. No último ano, 2010, publicou apenas um título. Além da publicação das obras, os vencedores do concurso recebem prêmio em dinheiro. A Secma paga, a título de direito autoral, 30% da tiragem aos autores e distribui a cota que cabe ao órgão em todo o estado do Maranhão, por meio do sistema de bibliotecas públicas, além de enviar exemplares a críticos de arte, bibliotecas universitárias e instituições culturais de todo o país.

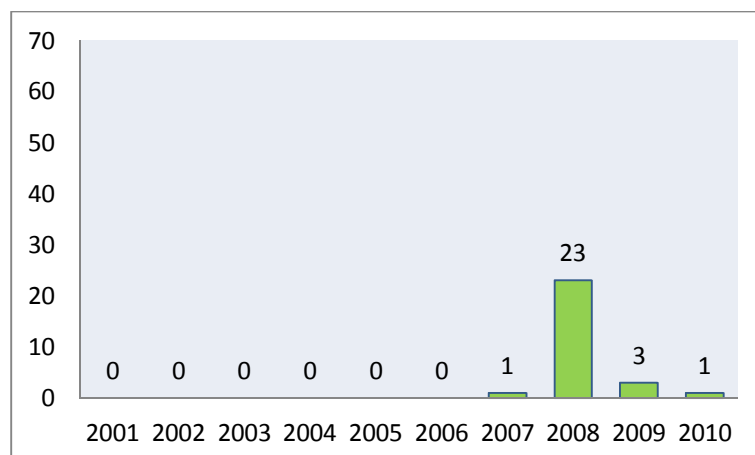
Entre 2001 e 2010, encontramos 28 títulos publicados, posicionando-se assim a editora como a terceira que mais publicou na cidade. Sua produção corresponde a 5,91% do total de publicações de São Luís. Em 2008, a editora mostrou um crescimento significativo, mas que caiu bruscamente nos anos seguintes, representado no Quadro 15 e no Gráfico 5.

Quadro 15: Produção das Edições Secma (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
7275	0	0	0	0	0	0	1	23	3	1	28

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 5: Produção das Edições Secma (2001-2010)



É notória a aposta das Edições Secma na categoria Literatura (Quadro 16), com 23 títulos, ocasionada pela missão cultural que assume. Possui ainda 4 obras na categoria Ciências Humanas e Sociais e uma Obra de Referência.

Quadro 16: Produção das Edições Secma, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	23
Ciências Sociais e Humanas	4
Obras de Referência	1
Total	28

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Não há conselho editorial nas Edições Secma, mas há uma comissão de leitura, instituída a cada período, para analisar as obras que serão publicadas. Existe política editorial definida e tem como regimento a própria Constituição do Estado, de acordo com as informações que nos foram facultadas.

A Secma não possui gráfica própria e recebe os originais digitados e revisados – há profissionais para fazer a revisão textual e a normalização é feita por uma bibliotecária da própria Secretaria. Não possui profissionais para editoração eletrônica (são contratados). A Secma desconhece a Lei do depósito legal, mas respeita o direito do autor, que é pago com 30% (trinta por cento) da tiragem. Não publica de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura.

Não fomos informados sobre o número de edições anuais, por sofrerem variações a cada ano, de acordo com o número de títulos classificados pela comissão de leitura, mas a tiragem é de 1.000 exemplares por título. A Secma não tem controle de suas publicações.

A editora informou que participa de programas de distribuição, circulação e divulgação das publicações, mas não tem contrato com nenhuma distribuidora regional e nacional.

4.1.7 Editora da Fundação Municipal de Cultura (Edfunc)

A Fundação de Cultura, Desporto e Turismo foi criada nos termos da Lei n.º 3.224, de 2 de Julho de 1992, no primeiro mandato do Prefeito Jackson Lago. A Fundação teve Aldo Leite como seu primeiro presidente, que permaneceu no cargo durante duas gestões.

Por intermédio da Lei n.º 3.608, de 21 de Julho de 1997, na segunda gestão do Prefeito Jackson Lago, a Fundação sofreu um processo de reestruturação, passando a denominar-se Fundação Municipal de Cultura (Func), instituição mantenedora da Edfunc. Naquele momento, João Batista Ribeiro Filho era presidente da Fundação.

A Edfunc publica, desde a década de 1990, obras vencedoras dos concursos literários Cidade de São Luís, que abrange diversas áreas – jornalismo, poesia, conto, novela e romance, *drama* –, mas somente a partir de 2007 cadastrou-se na Fundação Biblioteca Nacional, para solicitação de ISBN.

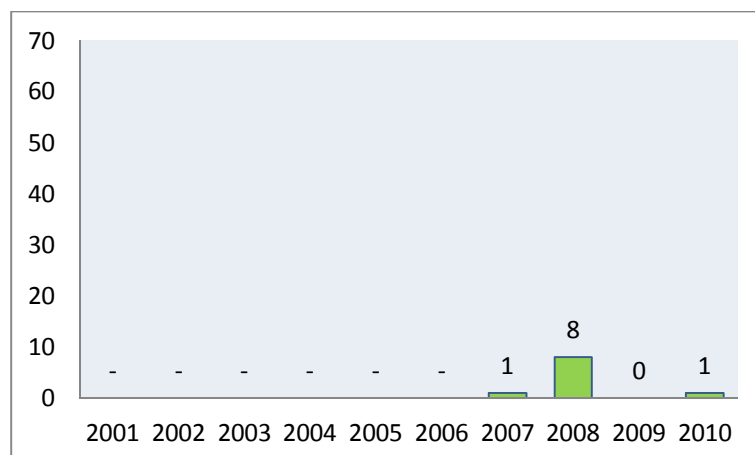
A editora possui 10 títulos publicados no período, com 1 título em 2007, e 8 em 2008, ano em que mais imprimiu. Sua produção corresponde a 2,11% do total de publicações de São Luís. Em 2008, a editora mostrou um crescimento significativo na sua produção, mas, em 2010, apresentou uma queda brusca em suas impressões, como se pode confirmar no Quadro 17 e no Gráfico 6.

Quadro 17: Produção da Edfunc (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
61133							1	8	0	1	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 6: Produção da Edfunc (2001-2010)



Observa-se, nas publicações da Edfunc por assunto (Quadro 18), que foram publicados 7 títulos na área de Literatura, e 2 sem assunto determinado.

Quadro 18: Produção da Edfunc, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	7
Ciências Sociais e Humanas	1
Outro/Sem assunto determinado	2
Total	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

A Edfunc não possui uma estrutura organizacional permanente, nem conselho editorial, porque só realiza atividades editoriais no período da Feira do Livro, por meio de uma comissão técnica que avalia as obras vencedoras do concurso literário “Cidade de São Luís”. Não apresenta política editorial definida, somente regimento registrado na Fundação Municipal de Cultura.

A editora não realiza o depósito legal, mas respeita o direito do autor, que é pago com o equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) da tiragem. Não publica de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura. Não possui gráfica própria. Recebe os originais digitados e/ou impressos. Não possui profissionais para execução dos serviços editoriais – bibliotecário, *designers*, etc. Todos os profissionais que realizam as atividades editoriais são terceirizados.

Não fomos informados sobre o número de publicações anuais, por haver variação, em razão do número de títulos classificados pela comissão de avaliação das obras que concorrem ao concurso literário, mas a tiragem é de 1.500 exemplares por título. Tem

controle da quantidade de títulos publicados e dos autores entre outros. A editora informou, ainda, que não participa de programas de distribuição, divulgação e circulação das publicações, nem possui contrato com distribuidora regional e nacional, por ficar com uma quantidade pequena de exemplares, que são distribuídos às escolas públicas municipais e à Biblioteca Municipal de São Luís.

4.1.8 Editora da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)

Originariamente Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (Fapema), foi criada pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio da Lei n.º 5.030/1990, mas, com pouco tempo de existência, foi extinta, dando lugar ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (Fapem), por meio do Projeto de Lei Complementar n.º 8/1998. Cinco anos mais tarde, com a aprovação da Lei Complementar n.º 60, de 31 de Janeiro de 2003, foi instituída a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico (Sectec). Este ano, a Fapema completa 21 anos, mas, ao longo desse tempo, como foi visto, passou por diversas mudanças.

Os principais cargos da Fundação – Diretor-Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Científico – são nomeados pelo Governador do Estado. Ressalta-se que o Diretor Científico é escolhido de entre os pesquisadores que compõem a lista tríplice, feita a partir de eleições organizadas pelas instituições de ensino superior do estado do Maranhão.

Os objetivos da Fapema são estimular a ciência e a tecnologia no Maranhão e contribuir para formação de recursos humanos, fomento à pesquisa, proteção intelectual e disseminação da cultura de inovação tecnológica. Para isso, a Fapema divulga, constantemente, editais dos mais diversos tipos, como, por exemplo, de concessão de bolsas (mestrado e doutorado) e de auxílio à editoração (AED).

O registro da Fundação na Agência Brasileira do ISBN é de 2009, ano em que publicou apenas um título, em papel, que corresponde a 0,21% das publicações da cidade. Depois disso, não há outra publicação editada pela Fapema. Tal como acontece com a

Editora Faculdade São Luís, a participação da Editora Fapema, no contexto editorial são-luisense, é também insignificante. Veja-se o quadro a seguir.

Quadro 19: Produção da Fapema (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
62383									1	0	1

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Observa-se no Quadro 20, relativo à produção por assunto, que a única publicação da Fapema foi na categoria Ciências e Tecnologia.

Quadro 20: Produção da Fapema, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Ciências e Tecnologia	1
Total	1

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Outras conclusões e informações a respeito da Editora Fapema são difíceis de obter, por se tratar de entidade governamental, o cargo de diretor-presidente da Instituição é político, ou seja, quando muda o Governo, muda também a direção da Fapema. A atual direção não tinha conhecimento do cadastro como editor junto à Agência Brasileira do ISBN, o que dificulta a análise sobre os *modus operandi* da Editora Fapema.

4.1.9 Editora Instituto Geia

O Instituto Geia, a exemplo da Central dos Livros, é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 20 de novembro de 2000 – juntamente com a sua editora –, que iniciou atividade a partir de 2 de janeiro de 2001, com sede à Avenida Colares Moreira, n.º 1, Renascença II, São Luís – MA.

Para manter seu funcionamento, o Geia necessita de instituições mantenedoras, que, de momento, são as seguintes: Alpha Máquinas e Veículos do Nordeste; Alumar; Atlântica Serviços Gerais; Agropecuária e Industrial Serra Grande; Bel Sul Administração e Participações; Cemar – Companhia Energética do Maranhão; CIGLA – Cia. Ind. Galletti de Laminados; Ducol Engenharia; Lojas Gabryella; Mardisa Veículos; Moinhos Cruzeiro

do Sul; Niágara Empreendimentos; Oi; Rápido London; SempreVerde; Televisão Mirante; UDI Hospital; Vale; e VCR Produções e Publicidade Ltda.

Analisando seu estatuto, encontramos os seguintes objetivos:

- promover pesquisas e debates na área de educação, saúde, meio ambiente e cultura, de modo a identificar o potencial de mercado e os seus usuários;
- realizar ou incentivar projetos voltados para o desenvolvimento do indivíduo, instituições e comunidades;
- capacitar recursos humanos para formação de voluntariado para atuar nas áreas de educação, saúde, meio ambiente junto a outras ONGs e outras instituições voltadas ao trabalho voluntário, através de treinamento adequado e assessoria especializada;
- suscitar, através de campanhas motivadoras, a adesão ao trabalho voluntário nos programas desenvolvidos por ONGs nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e cultura;
- estruturar programas de acompanhamento dos trabalhos das ONGs, visando a sua otimização;
- firmar convênios com entidades nacionais ou internacionais para obtenção de doações, dotações e contratos de gestão;

Quanto aos recursos humanos, todo o serviço do Instituto é terceirizado – revisão textual, editoração, produção de capa e o serviço de impressão. No escritório trabalham efetivamente apenas duas funcionárias, a gerente executiva e uma secretária.

Pelo que se coletou, constatou-se a eficiência do Instituto GEIA na execução das suas atividades para salvaguarda da memória de nosso Estado, com a impressão de obras raras e importantes sobre temas maranhenses, recuperando e disseminando a informação.

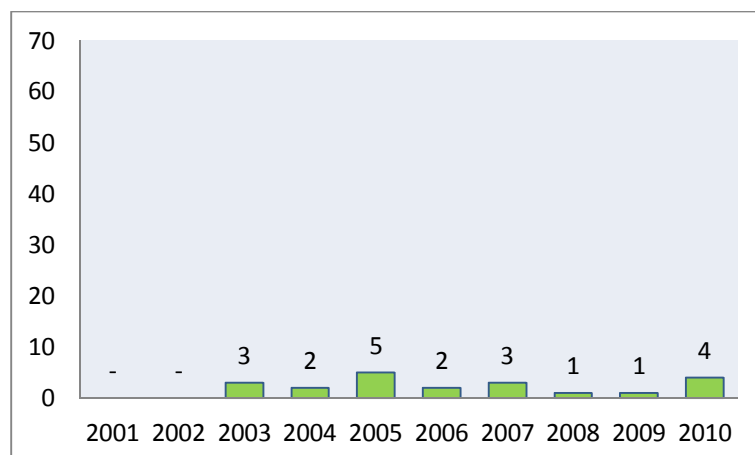
A Editora Instituto Geia possui 21 títulos publicados no período, com 5 títulos em 2005, seu melhor resultado (ver Quadro 21 e Gráfico 7). Sua produção corresponde a 4,43% do total de publicações de São Luís.

Quadro 21: Produção da Editora Instituto Geia (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
89786			3	2	5	2	3	1	1	4	21

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 7: Produção da Editora Instituto Geia (2001-2010)



Como mostra o Quadro 22, produção por assunto, seguindo a tendência regional e nacional, foram publicados mais títulos na categoria Ciências Sociais e Humanas, com 17 obras.

Quadro 22: Produção da Editora Instituto Geia, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	2
Ciências Sociais e Humanas	17
Ciências e Tecnologia	1
Obras de Referência	1
Total	21

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

O conselho editorial é formado por membros do conselho deliberativo/fiscal e pela gerente executiva do Instituto; possui um plano editorial definido, voltado para temas maranhenses; além disso, tem um estatuto que rege seu funcionamento.

A editora realiza o depósito legal e respeita o direito do autor, que é pago com 50% (cinquenta por cento) da tiragem. No ramo editorial, o Instituto Geia atua desde 2003 e foi a única editora que teve algumas de suas obras publicadas com o concurso da Lei Rouanet, Lei de Incentivo à Cultura. Normalmente, recebe os originais digitados. O instituto responsabiliza-se por todos os serviços editoriais – editoração eletrônica, design, revisão e normalização; contudo, todos os profissionais que realizam essas atividades são terceirizados. Também não possui gráfica própria, terceirizando a impressão e acabamento, mas tem como ponto forte trabalhar com duas das melhores gráficas do país.

Normalmente, são impressos 3 títulos a cada ano, com tiragem de 2.000 exemplares. O Instituto Geia tem controle de suas publicações. A editora informou que participa de programas de distribuição, circulação e divulgação das publicações, e suas obras são vendidas por livrarias de alguns estados da Federação, a exemplo da Cultura, maior vendedora de livros do Brasil. Também é possível encontrar livros desta editora na Amazon, maior loja *online* do mundo.

Uma iniciativa recente do Instituto Geia foi criar o «Prêmio IV Centenário da Cidade de São Luís», por conta da proximidade dos 400 anos de São Luís (8.9.2012), para escolher o melhor livro sobre a temática, oferecendo pouco mais de 20 mil € ao vencedor. Este concurso é importante para estimular a criatividade de pesquisadores, além de contribuir para o desenvolvimento da cultura local.

4.1.10 Editora da Central dos Livros (Companhia dos Livros)

Situada à Rua do Alecrim, 123, Centro, São Luís, Maranhão, a Editora Central dos Livros, cujo nome é Companhia dos Livros, foi fundada em 1997. Criada com a intenção, predominantemente, social e de difusão da cultura popular e erudita no Maranhão, afastando-se de interesses meramente comerciais, a Companhia dos Livros está vinculada ao “Formação”, Organização não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, composta por um grupo de educadores, ligados à área da educação básica e da educação popular.

O principal objetivo de sua mantenedora, o “Formação”, é a construção de bases políticas e educacionais fomentadoras de projetos e políticas públicas voltados ao desenvolvimento local. Pretendem uma prática de gestão em que prevaleçam condutas éticas, que promovam a justiça social e econômica, com a participação efetiva de jovens e adultos na construção de novas perspectivas para as cidades do território maranhense e piauiense.

A partir de 2002, a editora decidiu priorizar um de seus objetivos, que é a produção de livros didáticos, tendo como tema transversal a cultura maranhense e do Nordeste, e o incentivo à produção de livros literários e científicos de autores maranhenses. Somente em 2007, dez anos após sua criação, efetuou cadastro junto à Agência Brasileira do ISBN.

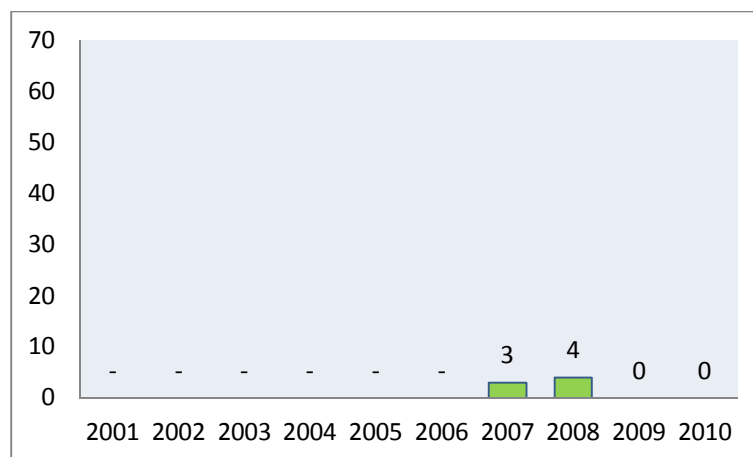
A editora possui 3 títulos publicados em 2007 e 4 em 2008. Sua produção corresponde a 1,47% do total de publicações de São Luís (ver Quadro 23 e Gráfico 8).

Quadro 23: Produção da Companhia dos Livros (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
61188							3	4	0	0	7

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 8: Produção da Companhia dos Livros (2001-2010)



Como pode ser visto no Quadro 24, produção por assunto, a Companhia dos Livros, imprimiu somente livros didáticos.

Quadro 24: Produção da Companhia dos Livros, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Didáticos	7
Total	7

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

O conselho editorial é formado por profissionais das áreas de educação e políticas públicas, um contador e uma bibliotecária. Informou-nos, ainda, ter política editorial definida, além de um regimento.

A Companhia dos Livros realiza o depósito legal e respeita o direito do autor, que é pago com percentagem da tiragem, dinheiro e/ou permuta. Apesar de não encontrarmos nenhuma obra com o selo do Ministério da Cultura, informaram-nos que publica de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura. A editora recebe os originais digitados, escritos à mão, revisados e impressos. Ela possui profissionais para execução dos serviços de normalização (bibliotecária), criação de capas e outras artes, editoração eletrônica e contrata serviços de revisão textual.

Apesar de não cumprirem sua meta, afirmaram-nos que, anualmente, são impressos 7 títulos, com tiragem de 500 exemplares. A Companhia dos Livros tem controle de suas publicações. Também nos foi dito que participa de programas de distribuição, circulação e divulgação das publicações, além de contrato com a distribuidora Mundo dos Livros.

4.1.11 Editora da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem)

Fundada no dia 4 de janeiro de 1971, em Assembleia realizada na Sala do Júri do Tribunal de Justiça de São Luís do Maranhão, a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem) surge como instrumento de união, aprimoramento e valorização da classe ministerial.

A Ampem é um espaço de fortalecimento de seus membros, e encontra-se filiada à Confederação Nacional do Ministério Público (Conamp). De acordo com seu Estatuto (Ampem), Artigo 2º, tem por finalidade:

- I – promover a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de seus associados;
- II – promover a defesa judicial e extrajudicial dos interesses de seus associados titulares atingidos no exercício de suas funções, salvo recusa expressa desses;
- III – defender os interesses gerais do Ministério Público;
- IV – promover, entre outros, serviços de natureza previdenciária, securitária, médica, esportiva, de lazer e de aprimoramento profissional, podendo para tanto firmar contratos ou estabelecer convênios com entidades especializadas.

A Editora Ampem tem como objetivos a produção, a sistematização do conhecimento científico e a elaboração de bens culturais. Cadastrada junto à Biblioteca Nacional e ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para obtenção de ISBN e ISSN, respectivamente, a Editora Ampem propicia o lançamento de obras cujos autores são promotores e procuradores de justiça, além de produtos, a exemplo do CD Ampem Encanto.³⁵

A Instituição promove todos os anos o “Prêmio Márcia Sandes”, que seleciona os 6 (seis) melhores trabalhos jurídicos, sendo 3 (três) de cada categoria: “A” – Peça Processual; e “B” – Artigo Jurídico. Os trabalhos são de autoria dos associados da Ampem, ativos ou aposentados, desde que não os tenha ainda publicado.

³⁵ F. <http://www.ampem.org.br/paginas~2,34,,editora-ampem>

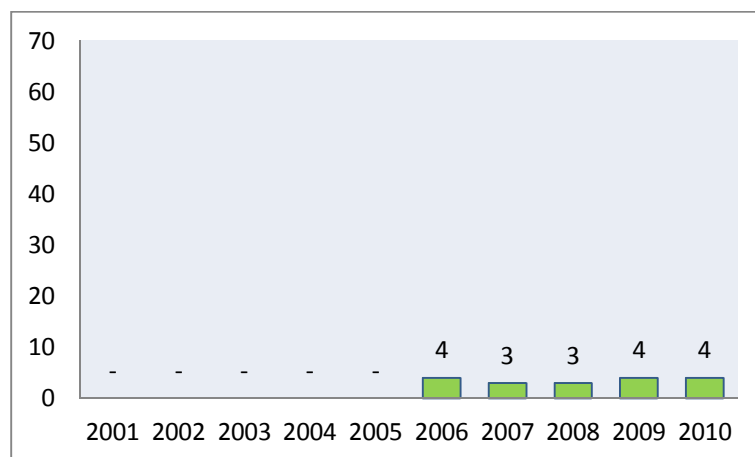
Conforme o Quadro 25 e o Gráfico 9, a partir de 2004, a Ampem começou a produzir livros. No período analisado, encontramos 18 títulos publicados, que correspondem a 3,80% das obras são-luisenses. A instituição mantém uma baixa produção anual, entre 3 e 4 livros.

Quadro 25: Produção da Ampem (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
60430						4	3	3	4	4	18

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 9: Produção da Ampem (2001-2010)



Observa-se, na produção por assunto (Quadro 26) que a Ampem publicou mais títulos na área das Ciências Sociais e Humanas, com 9, seguida por edições sem assunto determinado, com 7. Seus títulos correspondem a 3,82% da produção total de São Luís.

Quadro 26: Produção da Ampem, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	1
Religiosos e Esotéricos	1
Ciências Sociais e Humanas	9
Outro/Sem assunto determinado	7
Total	18

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Infelizmente, não foi possível obter mais dados relativos à Ampem.

4.1.12 Editora da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam)

Criada pelo ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Ramos Filgueira, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam) foi instituída pela Resolução n.º 19, de 12 de Novembro de 1986/TJMA, e alterada pela Resolução n.º 25, de 9 de dezembro de 1998.

Em seus primeiros anos, a Escola foi administrada pela Associação dos Magistrados do Maranhão. No entanto, por meio da Resolução n.º 25/1998, a Esmam tornou-se entidade de atuação vinculada ao Tribunal de Justiça, deixando de ser gerenciada pela Associação dos Magistrados.³⁶

De entre os objetivos da Esmam, podemos destacar: propiciar meios para especialização, aperfeiçoamento e atualização dos magistrados; e incentivar a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes, a fim de colaborar para o desenvolvimento da ciência do direito, o aperfeiçoamento na elaboração, interpretação, aplicação das leis e realização da justiça.

A Escola publica a *Revista Esmam*, com textos produzidos por alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e magistrados, após avaliação do conselho editorial. A *Revista Esmam* tem objetivo de valorizar o estudo e a produção jurídica maranhense.

Data de 12 de Abril de 2007 o cadastro da Esmam na Agência Brasileira do ISBN, ano em que publicou 3 títulos. No total, foram 9 obras, entre 2007 e 2010, que correspondem a 1,9% do total das editoras de São Luís, conforme Quadro 27 e Gráfico 10.

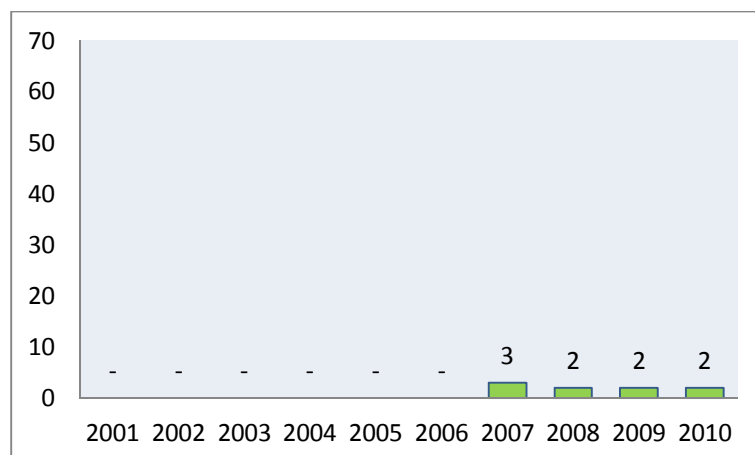
Quadro 27: Produção da Esmam (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
60757							3	2	2	2	9

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

³⁶ Cf. <http://www.tjma.jus.br/site/principal/conteudo.php?secao=63&site=3>

Gráfico 10: Produção da Esmam (2001-2010)



Como podemos conferir no Quadro 28, de produção por assunto, todas as obras da Esmam encontram-se inseridas na categoria das Ciências Sociais e Humanas. Estes dados eram previsíveis, por conta da área em que o Direito se insere.

Quadro 28: Produção da Esmam, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Ciências Sociais e Humanas	9
Total	9

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Na Editora Esmam, encontramos muitos pontos negativos: não possui registro especial na Secretaria da Receita Federal, para aquisição de papel linha d'água (imune) para a confecção de livros; não tem política editorial definida; não mostrou estrutura organizacional; não tem conselho editorial; não realiza o depósito legal, obrigado por lei; apesar de ter conhecimento da Lei de Direitos Autorais, a Esmam não realiza pagamento aos autores, que apenas querem ver suas obras publicadas; e não publica dentro da Lei Rouanet, de incentivo à cultura. Tratando-se de organização, a editora tem controle de suas publicações.

Quanto aos originais, a Esmam, normalmente, os recebe digitados, revisados e normalizados. A Instituição possui em seu quadro funcional alguns profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos: bibliotecário, para normalização; profissional para efetuar paginação; programador visual, responsável pela capa, contracapa, *layout*, etc. O serviço de revisão textual é terceirizado.

A meta da Esmam é imprimir 3 livros por ano, e as tiragens chegam a 2000 exemplares, quantidade que entendemos alta, para uma instituição que não possui programa de distribuição e circulação de suas obras, não tendo contrato com qualquer empresa de distribuição regional e/ou nacional. A editora possui apenas programa de divulgação.

4.1.13 Editora da Academia Maranhense de Letras (Edições AML)

A Academia Maranhense de Letras (AML), mantenedora das Edições AML, foi oficialmente instituída em 10 de Agosto de 1908. Fundada no salão de leitura da Biblioteca Pública do Estado, compôs-se, primeiramente, de 20 cadeiras. Batizada de Casa de Antônio Lobo, em homenagem a um de seus fundadores, hoje a Academia encontra-se instalada à Rua da Paz, 84, Centro, São Luís, Maranhão.

A 7 de Setembro de 1908, realizou-se a inauguração solene da AML que, a partir de então, começava oficialmente suas atividades. Obedecendo a seu estatuto, foi nomeado no cargo de presidente da instituição o professor e historiador Ribeiro do Amaral, o mais idoso entre os acadêmicos, com 55 anos.

De acordo com as informações contidas em seu estatuto, foram 12 os fundadores da AML: Antônio Lobo, Alfredo de Assis, Astolfo Marques, Barbosa de Godóis, Corrêa de Araújo, Clodoaldo Freitas, Domingos Barbosa, Fran Paxeco, Godofredo Viana, I. Xavier de Carvalho, Ribeiro do Amaral e Vieira da Silva. Viriam juntar-se a estes, oito membros admitidos mediante eleição, também com as honras de fundadores.

Em 2008, comemorou-se o centenário da Academia, que lançou algumas obras para celebrar a importante data. Entre as publicações, está a reedição do famoso álbum fotográfico de São Luís 1908, de Gaudêncio Cunha.

As primeiras publicações da AML datam de 1918, mas somente a partir de 2004 a AML se cadastrou na FBN. A direção da Academia não soube informar a data de criação da editora.

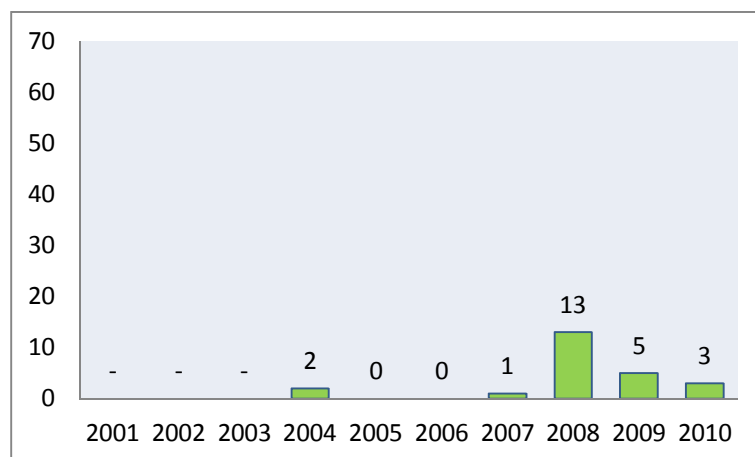
A AML possui 24 títulos publicados no período pesquisado, alcançando 13 títulos em 2008, ano em que mais imprimiu. Sua produção corresponde a 5,06% do total de publicações de São Luís (ver Quadro 29 e Gráfico 11).

Quadro 29: Produção das Edições AML (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
98274				2	0	0	1	13	5	3	24

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 11: Produção das Edições AML (2001-2010)



Nota-se, no Quadro 30, a prevalência de publicações na categoria Ciências Sociais e Humanas, com 11 títulos, seguida da Literatura, com 8 títulos.

Quadro 30: Produção das Edições AML, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Literatura	8
Ciências Sociais e Humanas	11
Obras de Referência	1
Outro/Sem assunto determinado	4
Total	24

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

O conselho editorial das Edições AML é formado pela diretoria da Academia e possui política editorial definida, mas não possui regimento. A editora da AML também não possui funcionários.

A AML realiza o depósito legal e respeita o direito do autor, que é pago em percentagem (não informada) da tiragem. Não publica de acordo com a Lei de Incentivo à Cultura. Não possui gráfica própria e recebe os originais digitados. Não possui

profissionais para execução dos serviços de criação e normalização, apenas para editoração eletrônica e revisão textual.

Segundo projeções da AML, anualmente, serão impressos 4 títulos, com tiragem de 600 exemplares. A AML informou, ainda, que tem controle de suas obras, e não participa de programas de distribuição e circulação, somente divulgação das publicações, não tendo contrato com nenhuma distribuidora regional ou nacional.

4.1.14 Gráfica e Editora Aquarela

A Gráfica e Editora Aquarela atua no mercado maranhense desde 9 de Junho de 1993. Dentre as editoras pesquisadas, seu cadastro na Agência Brasileira do ISBN é o mais recente, com data de 2008. A empresa, de caráter privado, tem como missão «oferecer soluções de impressão gráfica com qualidade, de forma criativa e pontual, para atender às necessidades e expectativas de clientes e colaboradores.»³⁷

Para sobreviver ao mercado, cada vez mais competitivo, a Aquarela tem como valores: «Foco no cliente; criatividade; qualidade dos produtos e serviços; valorização e qualificação dos colaboradores; responsabilidade socioambiental.»³⁸

A estrutura organizacional da Aquarela está disposta na seguinte ordem hierárquica: Presidente; Diretor Administrativo & Financeiro; Diretor de Vendas; e Diretor de Produção. Como se trata de uma editora pequena, a escolha do que publicar é tratada diretamente com o presidente da empresa. A aquarela está filiada na Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).³⁹

Conforme o Quadro 31 e o Gráfico 12, a produção da Aquarela, no período estudado, foi de 10 títulos, correspondentes a 2,11% do total da capital maranhense. Imprimiu 3 livros em 2008, ano que iniciou suas atividades como editora, e 7 em 2010. Em 2009, não conseguiu nenhuma impressão, o que aponta para atividade irregular.

³⁷ Cf. <http://aquarela.ind.br/>

³⁸ Cf. <http://aquarela.ind.br/>

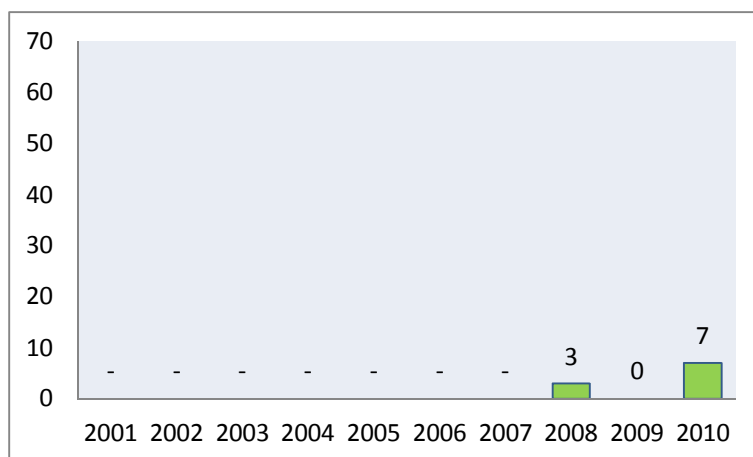
³⁹ Fundada em 18 de junho de 1965, a Abigraf é a entidade de classe que representa aproximadamente 20 mil empresas, que formam o parque gráfico nacional. Por meio de suas 20 representantes regionais, a Abigraf abrange todo o território nacional. (Abigraf, 2010).

Quadro 31: Produção da Gráfica e Editora Aquarela (2001-2010).

PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
61742								3	0	7	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 12: Produção da Gráfica e Editora Aquarela (2001-2010)



Observa-se, na produção por assunto (Quadro 32), que a Aquarela publicou mais títulos na área das Ciências Sociais e Humanas, 9 títulos ao todo. As impressões estão dependentes de contratação dos próprios autores ou instituições interessados em seus serviços gráficos.

Quadro 32: Produção da Gráfica e Editora Aquarela, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	TÍTULOS
Ciências Sociais e Humanas	9
Ciências e Tecnologia	1
Total	10

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

A Aquarela afirmou possuir registro especial na Secretaria da Receita Federal, para aquisição de papel linha d'água (imune) para confecção de livros. A editora publica livros apenas em papel. Elencamos alguns pontos negativos encontrados na Aquarela: não possui política editorial definida; não possui documento que rege seu funcionamento; não publica dentro da Lei de Incentivo à Cultura; não possui programa de distribuição, circulação e divulgação das publicações; e não tem distribuidora regional ou nacional.

Em compensação a Aquarela realiza o depósito legal, coisa que quase nenhuma editora maranhense faz; dependendo da negociação com o autor, tipo da obra e tiragem, oferece 3 formas de pagamento dos direitos do autor: dinheiro, percentual da tiragem ou permuta.

No que se refere aos recursos humanos, possui pessoal responsável pela programação visual (capa, contracapa, *layout* de miolo, marcador, cartaz, *banner*), paginação, impressão (possui gráfica própria) e acabamento das publicações. Outros serviços, como normalização e revisão textual, são terceirizados.

Normalmente, a Aquarela recebe os originais digitados (eletrônico, digital) e a tiragem média das obras é de 1.000. A editora almeja publicar 15 títulos anualmente. Como ainda tem poucos títulos no mercado, possui controle das obras publicadas até hoje.

4.2 Fatos e números da edição em São Luís *post* 2000: quadro geral

A partir deste ponto, mostraremos o panorama geral da atividade livreira em São Luís do Maranhão, no período entre 2001 e 2010. Os quadros ora apresentados foram construídos a partir de dados coletados junto à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, momento em que tentamos verificar a exata dimensão alcançada pela atividade produtiva livreira ludovicense.

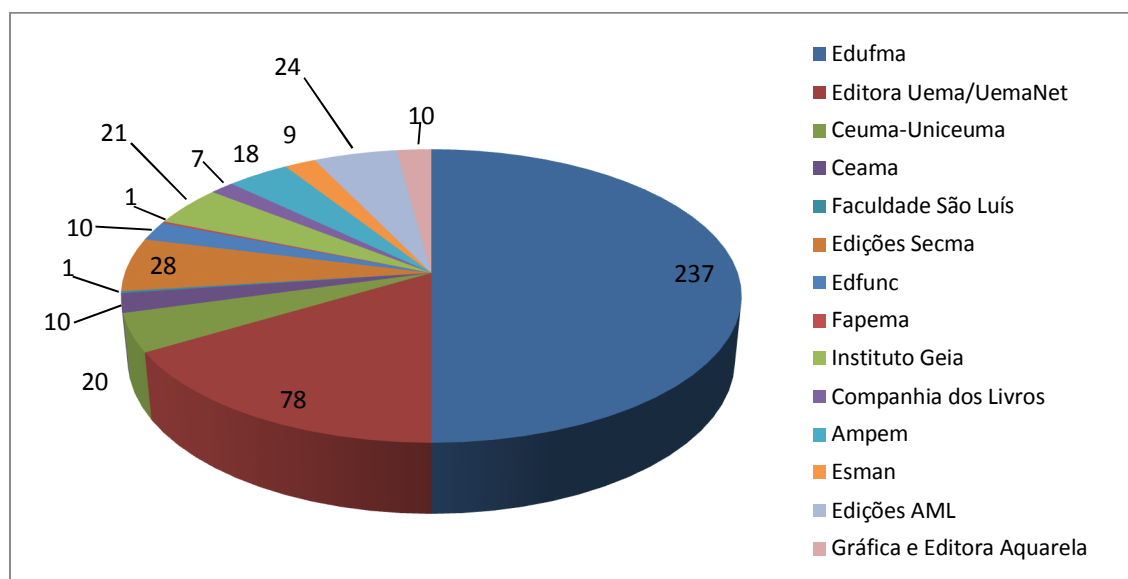
No Quadro 33 e no Gráfico 13, destacamos, com propósito demonstrativo, a produção editorial de São Luís no período de 2001 a 2010, por instituição estudada. Um dado importante para esta pesquisa, que pode ser verificado, ainda no Quadro 33, dentro do período analisado, refere-se à criação de 12 editoras neste período.

Quadro 33: Produção editorial de São Luís, por instituição pesquisada (2001-2010).

EDITORA		PREFIXO EDITORIAL	PRODUÇÃO / ANO										TOTAL
			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Edufma ⁴⁰		85048	13	6	7	3	8	24	12	5			237
		7862								37	68	54	
Uema	Editora Uema	86036	1	2	0	2	2	8	14	14	9	14	78
	UemaNet	63683									1	11	
Ceuma-Uniceuma		88927				1	8	1	3	2	1	4	20
Ceama		89293		3	0	0	0	0	3	2	0	2	10
Faculdade São Luís		98331				1	0	0	0	0	0	0	1
Edições Secma		7275	0	0	0	0	0	0	1	23	3	1	28
Edfunc		61133							1	8	0	1	10
Fapema		62383									1	0	1
Instituto Geia		89786			3	2	5	2	3	1	1	4	21
Companhia dos Livros		61188							3	4	0	0	7
Ampem		60430						4	3	3	4	4	18
Esmam		60757							3	2	2	2	9
Edições AML		98274				2	0	0	1	13	5	3	24
Gráfica e Editora Aquarela		61742								3	0	7	10
TOTAL			13	9	10	11	23	39	47	117	95	107	474

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 13: Produção editorial de São Luís, por instituição pesquisada (2001-2010).



O Quadro 34 e o Gráfico 14, a seguir, descrevem a produção editorial, por categoria/área do conhecimento. O quadro foi elaborado a partir do modelo utilizado pela Agência Brasileira do ISBN (vid. *supra* Anexo 25:181). Com exceção dos assuntos nas

⁴⁰ A editora apresenta dois prefixos editoriais porque o primeiro – 85048 – só comportava números de edições com dois dígitos (00-99). Com a mudança para o prefixo 7862, a EDUFMA passou a comportar edições de até três dígitos (000-999).

áreas das ciências e tecnologias, por serem campos mais abrangidos pelas editoras universitárias, as publicações de São Luís seguiram a tendência nacional na classificação por assunto.

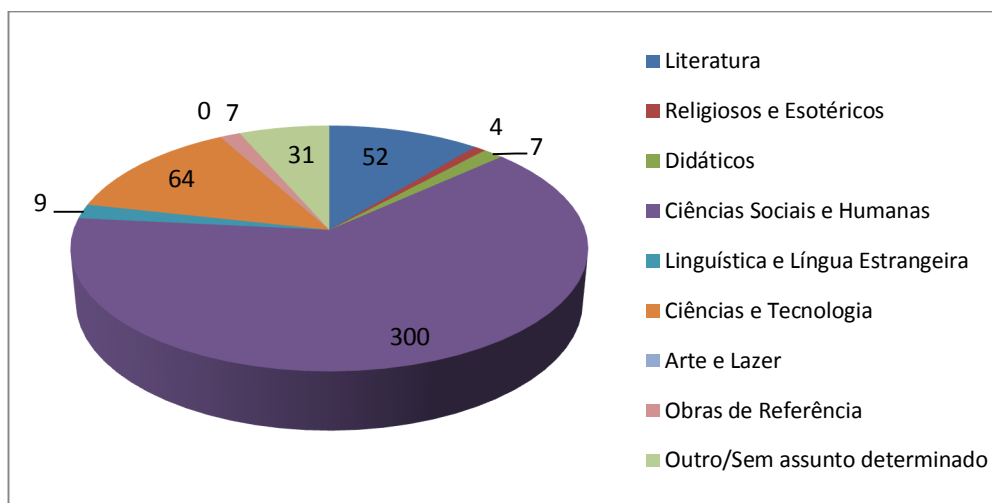
Quadro 34: Produção editorial de São Luís, por assunto (2001-2010).

CATEGORIA	PRODUÇÃO EDITORIAL, POR ASSUNTO – 2001-2010								
	Edufma	Editora Uema	UemaNet	Ceuma – Uniceuma	Ceama	Faculdade São Luís	Edições Secma	Edfunc	Total
Literatura	6	2	–	–	3	–	23	7	41
Religiosos e Esotéricos	–	–	1	2	–	–	–	–	3
Didáticos	–	–	–	–	–	–	–	–	0
Ciências Sociais e Humanas	180	33	11	8	7	1	4	1	245
Linguística e Língua Estrangeira	5	4	–	–	–	–	–	–	9
Ciências e Tecnologia	33	20	–	8	–	–	–	–	61
Arte e Lazer	–	–	–	–	–	–	–	–	0
Obras de Referência	1	2	–	1	–	–	1	–	5
Outro/Sem assunto determinado	12	5	–	1	–	–	–	2	20
Total	237	78		20	10	1	28	10	384

CATEGORIA	PRODUÇÃO EDITORIAL, POR ASSUNTO – 2001-2010							
	Fapema	Instituto Geia	Companhia dos Livros	Ampem	Esmam	Edições AML	Gráfica e Editora Aquarela	Total
Literatura	–	2	–	1	–	8	–	11
Religiosos e Esotéricos	–	–	–	1	–	–	–	1
Didáticos	–	–	7	–	–	–	–	7
Ciências Sociais e Humanas	–	17	–	9	9	11	9	55
Linguística e Língua Estrangeira	–	–	–	–	–	–	–	0
Ciências e Tecnologia	1	1	–	–	–	–	1	3
Arte e Lazer	–	–	–	–	–	–	–	0
Obras de Referência	–	1	–	–	–	1	–	2
Outro/Sem assunto determinado	–	–	–	7	–	4	–	11
Total	1	21	7	18	9	24	10	90

Fonte: Agência Brasileira do ISBN (2011).

Gráfico 14: Produção editorial de São Luís, por assunto (2001-2010).



Percebemos, com os números apresentados, que a atividade editorial na capital maranhense, infelizmente, ainda é incipiente. Apesar da significativa melhora nos últimos três anos, os dados ainda apontam como pequena a quantidade de títulos publicados, levando-se em conta a população da cidade, que é de mais de um milhão de habitantes. A baixa produtividade dificulta o crescimento e a projeção de São Luís no cenário livreiro brasileiro.

5. O FABRICO DO LIVRO EM SÃO LUÍS: UMA ATIVIDADE EM EXPANSÃO?

Em termos concretos, as editoras enquadram-se no que os teóricos da Escola de Frankfurt denominaram de *indústria cultural* (Adorno e Horkheimer, 1985:152), referenciando, com este termo, um complexo de indústrias cuja matéria-prima são os bens culturais. Sem descer às peculiaridades deste conceito frankfurtiano e suas consequências ideológicas, as editoras funcionam tendo por base a estruturação que desponta da “serialização” industrial, bem como de seus processos de funcionamento e de sua objetividade mercadológica.

O número de livros editados no Brasil tem crescido em enormes proporções, e o acesso aos dados dessa produção tornou-se mais fácil após o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionar a Lei n.º 10.753, de 30 de Outubro de 2003 (vid. *supra* Anexo 26:182), instituindo a Política Nacional do Livro, que, de acordo com o Capítulo III, Art. 6º determina: «Na editoração do livro é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.» Desde então, tornou-se mais fácil mensurar o número de títulos editados em todo o país, por editora cadastrada na Biblioteca Nacional.⁴¹

A produção editorial no Brasil estudada por Felipe Lindoso (2004:55) revela que, «De fato, a indústria editorial brasileira chega ao final do século XX como a maior da América Latina e, segundo o Euromonitor em estudo sobre a indústria editorial no mundo, é a oitava em volume de produção do planeta.» Cremos que o Brasil melhorou sua posição nesse *ranking*, pois, em 2010, a produção livreira cresceu de forma significativa, quase dobrando o número de ISBNs solicitados (vid. *supra* Anexo 27:186, que apresenta a evolução da produção editorial brasileira). Na verdade, segundo dados da Agência Brasileira do ISBN (2010), órgão vinculado à FBN, foram atribuídos 65.383 ISBNs em 2010. Ainda segundo a Agência, estes dados correspondem à produção de 1.074 editores pessoa jurídica e 1.395 editores pessoa física. Vale ressaltar que o número total de editores cadastrados na Agência são 24.383, sendo 12.337 editoras (pessoa jurídica) e 12.046 editores (pessoa física), conforme anexos 28 (vid. *supra*:187) e 29 (vid. *supra*:188). Entendemos que muitos estão inativos, porque, pesquisando o catálogo de editores por estado, no caso de São Luís, descobrimos que uma boa parte encerrou já suas atividades.

⁴¹ Desde 1978, a Fundação Biblioteca Nacional atribui o *International Standard Book Number* (ISBN) a livros editados no Brasil, mas as editoras não eram obrigadas a solicitá-lo.

Dois bons exemplos são o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão (Sioge), extinto em 1998; e o Banco do Estado do Maranhão (BEM), vendido ao Banco Bradesco S.A., em 2004. Estas duas instituições ainda encontram-se registradas na Agência Brasileira do ISBN, talvez por nunca darem baixa em seus cadastros ou porque a Agência nunca realizou um censo, para atualização dos editores associados.

Em 2009, a Agência emitiu 65.111 ISBNs.⁴² No Relatório da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), intitulado *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*, ano 2009, encontramos uma diferença considerável em relação às informações da FBN. A pesquisa da FIPE apontou 52.509 títulos editados em 2009. Acreditamos que a divergência deve-se ao fato de que a FIPE trabalhou apenas com editoras filiadas à Câmara Brasileira do Livro (CBL), ao Sindicato Nacional de Editores de Livro (SNEL) e à Associação de Editores Cristãos (ASEC), instituições que encomendaram a pesquisa. Os valores encontrados foram os seguintes:

Quadro 35: Títulos editados e exemplares produzidos no Brasil (2009)

	Títulos Editados	Exemplares Produzidos
1a. edição	22.027	154.471.507
Reedição	30.483	231.895.629
TOTAL	52.509	386.367.136

Fonte: (FIPE, 2010:9).

Ainda de acordo com o Relatório, as vendas para o público foram de 228.704.288 de exemplares e para o governo 142.234.221, perfazendo um total de 370.938.509 livros vendidos em 2009. (FIPE, 2010). Estes dados servem para mostrar o grande “cliente” das editoras de livros didáticos – o Governo –, que é, ao nosso entender, a principal alavanca da produção livreira do Brasil. Isto acontece porque o país possui um dos maiores programas de distribuição de livros gratuitos do mundo, principalmente na área educacional pública.⁴³

De acordo com Selva Guimarães Fonseca, doutora em Metodologia do Ensino de História, com grande conhecimento em livros didáticos: «A indústria editorial brasileira[,] graças à produção e venda em massa de livros didáticos, *subsidiada em grande parte pelo*

⁴² Ressaltamos que, de acordo com o relatório da Agência Brasileira do ISBN, em obras publicadas por assunto, encontramos apenas 54.776 (Anexo 18).

⁴³ Os livros são distribuídos aos estudantes da rede pública de ensino pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O Programa exista há mais de 80 anos e é voltado para o ensino fundamental, incluindo as classes de alfabetização infantil; alunos portadores de deficiência visual, com livros didáticos em Braille; estudantes portadores de necessidades especiais das escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas. (Cf. Ministério da Educação, 2011).

governo, conseguiu se colocar entre as maiores do mundo [...].» (Fonseca, 1993:141) (grifos nossos).

A respeito do consumo em massa de livros didáticos, Fonseca (1993:141), informa:

Estes dados, entretanto, não significam que a democratização do saber no Brasil tenha atingido índices similares aos do Japão e da França. Ao contrário, demonstramos [...] índices educacionais que colocam o Brasil junto aos países mais pobres e atrasados do mundo.

O Brasil ainda possui altas taxas de analfabetismo. De acordo com os dados do livro *Retratos da leitura no Brasil*, em pesquisa realizada em 2006, o país possui baixos índices de leitura: «Dos 4,7 livros *per capita*/ano no Brasil, o índice de livros indicados pela escola chega a 3,4. Ou seja, apenas 1,3 livro lido pelos brasileiros não tem origem na indicação que a escola faça, seja ele didático ou não.» (Amorim, 2008:89). Ressaltamos que, nesse período, a população brasileira era de 187.227.000. (IBGE, 2006).

Em números concretos, a pesquisa aponta os seguintes valores:

- Número de leitores: 95 milhões;
- Número de não-leitores: 77 milhões;
- Número de livros comprados: 1,2 livro por habitante/ano (o que dá 36,2 milhões de compradores de livros);
- Número de livros lidos (4,7 livros por habitante/ano). (Amorim, 2008:27).

Os valores apresentados são desanimadores, tendo em vista que, oficialmente, a população brasileira beira à casa dos 200 milhões de habitantes. Uma curiosidade encontrada nessa pesquisa é que, apesar dos altos índices de violência, a *Bíblia* é o livro mais lido no Brasil.

Hoje, o maior problema enfrentado pelo mercado editorial brasileiro dá-se pela grande concentração de editoras e distribuidoras instaladas no eixo «Rio-São Paulo», formado pelas cidades mais ricas do país, fenômeno *anti nature*, que monopoliza toda atividade livreira do país. Outrossim, informamos que a maioria das editoras instaladas nestas cidades dedica-se à produção de livros didáticos.

Avaliando os dados obtidos na Agência Brasileira do ISBN, ano 2010, notamos que o Maranhão tem participação bastante discreta, dentro do quadro de editores brasileiros, com 45 editores pessoa jurídica, que correspondem a 0,36% do total nacional, e 88 editores pessoa física, que correspondem a 0,73%. Trata-se de parcela muito pequena, quase insignificante, dentro do número total de editores cadastrados na Agência, que é de 24.383,

apesar de os números terem mostrado que apenas 2.500 editores, aproximadamente, produziram nesse período.

As editoras universitárias da Ufma e da Uema foram as que mais produziram, no campo livreiro da cidade. Mas não são um caso isolado, pois as editoras universitárias têm forte participação no mercado brasileiro (da Edusp, da Editora Unesp e da Editora da UnB):

A Editora Universitária no Brasil está tomando cada vez mais o lugar já ocupado por centenárias experiências de universidades europeias: ser um forte elo entre a produção acadêmica e a sociedade. Não estamos mais dialogando apenas entre pares acadêmicos, até porque não é necessário, em tempos em que impera a comunicação virtual, a universidade ter uma editora para isso. Além da circulação de idéias entre a comunidade científica, a editora universitária hoje dialoga com uma imensa gama de leitores que buscam no saber acadêmico a fonte para suas profissões e, porque não, para entender melhor o mundo contemporâneo. (Marques Neto, 2000:167).

No Brasil, as primeiras editoras universidades surgiram nos anos 60, e tinham como público-alvo a comunidade acadêmica. (cf. Guinsburg, 1997:30). Em São Luís, como vimos, a Edufma, fundada em 1988, foi a primeira editora a estabelecer-se, mas é a partir de 2008 que a edição universitária ganha mais expressão.

Atualmente, as editoras universitárias possuem maior representação no cenário editorial de São Luís, com 73% da produção da cidade, o que reflete o importante incentivo governamental:

Pela influência que exerceu na política editorial das instituições de ensino superior brasileiras e os seus conseqüentes desdobramentos na prática política, destaca-se o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições Ensino Superior Federais, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, o chamado PROED. Desenvolvido entre 1981 e 1988 pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação, o Proed originou-se das discussões com professores universitários sobre os diferentes problemas que afetavam o desempenho acadêmico das IES. (Bufrem, 2008:20).

O objetivo geral desse Projeto é: «Apoiar o plano editorial das instituições de ensino superior.» (SESU, 1985:16). Os objetivos específicos estão assim elencados:

- estimular a produção, publicação e divulgação do trabalho intelectual dos docentes e conseqüentemente fomentar o debate crítico universitário;
- fortalecer o interesse da comunidade acadêmica pela qualidade do ensino, atenuando a utilização indiscriminada da reprografia, incentivando a leitura e estimulando o aperfeiçoamento do material utilizado pelos docentes;
- enriquecer a bibliografia básica disponível para os cursos de graduação;

- refletir o desempenho intelectual das IES, divulgando de forma ampla e adequada a produção intelectual dos docentes;
- criar mecanismos de intercâmbio de soluções técnicas para editoração, divulgação e distribuição de livros entre as IES e
- aperfeiçoar o padrão editorial das publicações universitárias. (SESU, 1985:16).

Outro fator importante para o desenvolvimento das editoras de universidades públicas pode ser observada nas palavras de J. Guinsburg:

Como têm de penetrar em áreas onde a lucratividade está fora de questão, devem correr certos riscos e contar com certa margem de perda. Seus diretores não precisam demonstrar grande habilidade como administradores. Sua política deve, antes, estar voltada para o atendimento didático de certas áreas e para a comunidade universitária. (Guinsburg, 1997:30).

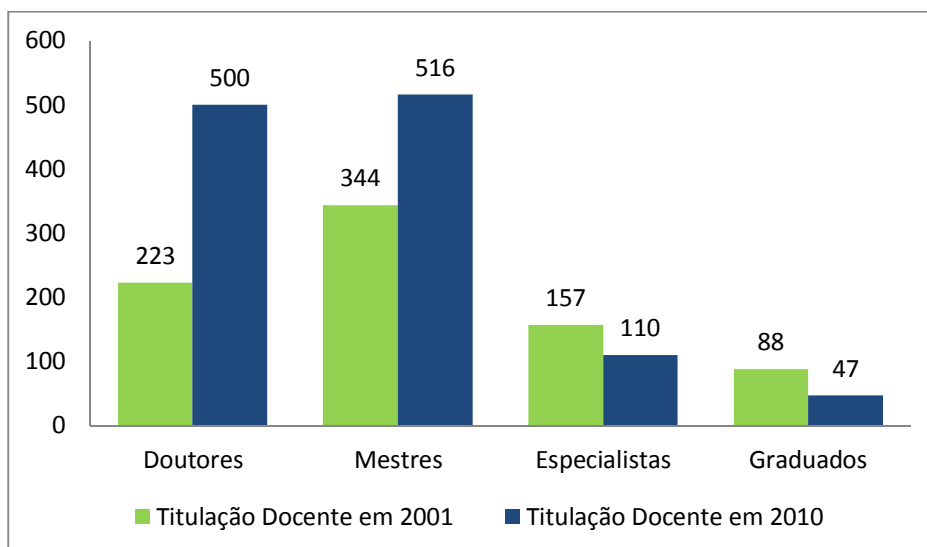
No caso da Ufma, além do PROED, atribuímos o aumento da produção livreira à melhoria da qualificação docente na Universidade Federal do Maranhão (mais doutores e mestres), além da ampliação do quadro. De acordo com informações obtidas na Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional (Asplai), o crescimento pode ser visto no Quadro 36 e Gráfico 15.

Quadro 36: Evolução do quadro docente da Ufma

Ano	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
2001	223	344	157	88	812
2010	500	516	110	47	1.173

Fonte: Asplai/Ufma (2011).

Gráfico 15: Evolução do quadro docente da Ufma



Entendemos que, mesmo tendo atingido melhores índices de produção em São Luís, as editoras universitárias ainda têm um longo caminho a percorrer, levando-se em conta o grande contingente populacional atendido por essas instituições, o número de cursos e de docentes, etc. Somente nos últimos três anos, 2008 a 2010, a Edufma conseguiu manter sua produção de forma regular. A Editora Uema, apesar de produzir bem menos que a Edufma, vem mantendo certa regularidade em sua produção, desde 2006, apesar de ainda estar um pouco longe de sua meta. A outra editora da Uema, a UemaNet teve uma boa produção no último ano. As demais editoras produzem de forma muito irregular, sendo que algumas não imprimem qualquer obra durante determinado período ou, às vezes, apenas um ou dois títulos durante um ano.

De acordo esta análise, dentre as 15 editoras trabalhadas, nenhuma cumpriu as mínimas exigências de bom funcionamento das atividades editoriais, dentro das questões levantadas. Apesar disso, o Instituto Geia é o que mais se aproximou do conceito, por procurar cumprir várias etapas do processo editorial, tendo definidos um tema e uma linha editorial; por contratar pessoal e/ou empresas para os processos intelectual e industrial, além de ter um conselho deliberativo, que funciona como conselho editorial, que, entre outras atividades, traça as diretrizes editoriais do Instituto.

Em relação às tipologias, 63,29% das publicações estão voltadas às áreas de ciências sociais e humanas, seguidas das ciências e tecnologia, com 13,5%. Estes números foram “puxados” principalmente pelas duas instituições que mais produziram, Edufma e editora da Uema. Na sua grande maioria, os títulos são publicados em formato tradicional, em papel, mas há também incidência considerável de publicações em formato eletrônico.

No que se refere à tiragem, as editoras de São Luís imprimem uma boa quantidade de seus títulos, entre 500 e 2.000 exemplares. Como vimos, muitas obras publicadas são frutos de trabalhos de pesquisas, teses ou dissertações e têm um público-alvo muito restrito.

Quanto aos serviços gráficos, vale salientar que «[...] poucas editoras têm gráfica própria [...]. Geralmente uma editora trabalha com várias gráficas, com tipos de máquinas diferentes e adequadas para os diversos tipos de livros.» (Knapp, 1986:95). Knapp, Earp e Kornis (2005:36) assim se referem à situação geral das editoras no Brasil: «A maioria das editoras não imprime seus livros em gráficas próprias (pelo menos 70% dos exemplares são impressos em gráficas alheias).» Em São Luís, o percentual é ainda maior, 80% das editoras não possuem gráfica própria. Dos 15 estabelecimentos pesquisados, apenas três

possuem gráfica própria: a Edufma, o Ceuma-Uniceuma e a Gráfica e Editora Aquarela. Ressaltamos ainda que, com frequência, a Edufma terceiriza o serviço de impressão, por não conseguir atender à demanda ou para obtenção de melhor qualidade de impressão e acabamento de suas obras.

Entre as editoras da capital maranhense, o Instituto Geia é a única que não imprime seus trabalhos na cidade, buscando sempre gráficas com excelentes performances, como a Halley, de Teresina-PI; a Santa Marta, de João Pessoa-PB; e a Pancrom, de São Paulo. Os motivos alegados pelo Instituto Geia para não trabalhar com as gráficas locais estão ligados à baixa qualidade técnica, à mão de obra pouco qualificada, e aos altos preços cobrados pelas empresas locais – por incrível que pareça, é menos oneroso imprimir fora do estado.

Todas as editoras pesquisadas têm conhecimento dos direitos autorais e os cumprem, mas a grande maioria não realiza o depósito legal, obrigatório por Lei. Entramos em contato com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, para saber se as sanções previstas são aplicadas. Para nossa surpresa, fomos informados que até hoje, passados mais de seis anos de homologação da Lei, nenhuma editora brasileira foi penalizada, porque eles consideram que nem todas editoras tenham conhecimento da Lei n.º 10.994, relativa ao depósito legal.

Vale ressaltar que encontramos muitos livros editados em São Luís com a chancela da Lithograf. Porém, ela é apenas uma gráfica que, entre outras tarefas, imprime livros, não atendendo a nenhum outro requisito do sistema editorial. Evitamos pesquisá-la, pelo fato de não possuir cadastro na FBN, o que repercute negativamente, para ela e para cidade, o fato de seus títulos não entrarem nos indicadores de publicações editoriais regional e nacional.

Na análise da atividade editorial em São Luís, despontam duas contradições: a primeira refere-se ao fato de a cidade não possuir editora de livros escolares, apesar do elevado número de instituições de ensino superior, de escolas de ensino básico e secundário e ao contingente de alunos matriculados nessas instituições. A segunda refere-se à falta de editoras comerciais em São Luís, assim como no estado do Maranhão, que tem mais de seis milhões de habitantes, e possui público para tais empreendimentos.

As deficiências das editoras são-luisenses são ocasionadas por diversos fatores, como baixo investimento financeiro, pouca qualificação profissional, demasiada distância dos grandes centros, que movimentam a economia do país, e de fornecedores de matéria-

prima gráfica (papel, tinta, etc.),⁴⁴ o que torna oneroso publicar em São Luís. Outro fator é a dificuldade da entrada de novas editoras no cenário nacional brasileiro, devido aos privilégios impostos pelas grandes editoras instaladas principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Além do mais, analisamos os *sites* de três representações de classe livreira, consideradas as mais tradicionais do país, a Câmara Brasileira do Livro (CBL), sediada em São Paulo; o Sindicato Nacional de Editores de Livro (SNEL), no Rio de Janeiro; e a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), em São Paulo, encontrando apenas uma editora maranhense cadastrada em uma destas representações, a Editora Uema, que, recentemente, associou-se à ABEU.

Tratando-se de distribuição e comercialização, observou-se a lista de filiados da Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL), entidade com grande representatividade na área, sediada em São Paulo, mas também não encontramos nenhuma editora de São Luís a ela filiada. A distribuição é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas editoras são-luisense, em razão da falta de investimentos em publicidade, em pessoal, em equipamento, em qualidade, etc.

Por tudo que aqui se disse, percebemos que as editoras da capital maranhense estão distantes das que alcançam patamar razoável no plano editorial, que se encontram em cidades mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Lamentavelmente, o baixo nível de profissionalismo, a pequena quantidade de títulos, dentro do cenário brasileiro, a precariedade e irregularidade da produção e da distribuição livreira indicam a ausência de uma “cultura editorial” e de incentivo que fundamente, a contento, a atividade editorial em São Luís.

⁴⁴ A distância de São Luís para São Paulo, por exemplo, é de 2.947 km.

6. CONCLUSÃO

Ao chegarmos a este ponto de nosso estudo, devemos nos esforçar para puxar alguns cordéis do pensamento que viemos desenvolvendo, no sentido de extrair algumas conclusões acerca do nosso objeto de estudo.

Iniciemos as nossas linhas conclusivas com uma constatação, relatar a realidade que dista da nossa um tempo considerável. Mesmo com o conhecido dinamismo do campo editorial maranhense, no século XIX, os primeiros sinais de verdadeira profissionalização desta área no Brasil são vistos apenas em 1870, quando José de Alencar assina contrato com a Editora Garnier, para a publicação da terceira edição do livro *Iracema*, conforme Lira Neto (2006:237).

Há pouco mais de trinta anos, Moacir Lopes (1978:212) fez a seguinte indagação: «– Edita-se bem no Brasil? [A que responde, em seguida:] – Não se edita bem no Brasil.» Claro que Lopes fazia referência a um cenário sociocultural que mudou muito. Mais recentemente, o quadro editorial no Brasil, principalmente na Região Sudeste, alcançou patamares excelentes. Há editoras nacionais, a exemplo da FTD, Companhia das Letras, Vozes, Ediouro, Edusp, Record, Ática, Perspectiva, para ficarmos apenas nestas, que demonstram alto nível de desempenho editorial, todas, infelizmente, aglomeradas no eixo «Rio-São Paulo». Considerando, porém, editoras de outras regiões, em especial as de São Luís do Maranhão, a frase de Lopes é ainda, infelizmente, válida e atual.

Esta dissertação, como ferramenta investigativa, procurou contribuir para a análise e a reflexão do atual quadro editorial ludovicense, com base em dados sólidos obtidos por meio de enquête e diálogo com gestores e funcionários das editoras/gráficas pesquisadas, além de observações baseadas em nossa experiência na área editorial ludovicense. As informações recolhidas permitiram documentar e analisar a realidade da edição em São Luís, as suas peculiaridades, as dificuldades e, em certos momentos, as vantagens que essas editoras têm no cenário livreiro local.

As editoras da capital maranhense encontram-se divididas em cinco grupos: universitárias, governamentais, ONGs, entidades classistas e privadas. Com exceção Edufma, que edita, pelo menos, um livro por semana, as outras editoras têm produtividade pífia e não conseguem manter regularidade de suas publicações. Isto afasta as empresas de distribuição livreira, que não despertam interesse por esses estabelecimentos pouco produtivos. Outro dado revelado é que, pelo menos, 79% dos títulos publicados são

acadêmicos, caracterizando o mercado ludovicense como bastante restrito. A única editora que imprime livros didáticos é a Companhia dos Livros. Os livros são usados em seus projetos de educação de jovens e adultos, não se estendendo para toda a cidade ou todo o estado do Maranhão.

Mais um ponto negativo apontado na pesquisa é que São Luís não dispõe de editoras comerciais. Estendendo esta realidade para o restante do estado do Maranhão, que tem aproximadamente 332 mil km² e uma população acima de 6 milhões de habitantes é inaceitável não haver uma editora comercial sequer.

Ressaltamos que, da mesma forma que ocorre em Portugal, extrair informações das editoras não é tarefa fácil. Acreditamos que isto esteja relacionado ao receio de expor fragilidades, que, de fato, são ainda grandes. Além disso, outra grande barreira encontrada na investigação que realizamos prende-se à própria Biblioteca Nacional, que se negou a informar o número e o nome das editoras ludovicenses cadastradas na instituição.

Outro grande problema encontrado nas casas livreas de São Luís é o desconhecimento de leis e normas editoriais. Com certeza, isto ocorre não só por causa da falta de profissionais, mas também pela ausência do que aqui chamamos de “mentalidade editorial”, que representa a cultura indispensável para o tratamento que o livro exige. O livro foi, e continuará sendo, um produto sofisticado, e para o qual se exige amadurecimento intelectual tanto de seu autor, quanto daqueles que assumem a responsabilidade de transformá-lo em patrimônio, em bem cultural, em bem veiculável que é representante-mor de um estado mental elevado. As instituições responsáveis pela disseminação desse importante bem cultural, porém, servem mais de laboratório, de espaço para experimentação editorial do que de lugar em que a cultura editorial é exercida, com competência e seriedade; com conhecimento de causa e isenção avaliativa (que tanto falta às nossas precárias instituições editoriais).

O quadro que expusemos ao longo desta dissertação mostra que a atividade editorial é imprescindível ao avanço do saber e da investigação; ao fortalecimento da cultura; à consolidação de um *mundus mentis* compatível com o desenvolvimento alcançado pelas civilizações contemporâneas. A realidade civilizacional de hoje não admite o exercício de atividade editorial amadora. Mas o que acontece é que em cenários culturais empobrecidos como o são-luisense não existem profissionais nesta área capazes de imprimir *status* de nível elevado. O que mais se vê nas práticas editoriais ludovicenses é que o “curioso”, o que publicou um ou outro trabalho, se transforma, por um “passe de

mágica”, em *expert* em editoração, em responsável por programa editorial, por política editorial. São poucas as situações em que verdadeiros conhecedores do “ofício de editar” se encontram à frente dos processos editoriais. De outra parte, a instituição editora funciona como “ponto de apoio” para a instituição maior que a abriga, submetendo todo o processo de produção editorial a seus interesses “políticos” ou institucionais momentâneos o que faz a atividade editorial se transformar em espécie de “cabide”, servindo e obedecendo decisões tomadas em gabinete.

Para que haja racionalização, uniformidade e controle dos trabalhos a serem editados, há que seguir procedimentos – não quaisquer procedimentos, mas aqueles trabalhados por expertises da área. Como faz notar Vieira (1981:135): «Toda editora que se preza deve possuir suas próprias normas, visando à padronização do livro em função da criação de uma imagem empresarial, mas também em função do barateamento do custo e redução do tempo necessário à produção de um livro.» E isto é um ponto que falta à maioria das editoras da cidade.

A precariedade de todo o processo fica evidente quando a produção livreira reduz a circulação à própria cidade em que livro foi editado – nada é mais revelador de sua fragilidade e nada mais danoso ao livro. O livro tem que circular, e o Brasil possui, pelo menos, três grandes distribuidoras de livros: Hather, Inovação e Disal S.A., que espalham os títulos por todos os cantos do país. Para que um livro venda, porém, é necessário que ele preencha uma série de critérios, desde a boa qualidade de seu tema e do tratamento de seu conteúdo até a excelente apresentação gráfica. E isso, sabemos, falta, infelizmente, à maioria dos livros publicados na capital maranhense. A precariedade do trabalho desenvolvido pelas editoras de São Luís cria enormes obstáculos para pôr sua produção livreira no mercado.

Os números demonstram a fragilidade e a precariedade das instituições responsáveis pela produção, divulgação e comercialização dos livros. Além do mais, a cultura editorial, aquela que fundamenta profissionalmente a atividade livreira, é praticamente inexistente: além da baixa capacidade produtiva, pouquíssimas instituições trabalham com critérios profissionais, e, em todas elas, verifica-se que as obras são produzidas sem exigências de qualidade, sem avaliação autorizada por meio de julgamento de conselhos editoriais ou de consultores qualificados.

De outra parte, a produção livreira em São Luís não é distribuída de forma racional e profissional, pois não há, em nenhuma delas, uma política de *marketing*, para difundir

suas publicações, o que leva os títulos ao encalhe e à pequeníssima capacidade de circulação.

Se o atual cenário da atividade editorial em São Luís ainda está longe de chegar a uma situação ideal, não se pode deixar de considerar o sentimento da relevância ocupada pelo livro em sua cultura. Um ponto favorável à cidade foi a criação, em 2007, da Feira do Livro, evento que tem dado bons frutos às editoras, embora, valha a verdade, mais àquelas instaladas fora do Maranhão. Mesmo criada tardiamente, a «Feira do Livro de São Luís» já despertou interesse das grandes editoras, além de obter adesão de várias livrarias. No ano passado, registrou-se grande movimento pessoal e financeiro, quando se vendeu milhares de livros.

Outro fator favorável para cidade são os festejos programados para 2012, quando dos 400 anos de fundação de São Luís e a realização da 64ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Trata-se do evento científico mais importante do Brasil, que conta anualmente com mais de dez mil participantes, entre pesquisadores, cientistas, professores e estudantes de todo o país e do exterior. Estes acontecimentos serão muito importantes porque trarão intenso movimento à cidade, beneficiando vários setores, inclusive o gráfico e o editorial.

Por enquanto, o eixo editorial «Rio-São Paulo» é que tem estabelecido as linhas de orientação para o desenvolvimento da edição nos outros estados do Brasil. Cabe às editoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país unir forças no sentido de alterar os rumos da vida editorial. Elencamos, abaixo, algumas sugestões que podem impulsionar a descentralização editorial no Brasil:

- Definir claramente nichos que têm ficado distantes dos empreendimentos editoriais do eixo «Rio-São Paulo». Reconhece-se, por exemplo, que livros que abordam assuntos universitários não atraem as editoras comerciais, muito mais preocupadas com assuntos “vendáveis”.
- Investimento em qualificação pessoal, em todas as áreas da edição (tradutor, revisor, paginador, *designer*, etc.);:
- Modernização de maquinários e melhoria da infraestrutura;
- Manter abertas as possibilidades de utilização de novos suportes tecnológicos para o livro. Os livros virtuais, por exemplo, vêm demarcando um interessante nicho de mercado, cujos custos são bem em conta. Suportes dessa natureza têm

boa receptividade no cenário contemporâneo, em virtude, sobretudo, do apelo à preservação do meio ambiente, etc.

- Valorização de escritores e pesquisadores locais, para confecção de livros didáticos, etc.;
- Firmar contratos de distribuição e comercialização;
- Desenvolver estratégias publicitárias, de *marketing*, de modo a aproximar o público do livro/da editora.

Evidentemente, estas são apenas algumas medidas que podem ajudar a alterar o quadro da vida editorial em São Luís. Se nosso tempo é o da especialização, da existência dos sistemas peritos – para usar a expressão de Giddens (1991:30), cabe ao discernimento estabelecer vias que nos permitam superar as limitações de uma realidade adversa. O problema está em insistir nos próprios erros, por teimosia ou por falta de esclarecimento. A atividade livreira é, e sempre será, inteligente, e esta lição há muito deveria ter se fixado como luz a guiar os passos das editoras ludovicenses. Somente assim, acreditamos, poderemos nos aproximar daquelas experiências vividas pela cultura maranhense do séc. XIX, quando se respirava um clima de euforia por conta da produção livreira.

Eis aí um desafio que, por todos os motivos, vale a pena enfrentar.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia crítica/estudos

Adorno, T. W., e Horkheimer, M. (1985), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (2 ed.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Almeida, A. W. B. (2008), *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão*, Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.

Almeida, M. L. P. (1996), *Como elaborar monografias* (4. ed.), Belém: CEJUP.

Amaral, J. R. ([190-]), *A imprensa do Maranhão*, São Luís, Casa de Cultura Josué Montello, [Documento datilografado, não paginado].

_____. (2003), *O Maranhão histórico: artigos de jornais (1911-1912)*. São Luís: Instituto Geia.

Amorim, G. (2008), *Retratos da leitura no Brasil*, São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Pró-livro.

Anselmo, A. (1991), *História da edição em Portugal* (Vol. 3), Porto: Lello & Irmão.

Barbosa, F. B. C. (2005), «Contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e de São Paulo», *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, n.º 22, 587-611, <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v22/v22n3p587.pdf> (consultado a 2.1.2011).

Berredo, B. P. (1849), *Annaes históricos do estado do Maranhão* (2 ed.), São Luís: Typographia Maranhense.

Borralho, J. H. P. (2000), *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*, Dissertação de mestrado em História, Assis, SP: Universidade Estadual Paulista.

_____. (2009), *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*, Tese de doutoramento em História, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.

Bragança, A. (2007), António Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação*. Disponível em <http://www.adevento.com.br/intercom/2007/resumos/R0782-1.pdf>

Brandão, C. R. (1991), *Repensando a pesquisa participante*, São Paulo: Brasiliense.

Bufrem, L. S. (2008), «Práticas editoriais e o ensino superior do Brasil: 20 anos da ABEU» v. 4, 18-30, *Verbo [Revista da ABEU]*, São Paulo: ABEU.

Camargo, A. M. A., e Moraes, R. B. (1993), *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Edusp.

Earp, F. S., e Kornis, G. (2005), *A economia da cadeia produtiva do livro*, Rio de Janeiro: BNDES.

Fausto, B. (1995), *História do Brasil* (2 ed.), São Paulo: Edusp / Fundação do Desenvolvimento da Educação.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2010), *Produção e vendas do setor editorial brasileiro: relatório sobre 2009*, São Paulo: FIPE, http://www.publishnews.com.br/upload/download/PesquisaMercado_2009.pdf (consultado a 15.4.2011).

Fonseca, S. G. (1993), *Caminhos da história ensinada*. Campinas, SP: Papirus.

Frias, D. C. S. (1907), *Memórias literárias: apreciações e críticas*, Lisboa: Typ. da Empresa Literária e Typographica.

Frias, J. M. C. (2001), *Memória sobre a tipografia maranhense* (2 ed.), São Paulo: Siciliano.

Gaio, R. J. S. (1818), *Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão: suas produções, e progressos, que tem tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanecer, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio*, Pariz: P.N. Rougeron, Impressor.

Giddens, A. (1991), *As consequências da modernidade* (5 reimp.), São Paulo: Unesp.

Guinsburg, J. (1997), «O editor e o projeto: uma proposta editorial», in: Martins Filho, P., et al., *Livros, editoras e projetos*. São Paulo; São Bernardo do Campo: Ateliê Editorial / Com-Arte / Bartira.

Hallewell, L. (2005), *O livro no Brasil: sua história* (M. P. Villalobos, et al., Trans. 2 ed.), São Paulo: Edusp.

Jorge, S. B. (1998), *A linguagem dos pasquins*, São Luís: Lithograf.

_____. (2008), *Imprensa do Maranhão no século XIX, 1821-1900*, São Luís: Lithograf.

Knapp, W. (1986), *O que é editora?* São Paulo: Brasiliense.

Lacroix, M. L. L. (2002), *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, São Luís: s.n.

Lakatos, E. M., e Marconi, M. A. (1987), *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (2 ed.), São Paulo: Atlas.

_____. (1996), *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (3. ed.), São Paulo: Atlas.

Lima, C. (2006), *História do Maranhão: a Colônia* (2 ed. Vol. 1), São Luís: Instituto Geia.

_____. (2010), *História do Maranhão: a República* (2 ed. Vol. 3), São Luís: Instituto Geia.

Lindoso, F. (2004), *O Brasil pode ser um país de leitores?* São Paulo: Summus.

Lira Neto (2006), *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*, São Paulo: Globo.

Lopes, A. (1959), *História da imprensa no Maranhão, 1821-1925*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.

Lopes, M. C. (1978), *A situação do escritor e do livro no Brasil*, Rio de Janeiro: Cátedra.

Machado, J., e Braga, S. (2010), *Comunicação e cidades patrimônio mundial no Brasil*, Brasília: UNESCO / IPHAN.

Marques, C. A. (1864), *Apontamentos para o dicionário histórico, geographico, topographico e estatístico da Província do Maranhão*, São Luís: José Maria Corrêa de Frias.

Marques, C. A. (1878), «História da imprensa em Maranhão: memória lida na sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no dia 19 de Julho de 1878», *Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 4º trimestre, parte II*, 219-225.

Marques Neto, J. C. (2000), «A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores», *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, SP, 167-172, <http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/25.pdf> (consultado a 16.4.2011).

Matos, J. V. (1900), «A instrução e a imprensa», in Associação do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil (ed.), *Livro do Centenário: 1500-1900* (Vol. 1), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

McMurtrie, D. (1997), *O livro: impressão e fabrico* (M. L. S. Machado, Trans. 3 ed.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Meireles, M. M. (2001), *História do Maranhão*, São Paulo: Siciliano.

Mello, A. J. (1959), *Biografias de alguns poetas, homens illustres da Província de Pernambuco*, Recife: Typographia Universal.

Melo, J. M. (2003), *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*, Porto Alegre: EDIPUCRS.

Miranda, T. (1962), *A arte da impressão nas terras de além-mar*, Porto: Edições “Marânus”.

Moraes, J. (1976), *Apontamentos de literatura maranhense*, São Luís: Edições Sioge.

- Moran, J. (1973), *Printing press*, Berkeley: University of California Press.
- Mota, C. G. (2008), *História do Brasil: uma interpretação*, São Paulo: Senac.
- Nava, C., e Lauerhass, L. (2006), *Brazil in the making: facets of national identity*, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Neves, J. A. (1989), *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social.
- Paxeco, F. (1923), *Geografia do Maranhão*, São Luís: Tipogravura Teixeira.
- Pinheiro, R. A. (2004), «Histórias maranhenses articuladas: imprensa e desenvolvimento», *II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Florianópolis, 15 a 17.4.2004, http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/roseane_arcanjo_pinheiro.doc (consultado a 10.4.2011).
- Ramos, C. (1986), *Os primeiros jornais do Maranhão: 1821-1830*, São Luís: Sioge.
- Rego, A. (1948), *Almanak do Maranhão: com folhinha para o ano de 1849*, São Luís: Escritório do Progresso.
- Ribeiro, L. M. (2004), *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil, 1808-1964*, Rio de Janeiro: E-papers.
- Romero, S. (1902), *Historia da litteratura brasileira* (2 ed. Vol. 1), Rio de Janeiro: H. Garnier.
- _____. (1903), *Historia da litteratura brasileira* (2 ed.), Rio de Janeiro: H. Garnier.
- Secretaria de Estado da Educação (2009), *Informe Estatístico 2008: Maranhão*, São Luís: SEDUC, <http://www.educacao.ma.gov.br/ExibirPagina.aspx?id=373> (consultado a 10.3.2011).
- Serra, J. (1883), *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*, Rio de Janeiro: Faro & Lino.
- Secretaria da Educação Superior. (1985), *Programa de apoio à educação superior: nova universidade*, Brasília: SESU.
- Siebert, C., e Siebert, R. (2007), *Maranhão: história e geografia*. São Paulo: FTD.
- Sodré, N. W. (1999), *História da imprensa no Brasil* (4 ed.), Rio de Janeiro: Mauad.
- Tavora, F. (1883), «Estudios literarios sobre el Brasil - escritores del Norte». *Revista Nueva de Buenos Aires*, Ano III, Tomo VIII, 597-613.
- Vieira, R. A. A. (1981), «Redução de custos gráfico-editoriais», in Magalhães, A., *et al.* (ed.), *Editoração hoje* (2 ed.), Rio de Janeiro: FGV, 103-171.
- Vitorino, A. J. R. (2000), *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico, São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912*, São Paulo: Annablume / Fapesp.

2. Sites consultados:

Associação Brasileira da Indústria Gráfica (2010), «Histórico», <http://www.abigraf.org.br/index.php/a-abigraf/historico> (consultado a 15.4.2011).

Agência Brasileira do ISBN (2011), «Relatório de Produção», <http://www.isbn.bn.br/> (consultado a 28.3.2011).

Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão, «Estatuto», <http://www.ampem.org.br/paginas~2,194,,ampem---estatuto> (consultado a 23.3.2011).

Fundação Biblioteca Nacional. (2004), «Depósito legal», http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_pagina=22 (consultado a 23.5.2011).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), «Síntese de indicadores 2006», http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/sintese/tab1_1.pdf (consultado a 12.4.2011).

_____. (2008), «Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008», http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/default.shtm (consultado a 8.4.2011).

_____. (2011), «Primeiros resultados do Censo 2010: população por município», http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm (consultado a 8.5.2011).

Gráfica e Editora Aquarela ([2008?]), <http://aquarela.ind.br/> (consultado a 8.5.2011).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1990), «Criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa», *Revista do Patrimônio* (n.º especial), 10-20, <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RevIPHANThumbs&pasta=&pesq=edição%20especial%201990> (consultado a 8.5.2011).

Ministério da Educação (2011), « Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)», http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article (consultado a 8.5.2011).

Secretaria Municipal de Educação (2010), «Estatísticas», http://www.saoluis.ma.gov.br/semmed/frmPagina.aspx?id_pagina_web=346 (consultado a 30.3.2011).

Vidigal, O. (2010), «Números mostram sucesso da 4ª edição da Feira do Livro», <http://www.feiradolivrodesaoluis.com.br/> (consultado a 8.4.2011).

ANEXOS

